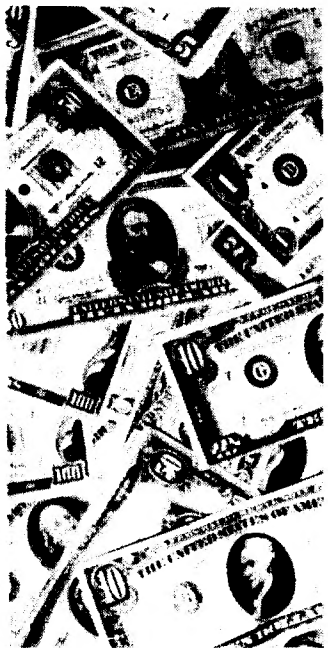




OPERAÇÃO DA P.J. NA PICHELEIRA

"Passador" preso com meio milhão de dólares falsos

Foi ontem à noite preso na Picheleira um cidadão português que se preparava para viajar a caminho de Espanha com grande quantidade de dólares falsos. O indivíduo em questão, cuja identidade não foi revelada, transportava cerca de meio milhão de dólares (15 mil contos) numa mala.

A detenção foi efectuada pela Polícia Judiciária, através da Brigada Especial de Moeda Falsa, no momento em que o «passador» se dirigia para o automóvel, um «Seat» com matrícula espanhola.

Além dos dólares falsos, foram apreendidos ao mesmo indivíduo duas granadas defensivas e uma pistola de guerra de grande calibre.

Entretanto, desconhecem-se ainda se as notas pertencem à série de «dólares algarvios» (parte da qual há tempos apreendida) ou se se trata de uma nova emissão,

da responsabilidade de outros falsários.

As circunstâncias fazem supor que os falsários visam agora a desestabilização no país vizinho, à semelhança do

que já se passou em Portugal, com a circulação de dólares, florins e francos franceses falsos. Para além do objectivo de lucro — admite-se nalguns círculos — estará uma intenção política, visando a instabilidade e a deterioração de um regime que mal desponta para a democracia.

Como por regra a actividade de «passadores»

e falsários é levada a efeito por quadrilhas internacionais e neste caso o país visado é a Espanha, a P.J. e a Direcção da Secretaria Portuguesa da Interpol, estabeleceram imediatamente contacto com as autoridades espanholas, cabendo à sede da Interpol, em Paris, alertar as autoridades dos outros países.

"Diário de Lisboa" absolvido ao abrigo da Constituição

Por duas notícias publicadas no «D. L.», em 27 e 28 de Maio último, relativas a um conflito laboral ocorrido no Hotel Impala (despedimento da trabalhadora Mariette Barros), sentou-se no banco dos réus a nossa camarada de trabalho Lourdes Fêria, acompanhada pelo nosso director dr. António Pedro Ruella Ramos. E isto porque, na óptica do então gerente daquele estabelecimento, Norberto Augusto Seixas, as notícias o ofendiam e difamavam. Motivo invocado: nas notícias lia-se que ele era «fascista» e que tinha sido «informador da P. I. D. E.».

Provou-se, no entanto, ao longo do julgamento, que tais expressões constavam dos comunicados dos trabalhadores do hotel acima mencionado. Assim sendo, o juiz, dr. Bravo Serra, considerou que haveria que «examinar com serenidade o artigo publicado no «D. L.», não nos devendo por qualquer forma olvidar que nos situamos num País onde a liberdade de imprensa é um direito reconhecido constitucionalmente» (artigo 38.º da nossa Constituição), sublinhando ainda o outro vector que é o da responsabilização do trabalho dos profissionais de imprensa. Em resultado do que Lourdes Fêria e o nosso director foram absolvidos.



ENTREVISTADO PELO "D.L."

Manuel Serra lembra perigo do fascismo

O assalto ao quartel de Infantaria 3, em Beja, na madrugada de 1 de Janeiro de 1962, tem sido interpretado e explicado ao longo dos anos e evocado, com larga publicidade, após 25 de Abril de 1974. Houve mesmo a tentação de fazer desse acto revolucionário corajoso uma jornada antecipadora da vitória do 25 de Abril. Foram, no entanto, duas acções diferentes — a «acção revolucionária» de Beja e o «acto revolucionário» do 25 de Abril — que visaram uma e outra, a liquidação do regime fascista. Em Beja, a colaboração de militares e de civis marcou o carácter da acção, conferiu-lhe, à partida, uma dimensão política e participação militar que situavam a decisão revolucionária numa perspectiva de ir além do quadro legalista, mas que lhe conferiam a continuidade de uma longa resistência antifascista ao regime ditatorial. A decisão de passar à acção resultava de uma experiência eleitoral frustrada. Beja foi um protesto heróico. A derrota do punhado de valentes revolucionários apressou, de algum modo, a agonia do regime ditatorial.

O «D. L.» ouve hoje um dos revolucionários de Beja. Não lhe pedimos que evoque a decisão audaz que o levou a organizar, com companheiros militares e civis dos mais diversos quadrantes ideológicos do nosso antifascismo, o assalto de Beja. Outro é o depimento que solicitámos. Pedimos-lhe que, nestes dias em que se procura inocentar os verdugos da P. I. D. E. / D. G. S., Manuel Serra nos recorde o que foi a repressão brutal. Tem toda a autoridade para o fazer. Como vítima cabe-lhe o papel de acusador.

(PAG. 7)

A PARTIR DE AMANHÃ

Abolição de classes em alguns comboios e entrada em vigor de passes sociais interurbanos

A partir de amanhã passa a haver classe única nos comboios que fazem os percursos nas linhas de Sintra e Cascais e Barreiro-Praias do Sado, sendo-lhe aplicada a tarifa fixada para a segunda classe.

A propósito da nova lei, publicada no «Diário da República», a C. P. informa que os passageiros possuidores de assinatura de primeira classe poderão ser reembolsados, a partir de 15 de Janeiro, nas estações em que as suas assinaturas foram requisitadas.

Relativamente aos passes sociais interurbanos, a portaria do Ministério dos Transportes estabelece três tipos de intermodais respectivamente para a Carris-Metropolitano de Lisboa, ao preço de 300\$00, válido para viagens em autocar-

ros, eléctricos, elevadores e metropolitano; Carris-Metropolitano de Lisboa-Transtêjo, que acrescenta à precedente modalidade as carreiras fluviais Terreiro do Paço-Cacilhas, Cais do Sodré-Cacilhas, Belém-Porto Brandão e Belém-Trafaria, ao preço de 400\$00 mensais; Terreiro do Paço-Cacilhas, Cais do Sodré-Cacilhas, Belém-Porto Brandão, Belém-Trafaria e Terreiro do Paço-Seixal, por 600\$00 e Terreiro do Paço-Cacilhas, Cais do Sodré-Cacilhas, Belém-Trafaria, Terreiro do Paço-Seixal e Terreiro do Paço-Montijo, por 700\$00.

Finalmente na modalidade Carris-Metropolitano de Lisboa-Rodoviária Nacional haverá um passe para um número

Continua na pag. 20

CARRILLO LIBERTADO MEDIANTE CAUÇÃO DE 300 MIL PESETAS

Menos de quatro horas depois da decisão do juiz Chaparro, do Tribunal de Ordem Pública, Santiago Carrillo e os sete dirigentes do Partido Comunista Espanhol, presos em Carabanchel desde o passado dia 22, foram postos em liberdade. Eram 14 horas tmG quando os portões da prisão se abriram para os comunistas espanhóis. Carrillo foi recebido pela mulher, Carmen, por um dos filhos, pelo advogado Manuel Lopez, por uma centena de militantes e por cerca de 70 jornalistas. Pela sua liberdade deverá pagar uma caução de 300 mil pesetas. As cauções fixadas para os outros dirigentes do P. C. E. variam entre 200 e 250 mil pesetas.

Nos meios políticos espanhóis o prestígio de Suárez, que andava um tanto abalado pela prisão dos elementos do P. C. E., aumentou consideravelmente. A libertação de Carrillo e dos seus camaradas, bem como a dissolução do franquista Tribunal da Ordem Pública, decidida ontem à tarde em Conselho de Ministros, foram classificadas como «um acto de coragem, diante das pressões e chantagens da extrema-direita». Com efeito, de acordo com essas duas importantes decisões, Carrillo está autorizado oficialmente a viver em território espanhol.

Em declarações à Rádio Luxemburgo, Santiago Carrillo citou o seu propósito de continuar a luta pela amnistia: «Trata-se de uma condição essencial para o estabelecimento da paz civil e da democracia no país.» Falta agora, a permissão para o regresso de Dolores Ibarruri, «La Pasionaria», que ainda vive no exílio e é outro símbolo das forças democráticas de Espanha.

Nas cervejas: manobras dos Champalimaud não passarão

Os capitalistas querem recuperar já o sector cervejeiro.

Os Champalimauds e os Vinhas, acolitados dia a dia pelos escrivães, pagos à linha, dos jornais velho da tarde e novo da manhã, multiplicam as suas manobras para impedirem a reestruturação do sector cervejeiro, ou conseguirem que ela seja feita de modo que os interesses do erário público e dos trabalhadores sejam prejudicados.

Mas as manobras dos Champalimauds não passarão!

A reestruturação vai fazer-se (e já!)

(CENTRAIS)

Maria Eduarda Gonçalves escreve sobre a Convenção Europeia contra o Terrorismo

(PAG. 3)

28 PÁGINAS

Nacional

Política de A a Z

PALAVRA-DE-ORDEM PARA OS HOMENS DE BOA VONTADE

O ano finda chuvoso, frio e triste. Não deixa saudades. A confiança no futuro não é um sentimento dominante. Nenhum triunfalismo nos é consentâneo: nem o dos chefes políticos que nos têm mimoseado ou agredido com suas respectivas vitórias, opostas, controversas, precárias. O Portugal de Abril existe, apesar de todas as desistências e de todos os desenganos. Não terá, talvez, a mesma disponibilidade para seguir «palavras-de-ordem», mas mantém a consciência de que está empenhado numa batalha de sobrevivência e de independência nacional.

Este Portugal de Abril, este Portugal popular, este Portugal das forças do Trabalho e da Cultura, não deseja regressar ao reinado salazarista da opressão social, da repressão política, do obscurantismo cultural, da censura e do terror. As forças do Trabalho e da Cultura são poderosas. A «votação à esquerda» é uma constante, aritmeticamente contabilizável, que espera rendibilidade política. Urge vencer ressentimentos e colmatar brechas. Urge criar a coexistência, a convivência, a convergência de homens, ideias, forças políticas, sindicais e sociais. Portugal de Abril terá que reencontrar uma comum linguagem que permita o diálogo, uma comum direcção que permita a convergência dos esforços. Um comum programa que permita a vitória.

A vitória da Democracia. Uma vitória que abra as portas do Futuro.

BALUARTE

A presença do Capitão de Abril Vasco Lourenço, no comando da Região Militar de Lisboa, objecto de tanta intriga contestatária, umas sórdidas, outras só burocráticas, continua a ser uma garantia para o Portugal de Abril. E para os «abrilistas» das Forças Armadas. Com o capitão-general Vasco Lourenço à sua frente a Região Militar de Lisboa apresenta-se, até em termos numéricos e pelo que respeita aos meios de intervenção, como um baluarte da «ordem constitucional». Baluarte político-militar de que a revista BALUARTE tem sido, como «órgão de imprensa», o porta-voz.

No último número da revista BALUARTE, o general Vasco Lourenço publicou um artigo merecedor de mais larga divulgação. Para esse artigo chamamos a atenção dos nossos leitores.

Vasco Lourenço não hesita em referir-se à possibilidade que teria havido, em 25 de Novembro de 1975, do triunfo pleno de um «contragolpe reaccionário». Fê-lo, na linguagem límpida, afirmativa. E límpida e afirmativamente, também adverte o total respeito das Forças Armadas pelas instituições democráticas e pela vontade popular livremente expressa.

Escreve Vasco Lourenço: «Queremos ser as Forças Armadas deste país e não construir um país para estas Forças Armadas. É neste sentido que é anseio das Forças Armadas, findo o actual período de transição, subordinarem-se ao poder político, legitimamente constituído de acordo com a Constituição».

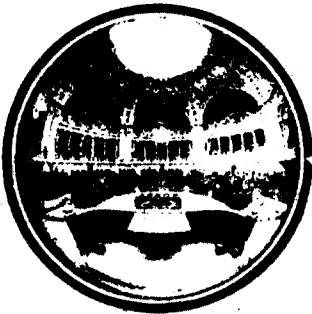
Mas que Vasco Lourenço não tenha ilusões: só umas Forças Armadas democratizadas, educadas democraticamente, politicamente esclarecidas, poderão defender esta Constituição, constituírem-se como o inexpugnável baluarte das liberdades políticas, assumirem o papel de defensoras da verdadeira «independência nacional». As Forças Armadas «apartidárias» não poderão estar votadas a um «apoliticismo» que favorece as manobras da «direita», que facilita a intoxicação «revolucionária».

O reagrupamento dos «Capitães de Abril» é necessário para levar a cabo essa tarefa. A hierarquização, a burocratização, o R.D.M., «o segredo alma do negócio», os complotos e as falsas camaradagens, podem comprometer, nesta fase transitória, a missão que às Forças Armadas incumbiu para a consolidação da «Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974». Expressão que jubilosamente, pese embora aos democratas da vigésima quinta hora, retiramos do comunicado da última reunião do Conselho da Revolução.

LEITURAS DIFERENTES

Dos acontecimentos de «25 de Novembro» têm sido feitas diversas leituras, existem diferentes interpretações. Retenhamos a de Vasco Lourenço: «Nesse dia se acentuou bem alto que o 25 de Novembro foi uma nova vitória de 25 de Abril. Em 25 de Novembro estava em causa uma tentativa totalitária, que, relativamente aos ideais de Abril, constituía um desvio profundo e inaceitável. E ainda, dessa vez as Forças Armadas, através do mesmo núcleo de militares que levaram a cabo o 25 de Abril, através do verdadeiro M. F.A., restituíram ao povo português a possibilidade de, livremente, percorrer os caminhos novos que lhe pertencem. E nunca será de mais realçar que foi o mesmo núcleo que arrancou em 25 de Abril, que respondera a Spínola na crise Palma Carlos, no 28 de Setembro e no 11 de Março, e lutara frontalmente, contra o Gonçalvismo no Verão de 1975, que esteve presente em 25 de Novembro, pois só assim foi possível responder ao mesmo tempo ao golpe e contragolpe que as forças saudosas do 24 de Abril de 1974 tentaram na mesma data».

Nunca isto foi dito com tal clareza. Nem todos concordam com esta interpretação de Vasco Lourenço. Persistem os equívocos, as superficiais análises, a contestável valorização de períodos e de homens. No «processo revolucionário», irmãos divididos, como Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Gonçalves tiveram uma acção que a História não poderá ignorar. Mas, na interpretação de Vasco Lourenço, outro dos maiores protagonistas da aventura de «25 de Abril» e dos acontecimentos posteriores, o que, ao findar um ano contraditório, importará sublinhar é o reconhecimento de que em 25 de Novembro de 1975 as forças reaccionárias, os saudosos do «antigamente», tentaram o «contragolpe» (ou o «golpe»). Contra a «Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974». A Democracia correu riscos. Correu risco a Liberdade. O perigo principal veio da «direita». Mais uma razão para avaliarmos friamente o que nos resta fazer: nenhum triunfalismo nos é consentâneo no ano de 1977.



ASSEMBLEIA DA REPUBLICA

A "gralha"

«Do mesmo modo que não nos reservamos o direito de alterar na especialidade o voto que havíamos assumido na generalidade, era legítimo esperar que o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido no Governo não actuassem de modo a introduzir alterações no texto votado na generalidade.» Amaro da Costa mostrava-se radiante com a vitória do seu partido. Também foram introduzidas alterações na Lei da Reforma Agrária, no caso das expropriações, por exemplo, alterações essas sugeridas pelo C. D. S., que o P. S. apoiou. E tudo isto, sem negociações prévias, segundo nos quisera ainda ontem fazer acreditar.

Jorge Campinos, falando em nome do Governo, acentuava este facto: «O Governo não fez nem fará cedências, pois que se trata do interesse nacional.» E conclui: «Manter-se-á o Governo enquanto não for possível a concretização desse princípio democrático fundamental: a alternância do Poder. Mas não basta proclamar por capricho pes-

soal, que tal alternância é possível, sem provocar rupturas.»

EX-«PIDES» PENAS AGRAVADAS

Entretanto propriamente nos trabalhos da Ordem do Dia, foi aprovada a proposta apresentada pelo Governo que prevê a actualização das categorias e vencimentos dos trabalhadores da Administração Regional e Local, a aprovação da proposta do P. P. D./P. S. D. sobre a participação das Associações de Pais e Encarregados de Educação no processo de ensino em curso (o P. C. P. absteve-se) e a revogação em parte do decreto-lei do Conselho da Revolução sobre as penas a atribuir aos serventuários da ex-P. I. D. E./D. G. S., que é, alterado, de um modo geral, com agravamento daquelas mesmas penas, com base num projecto de lei apresentado pelos socialistas.

«Um novo regime de punição dos «pides» sem espírito de vingança, mas com maior sentido de jus-

tiça» foi acentuado pelos socialistas e comunistas após a votação por unanimidade desta lei que poderá entrar em vigor ainda antes do termo das presentes férias judiciais que se prolongarão até ao próximo dia três.

A NETA

Os trabalhos do plenário estão interrompidos até ao próximo dia 18 de Janeiro. Saudações de «BOM ANO NOVO» de parte a parte. Para os funcionários (Mário Soares prometeria melhores condições de trabalho) e para os jornalistas.

Vasco da Gama Fernandes viria a anunciar: «A Assembleia da República tem uma neta honraría, a neta do casal constituída pela nossa colega Maria Barroso e pelo sr. Primeiro-Ministro, e digo que é uma espécie de neta honraría desta Assembleia, desejando a essa pequenina que nasce num mundo tão difícil, que encontre outras condições de vida, melhores que nós encontramos.» Desejou também aos «avós» todas as felicidades.

Previsões bateram certo

General Lemos Ferreira novo chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Culminando um longo período de especulações e tensões criadas pelos sectores interessados em provocar a desestabilização no meio militar, o Presidente da República, depois de ouvido o Conselho da Revolução, nomeou ontem o general Lemos Ferreira chefe do Estado-Maior da Força Aérea, em substituição do general Moraes e Silva que pediu o seu atestado de cargo.

A decisão foi comunicada aos generais da Força Aérea no decorrer de uma reunião ontem realizada na Presidência da República.

Lemos Ferreira, que vinha exercendo as funções de subchefe do Estado-Maior da Força Aérea (Logística), tem 47 anos e foi promovido ao actual posto em 29 de Setembro de 1976. Possui numerosos louvores e condecorações sendo conhecido como um oficial de altas qualificações técnicas.

Promovido a alferes em 1952 depois de ter concluído o curso de aeronáutica, Lemos Ferreira tirou em 1953 nos Estados Unidos o curso de «pilot training», tendo sido autorizado a usar as insígnias de piloto da Força Aérea dos Estados Unidos. No ano seguinte foi instrutor dos aparelhos F-84. Serviu na antiga Índia portuguesa e na Guiné-Bissau, onde com a patente de coronel comandou a Base Aérea n.º 12. Em 1975 foi nomeado para as funções que até agora desempenhou. Além do curso de «Pilot Training» o general Lemos Ferreira tem os cursos de «Jet Instrument Instructor», de adaptação ao avião DC/6A/B e qualificação para CB na PAA e ainda o «National Security Management».

Em certos sectores na nomeação do general Lemos Ferreira é encarada como uma vitória da democracia sobre o chamado «Kaulzismo» já que

o outro mais sério candidato ao lugar de CEMFA era o general Ferreira Valente, considerado como muito afecto àquela linha no seio da Força Aérea. Mas é também uma vitória táctica do Presidente da República e do Conselho da Revolução, que serenamente esvaziaram toda uma vasta conspiração que procurava através do facto «normal» da substituição de um chefe de Estado-Maior, lançar por arrastamento toda uma série de acções desestabilizadoras nos outros ramos das Forças Armadas. Assim, Ramalho Eanes, como se impunha, ouviu a Força Aérea que o aconselhou sobre a substituição, ouviu o Conselho da Revolução como é das normas constitucionais e decidiu, como lhe compete, à margem das manobras que já estavam preparadas.

Em consequência de terem cessado as razões que levaram à sua graduação, Moraes e Silva será desgraduado, tal como Pinho Freire, que irá frequentar o Curso de Altos Estudos Militares com vista à sua promoção a brigadeiro, e o coronel Seabra, actual comandante da Base Aérea n.º 5, em Monte Real, funções que desempenha desde a nomeação de Moraes e Silva para CEMFA.

NÃO HAVERÁ ALTERAÇÕES NOS OUTROS RAMOS

Apesar dos insistentes esforços da direita e da sua imprensa reaccionária, que todos os dias anuncia desgrações nos outros ramos das Forças Armadas, para restabelecer a hierarquia, com particular ênfase na «imminente demissão de Vasco Lourenço» não se produzirá qualquer fenómeno de arrastamento nos outros ramos que leve a desgrações ou substituições nos

principais cargos. Este era o objectivo das forças que pretendiam fazer o aproveitamento da saída de Moraes e Silva mas não resultou. A conspiração esvaziou-se para o que muito teriam contribuído os resultados das últimas eleições.

Entretanto afirma-se em certos meios que o general Silva Cardoso será investido nas funções de comandante da 1.ª Região Aérea em acumulação com as funções de subchefe do EMFA que actualmente de-

sempenha. Quanto ao general Ferreira Valente regista-se a sua ausência na reunião de ontem, na Presidência da República, à qual é dada a interpretação de discordância, que o poderá levar a pedir a passagem à reserva.

Quanto ao Conselho da Revolução mantém-se a sua constituição, como é de resto normal (e constitucional) verificando-se apenas a substituição de Moraes e Silva por Lemos Ferreira.

pub

E D P ELECTRICIDADE DE PORTUGAL

— Empresa Pública —

Redes das Ex-Companhias Reunidas Gás e Electricidade

AVISO AOS CONSUMIDORES

Trabalhos inadiáveis para a boa conservação das redes obrigam-nos a interromper, durante algumas horas, o fornecimento de energia eléctrica, no próximo domingo, nas seguintes Zonas:

Concelho de Sintra — Lourel, S. Romão e Campo Raso. (Das 8 às 14 horas).

PENDÃO: Av. Miguel Bombarda, Rua Dr. José Alberto Ferraz, Rua Luís Simões, Praceta Miguel Ângelo Lupi, Rua José A. Narciso, Rua Scarlatti, Av. António Enes e imediações. (Das 8 às 14 horas).

Concelho do Cartaxo — Cruz do Campo e Cartaxo. (Das 8 às 14 horas).

post-scriptum

Os pides deveriam ser julgados em simultâneo

Leitor do «D.L.» desde os anos 30, sempre admirei nele o baluarte, que sempre foi, em defesa da liberdade e do progresso do povo, mau grado a censura fascista que quotidianamente suportou. É pois nessa qualidade que escrevo, reportando-me ao artigo de 17/12/76, sobre o julgamento do inspector da Pide, Seixas, o chefe tenebroso do campo de concentração do Tarrafal.

Corroborando a justificada indignação do autor do texto, pela forma como o julgamento do Seixas tem sido conduzido, a minha opinião é que, efectivamente, o processo deveria ser instaurado simultaneamente aos pides (e correlativos bufos) e às nefandas actuações das Pide-DGS e LP, ao longo da noite fascista.

Comigo, que conheci os cárceres dessa tenebrosa organização aconteceu o seguinte:

Havia passado à comunicabilidade, mais de dois meses depois de ser preso (Norte) e estava (com dezenas de outros) no Aljube do Porto, em condições muito precárias (antes estivera nas insalubres e exiguas celas da cave da pida, amontoado com mais 10/12 em cubículos onde sofrivelmente caberiam 6/8 adultos; e onde só se passava pelas brasas praticamente de madrugada alta, após o regresso de algum ou alguns companheiros, que benrouçados interiormente com várias camisolas próprias e alheias, revelavam no olhar esgozado e deplorável estado físico, toda a animalasca violência passada na «casa do campo», (como «eles» chamavam a uma edificação térrea junto ao muro do cemitério), num jogo feroz de pontapés e cacetadas desferidos sadicamente por 4 algozes formados em quadrado...), quando subitamente fomos à presença daquele que depois soube ser o Seixas (na sala encontravam-se mais 2 maiores; o director e o Lino este chefiava as investigações e 3/4 anos mais tarde soube ter sido expulso (fora relegado a bufo), dadas as muitas tralhuices em que se metera mercê da invulnerabilidade do cargo que exercia): alto (mais avantajado nos parecia dada a fraca iluminação da sala), forte de «lavalier», ao pescoço ao jeito dos revolucionários românticos do passado, que, em ar gingão, proferia: «Vamos para Badajoz!» E porquê Badajoz? Porque antes umas semanas (a guerra civil na Espanha principiara há meses) os rebeldes franquistas haviam feito um verdadeiro morticínio na sua praça de touros... Daí o «gozo» da ameaça...

Na noite de 23 para 24 de Janeiro de 1937 (veja-se até a maldade que presidiu à escolha da data — pois 24 foi domingo e os nossos familiares, de longe que eram, só aos domingos (e nem todos, note-se) nos poderiam visitar e levar alimentos porquanto o rancho da serra do Pilar era intragável depois da travessia do Douro...) (valeu-nos naquela miserável conjuntura uns humildes habitantes do local, que ali andavam meritariamente, de candeia em punho, a indicar o sítio certo para que as duas camionetas-cangalhos («eles» iam à frente em automóvel), onde nós e guardas-republicanos armados de espingardas, íamos, como «sardinha» em canastra, pudessem vencer a torrente e alcançar caminho certo e seguro... Aguardavam que os dirigentes daqueles estranhos excursionistas lhes dessem algum dinheiro por tão penosa serventia; mas além da crua nega receberam a ameaça de que nada deveriam revelar do que ali se passara...) Quando amanheceu já tínhamos chegado a Coimbra em cuja Penitenciária o sol inundava toda a sua parte nascente; e à vista da qual ficámos desde logo esperançados de então podermos dormir em cama e não em catre ou no chão, sobre jornais, como vinha acontecendo desde fins de Outubro... Mal entramos (a pida em Coimbra era chefiada por Diogo Alves) fomos logo encaminhados para os subterrâneos (depósito de solipedes na I Grande Guerra, soubemos depois...), onde nos dividiram por várias celas... Ao grupo em que estava integrado calhou a n.º 12 (quase defronte da mortuária), alagada quase até à porta, cheia de humidade portanto. Só 2 dias depois é que nos mudaram para a n.º 3 na qual previamente improvisaram duas tarimbas de cada lado da porta, feitas com tábuas de solho, e na qual nos retiveram até ao julgamento, realizado meses depois no Tribunal Militar das Taipas...

J.A.
— LISBOA

Construir-destruir e o Zé sempre a pagar

Construir. Destruir. Reconstruir. Destruir... Bombistas à solta. Pides à solta. Bombistas à solta. Destruir, destruir, destruir e o povo a pagar. O Zé. O Zé pagante a pagar, a pagar sempre...

E, mesmo assim, porque será que continuamos a insistir em que há-de ser o trabalhador — sobrecarregado com enormes problemas económicos provocados pelo aumento desordenado do custo de vida — a arcar com a responsabilidade da realização dos três milhões de contos necessários ao equilíbrio orçamental para 1977 — referidos pelo sr. Primeiro-Ministro na sua comunicação ao país do passado dia 3 — quando existem outras fontes onde ir buscar essa verba sem que ela represente sacrifício para ninguém?

Vejam por exemplo o caso das chorudas indemnizações — e quantas delas injustas! — atribuídas a indivíduos que no passado foram sustentáculo do fascismo, homens que defendiam a lei do «cassete e da mordaca», e que no presente voltam a ocupar cargos ou funções de grande destaque e responsabilidade na vida nacional!

E que confiança merecem ao povo esses homens? Parece-nos pois que a transformação em títulos da dívida pública daquelas referidas indemnizações (reti-

Continua na pág. 4

A CONVENÇÃO EUROPEIA CONTRA O TERRORISMO

MARIA EDUARDA GONÇALVES

Pelo pouco relevo que mereceu nos meios de comunicação social portugueses, nomeadamente na Imprensa, é importante e oportuno chamar a atenção e comentar a adopção, em Novembro último, pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa (CE), organização internacional a que Portugal aderiu recentemente, de uma Convenção «sobre a repressão do terrorismo». O Comité reuniu a nível de delegados dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, e está previsto que esta Convenção seja assinada em reunião do Comité de Ministros em 27 de Janeiro de 1977, entretanto em vigor logo que seja ratificada por três dos dezasseis membros do CE.

Porque se chama a atenção para esta nova fonte de direito internacional a nível europeu? O que tem esta Convenção de extraordinário ou de inquietante?

Manifestando, no respectivo Preâmbulo, a «preocupação crescente» dos membros do Conselho da Europa, pela «multiplicação dos actos de terrorismo» (que não é definido, indicando-se expressamente, a pirataria aérea, os ataques a pessoas gozando de estatuto diplomático, os raptos e sequestros, a utilização de bombas, granadas, armas de fogo automáticas, entre outros), e «desejando adoptar medidas

eficazes no combate a tais tipos de actos», qual a solução que, ao Conselho, pareceu mais adequada?

A de esvaziar de conteúdo e reduzir a aplicação de um princípio consagrado nas legislações nacional e internacional desde a época das sociedades liberais do século passado ou seja a proibição da extradição de indivíduos por delitos de carácter político

Um mecanismo subtil para a repressão, também, de delitos de carácter político?

e, negar, por consequência, o direito de asilo, instituição capital dos direitos do homem, direitos que (paradoxalmente) o CE se propôs defender, e que foi um dos objectivos principais da sua criação.

A extradição, como se sabe, consiste na entrega por um Estado a outro, e a pida deste, de um indivíduo que se encontra no território do primeiro, a fim de que o segundo possa proceder ao seu julgamento nos seus próprios tribunais, ou fazer executar, contra ele, uma sentença já proferida por esse. Na maior parte dos casos, o pido baseia-se na autori-

dade que o Estado que pede a extradição exerce sobre o indivíduo em razão da nacionalidade, e é apenas contemplado na generalidade das legislações, no caso de crimes qualificados dos como de direito comum; portanto, não de determi-

como uma infracção política: todo o acto grave de violência não incluído no âmbito do artigo 1.º, que se dirige contra a vida, a integridade física ou as liberdades individuais e «todo o acto grave contra os bens pelo que representa de perigo colectivo para as pessoas».

Os mesmos artigos adquirem ainda uma maior extensão ao abrangerem igualmente a tentativa e a complicitade em relação às infracções cobertas pela Convenção. O que pode concluir-se de uma interpretação literal destas duas disposições da Convenção? Que, contrariando, como já se referiu, o princípio comum e geralmente consagrado, da extradição, para crimes unicamente de direito comum, se estabelece, no artigo 2.º, uma previsão de tal modo genérica, que, na prática, se abrem as portas para a sua aplicação a actos resultantes de motivos políticos, passando a existir, no domínio da Convenção, uma única categoria, a dos crimes de direito comum, portanto independentemente das motivações que estiverem na sua base.

Continua na pág. 4

Desnacionalização, miséria, medo

BALANÇO DO FASCISMO LATINO-AMERICANO

MÉXICO (IPS) — «Pode-se afirmar, sem cair no exagero, que a desnacionalização, a miséria e o medo são os únicos resultados que as experiências no Cone Sul da América Latina estão em condições de exhibir». Esta frase pertence à declaração com que um destacado grupo de académicos e investigadores latino-americanos encerrou os trabalhos do primeiro seminário sobre «O controlo político no Cone Sul», patrocinado pela Fundação Frederick Ebert, a Direcção de Difusão da Universidade Autónoma do México e a Casa do Chile no México.

Participaram neste acontecimento, que decorreu entre 7 e 10 deste mês, figuras destacadas da política e dos meios universitários do continente, como o ex-chanceler chileno Clodomiro Aleyda e o dr. Leopoldo Zea, director do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional Autónoma do México, o dr. Esteban Righi, ministro do Interior do Governo do ex-presidente argentino Hector Campora, Marcelo Quiroga Santa Cruz, ministro dos Hidrocarbonetos durante a nacionalização do petróleo boliviano, o sociólogo haitiano Gerard Pierre Charles, o professor Carlos Quijano, director do semanário uruguaio encerrado pelas autoridades «Marcha», o deputado chileno Luis Maira, o sociólogo brasileiro Theotônio dos Santos e numerosas outras personalidades que apresentaram teses e formularam comentários às mesmas. O seminário analisou as características fundamen-

tais dos actuais exércitos repressivos, as novas teorias da segurança nacional, a relação entre o aparecimento do fascismo neste continente e a crise do imperialismo norte-americano e os efeitos económicos deste tipo de regime.

O texto da declaração, que reproduzimos a seguir, constitui um bom resumo dos trabalhos apresentados, que dentro em breve serão editados em livro:

«Concluimos os nossos trabalhos com profunda preocupação. A discussão exaustiva que acompanhou a apresentação das teses não nos permitiu apreciar em toda a sua magnitude a forma por que se estendem as práticas autoritárias, a tortura e o crime, e a institucionalização do terror em muitos dos nossos países».

«Uma nova forma de organização estatal, que reproduz numerosos dos traços que caracterizam o fascismo de entre as duas guerras expande-se sem cessar. Este processo iniciou-se depois do golpe de Estado de Abril de 1964 no Brasil, projectou-se nas experiências da Bolívia a partir de 1971, do Chile, e o Uruguai em 1973 e, a partir de Março deste ano, na Argentina».

«Em todos estes regimes políticos a imposição substituiu o consenso. Os partidos políticos e as organizações sociais, especialmente as dos trabalhadores, foram proscritas. Um processo de desnacionalização económica das riquezas fundamentais, e ainda de importantes empresas organizadas pelos estados nacionais, foi levado por diante. Ao mes-

mo tempo puseram-se em vigor políticas económicas que fomentam a miséria e o desemprego do povo e dos sectores médios, que conduzindo também à ruína muitos pequenos e médios produtores nacionais. Além disto, assistimos a um processo de supressão de qualquer manifestação do pensamento crítico e de degradação das universidades e do sistema educacional, assim como de violação permanente e sistemática de todos os direitos humanos às mãos das políticas secretas que estendem o seu controlo a todas as camadas e sectores da população».

«No aparecimento e manutenção destes regimes, desempenham um papel de primeira importância as forças armadas e agências de informação do imperialismo, pelo que estas passaram a representar uma ameaça para a defesa dos interesses mais elementares dos países em vias de desenvolvimento».

«Pode-se afirmar, sem cair no exagero, que a desnacionalização, a miséria e o medo são os únicos resultados que as experiências no Cone Sul da América Latina estão em condições de exhibir».

«Em todas elas, os altos comandos das forças armadas desempenham um papel decisivo, comprometendo gravemente a dignidade dos exércitos dos nossos países e debilitando a segurança nacional que proclamam defender. Como foi demonstrado com precisão numa das teses pelo dr. Leopoldo Zea, «os exércitos re-

FRIDA MODAK

pressivos usurparam o lugar honroso que no nascimento das nossas pátrias cumpriram os exércitos libertadores».

«Mesmo quando estamos certos de que os dias dolorosos que vivem aqueles países da América Latina onde se instaurou o autoritarismo de inspiração fascista são transitórios, temos consciência de que o esforço solidário da comunidade internacional pode ajudar os povos em luta a encurtar os prazos que os separam da independência nacional e da liberdade. Por isso, formulamos um apelo aos governos e às organizações internacionais para orientarem os seus esforços no sentido de tomarem conhecimento da realidade actual dos regimes do Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Argentina e Chile, e privarem os seus governos do apoio económico e militar que mantêm a sua actividade repressiva e a redobram a solidariedade com os povos e as organizações em luta a fim de lhes permitir acesso efectivo ao seu direito à autodeterminação».

«Na nossa qualidade de académicos e investigadores das diferentes ciências sociais, exortamos as universidades, instituições e outros centros de educação superior a orientarem os seus programas de ensino e investigação para o conhecimento e a discussão sis-

Continua na pág. 4

Geral

RDP instada a apresentar plano de reconversão

O Conselho de Ministros resolveu que a Radiodifusão Portuguesa apresentasse, nos termos de legislação em vigor, um plano detalhado de reconversão da empresa, nos domínios administrativo e económico-financeiro.

Assim, o secretário de Estado da Comunicação Social nomeará uma comissão de técnicos que terá por tarefa apresentar ao Governo, até ao próximo dia 30 de Janeiro, novo sistema de cobrança de ta-

xas de radiodifusão.

A cobrança das taxas não se efectuou durante o corrente ano por não ter sido publicada legislação adequada nesse sentido, dada a complexidade de problemas resultantes da estruturação da R. D. P., o que originou que o Governo tivesse que conceder novo aval a uma operação de financiamento da ordem dos cem mil contos, sem a qual a R. D. P. veria comprometida a sua existência.

A Convenção Europeia contra o terrorismo

Continuação da pag. 3

Se bem que se tenham verificado alguns actos das categorias indicadas na Convenção em particular, de pirataria aérea ou raptos de pessoas com intuíto de extorsão de dinheiro e, portanto, de natureza meramente civil a verdade é que a maioria tem tido uma intenção política. Embora os processos e meios utilizados possam, em si, ser criticáveis, por poderem pôr em risco a segurança de pessoas inocentes e de bens, há, porém, que reconhecer a matriz política que, em alguns casos, os motiva: reacções desesperadas em face da violação sistemática de direitos do homem, ou de formas de repressão brutal institucionalizada.

Neste contexto, é de notar que a Constituição Portuguesa, no artigo 23.º, declara, expressamente, que «não é admitida

a extradição por motivos políticos» (parágrafo 2), e o artigo 22.º prevê o direito de asilo «para os estrangeiros e apátridas perseguidos em consequência da sua actividade em favor da democracia, da libertação nacional, e social, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana».

Como conciliar as disposições da Convenção com as legislações dos países membros do CE cujas constituições consagram disposições idênticas à da portuguesa? Tais contradições e um certo mal-estar a nível de opinião pública, têm-se manifestado na imprensa e em debates públicos, que estão longe de ter terminado.

Uma outra contradição de tipo diferente entre a Convenção sobre a repressão do terrorismo e as legislações internas dos Estados-membros do CE é

a de retirar às autoridades judiciais internas a competência de direito penal para a apreciação e qualificação de eventuais crimes como «políticos» ou «comuns», em relação às infracções nela previstas, reduzindo-a a um papel puramente formal. A nossa Constituição, por exemplo, refere, no já citado artigo 23 (parágrafo 4), que «a extradição só pode ser decidida por autoridade judicial», o que pressupõe a qualificação por esta do crime de direito comum ou político.

O perigo daquelas normas da Convenção levou um jurista francês (G. Soulier) a escrever, no número de Novembro do «Monde Diplomatique», que estava em preparação uma «internacional da repressão». Efectivamente, o texto da Convenção, que prevê que as autoridades judiciais dos países-membros do CE se entremudem, o mais possível, na concretização dos seus objectivos, pode vir a ser utilizada, no futuro, com objectivos que ultrapassem os propostos, se se concretizarem alguns dos perigos que se assinalam neste artigo.

A acrescentar aos vícios e perigos, a Convenção contém contradições entre as suas disposições, talvez resultantes dos compromissos entre os negociadores quanto ao fundo do problema, e com vista a facilitar as ratificações. Assim, por exemplo, no artigo 5.º, prescreve-se que a obrigação de extradição pode ser suspensa sempre que haja razões sérias para pensar que o pedido de extradição foi apresentado com base em considerações «de raça, de religião, de nacionalidade» e, o que é significativo, «de opiniões políticas».

Constitui, de facto, um absurdo formal o de facultar, numa disposição, o esvaziar completo do conteúdo de outra, o que, no entanto, não faz de modo algum desaparecer o perigo já assinalado do que se encontra disposto nos artigos da Convenção que definem o seu objecto (os artigos 1.º e 2.º).

De resto, o próprio director dos Assuntos Jurídicos do CE procurou, há dias, justificar as medidas propostas na Convenção, como uma «excepção ao direito de asilo político».

Embora se possa sustentar que a Convenção se aplica aos países do CE e, portanto, a países com regimes democráticos, a verdade é que estes estão sujeitos a modificações internas de orientação política e, eventualmente, mesmo a pro-

cessos involutivos de natureza autoritária, e fascizante na prática. É evidente que se tal se verificasse a Convenção pode ser abusivamente usada como instrumento repressivo de consequências imprevisíveis para as forças democráticas e antifascistas europeias.

E há que ter em conta, igualmente, o precedente grave que a Convenção cria, para outros continentes, ao erudir o conceito de «crime político» e ao promover uma cooperação na luta contra actos que classifica como «terroristas». É o caso, por exemplo, da América Latina, hoje dominada por Governos antipopulares, repressivos, em que a liberdade e a democracia dependem da luta das massas populares e dos movimentos de libertação e anti-imperialistas que, face ao terror institucionalizado, não têm outra alternativa senão a de recorrerem a formas insurreccionais, por vezes, mesmo, à acção directa.

A este propósito, é de notar a recente iniciativa da República Federal Alemã (que, observe-se, foi o Estado que promoveu a Convenção no seio do CE), de solicitar, formalmente, no âmbito das Nações Unidas, a formação de um grupo para redigir um projecto de Convenção internacional contra sequestros e tomada de reféns, 1/ «em nome dos direitos do homem», e que se comece a falar nos corredores na oportunidade de promover uma Convenção para a repressão do terrorismo à escala mundial.

Em certas partes do mundo, a repressão das oligarquias nacionais, associadas ao imperialismo, exerce-se aberta e publicamente (Chile, Argentina, Tailândia, Irão). Noutras, prepararam-se e experimentam-se mecanismos mais subtis pretendendo-se adormecer a opinião pública, com a justificação de que as novas regras são de aplicação restrita a «casos particularmente graves», e «para defender os direitos do homem!». Mas, na verdade, não pode garantir os limites da aplicação prática, num mundo confrontado com formas avançadas de lutas de classe e de sistemas económicos.

1/Notícia da AP no «International Herald Tribune» de 27. 28/12/76.

1/ A Liga Internacional para os Direitos e Libertação dos Povos tomou recentemente medidas para promover um debate alargado sobre a Convenção, tendo em conta as suas implicações à escala mundial.

Balanço do fascismo latino-americano

Continuação da pag. 3

temática do que se passa nesses países, assim como para o esclarecimento dos novos problemas que a existência desses regimes levanta, tais como a caracterização das suas supostas doutrinas de segurança nacional, as características da sua organização política e económica, as suas relações de dependência das corporações transnacionais e as suas actividades belicistas e no campo dos armamentos. Exortamos igualmente os académicos latino-americanos ao estudo dos problemas económicos e sociais dos nossos países, como uma contribuição para o conhecimento da nossa

realidade. Merece uma menção especial o que se refere ao mais urgente dos processos de «nacionalização» a encarar nesses países: o da formação profissional das forças armadas».

«Por último, vem a luta que nos compromete a todos em função do interesse dos nossos povos. O modelo dos regimes militares autoritários e antipopulares de recorte fascista foi pensado pelos seus autores como uma fórmula destinada a assegurar a dominação imperialista em todos os países da América Latina. Por isso, enquanto subsistir um só destes sistemas, continuará ameaçada a existência e a dignidade do conjunto dos latino-americanos».

post-scriptum

Continuação da pag. 3

radas ao erário nacional) seria uma medida mais justa.

Mais ainda. O descongelamento das contas bancárias dos pides, dos sabotadores económicos, de homens que à sombra do fascismo acumularam grandes fortunas e que logo após o 25 de Abril abandonaram o seu país, refugiando-se no estrangeiro, não poderiam do mesmo modo transformar-se esses saldos em títulos de poupança?

E aqueles que à «sombra da bananeira» e sem o mínimo esforço arrecadam «bateladas de dinheiro», não querem, não podem ou não devem contribuir para equilibrar o fiel da balança orçamental para 1977?

Isto sem contar com os milhares de contos que se pagam de indemnizações (mais indemnizações) para se comprar equipamento que há-de substituir aquele que previamente se mandou bombardear...

Ora, o esforçado trabalhador que, com o suor do seu rosto tem de cobrir o próprio pão que amassa; guardar as espinhas do peixe que não comeu e não desperdiçar a água suja do «banho do bebé» (última receita do sr. ministro da Agricultura) não pode certamente «investir o o que não tem em títulos de poupança forçada».

Ah! Já me esquecia!...

E a sobrecarga de 10 por cento sobre o imposto profissional e o imposto complementar? E os novos aumentos de tudo (ou quase) para o novo ano?

Luis G. Alves
— LISBOA

VAMOS AO CACAU

No TARRO em ALMADA
DAS 3 ÀS 9 DA MANHÃ

CACAU E FILHOSES

Para os mais foliões da noite de Fim de Ano

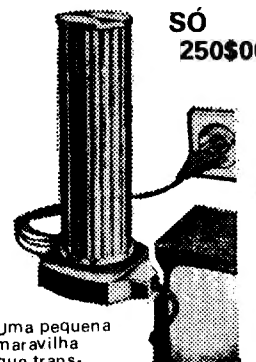
Concluído inquérito sobre desastre da Amareleja

Do relatório apresentado ao Ministério da Administração Interna pela comissão incumbida de averiguar as causas da derrocada da Praça de Touros da Amareleja, conclui-se haver matéria delituosa em relação ao acidente, tanto da parte de entidades públicas como da parte de entidades privadas.

Por este motivo, o M.A.I. enviou o processo ao Ministério da Comunicação Social que lhe dará andamento. O exame do relatório levou o M.A.I., por outro lado, a manifestar público testemunho de apreço pelo espírito de missão, honestidade, competência e dedicação, dos seguintes membros da comissão de inquérito: eng.ºs Jaime António Batista Antrea Ferreira, João António Camacho Barriga e José Manuel Braga Abecassis e chefe de Secretaria Francisco António Covas Guerra.

SUPER-STARK ANTENA TV ELECTRÓNICA

SÓ 250\$00



Uma pequena maravilha que transforma a sua instalação eléctrica numa gigantesca rede que amplia o campo de recepção da TV e rádios com AM-FM PEDIDOS À COBRANÇA

+ 25\$00 (portes)

SEX-SHOP

Apartado 292 - PORTO

SINDICATO DA INDUSTRIA METALURGICA DO DISTRITO DO PORTO

AS EMPRESAS SAO OBRIGADAS A ENVIAR AOS SINDICATOS AS QUOTIZAÇÕES SINDICAIS

Para total esclarecimento dos trabalhadores e das empresas sobre as quotizações sindicais, transcrevemos:

CONTRATO DE 1972

DEVERES DAS ENTIDADES PATRONAIS

CLAUSULA 36.ªm «Enviar aos Sindicatos o produto das quotizações sindicais, se possível em cheque ou vale de correio, acompanhadas dos respectivos mapas de quotização, devidamente preenchidos».

CONTRATO VERTICAL EM NEGOCIAÇÃO

DEVERES DAS ENTIDADES PATRONAIS

CLÁUSULA 20.ª G) NEGOCIADA EM 14/4/76: «Enviar ao Sindicato, em numerário, cheque ou vale de correio, até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que respeita, o produto das quotizações, acompanhando dos respectivos mapas de quotização devidamente preenchidos».

OFÍCIO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO N.º 28562 DE 20/12/76, DIRIGIDO À COMISSÃO DE SINDICATOS (ELECTRICISTAS, CARPINTEIROS, GRAFICOS E METALÚRGICOS) E USP.

«De acordo com o pedido formulado em 20 do corrente, inforrio V. Ex.ª de que, face às dúvidas levantadas pela entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 841-B/76, de 7/12/76, sobre o assunto em epígrafe (quotização sindical), os serviços centrais, informam que, muito embora a situação seja controvertida, este Ministério do Trabalho entende que as cláusulas das convenções colectivas de trabalho regulamentadoras desta matéria mantêm a sua vigência».

Nem CIP, nem o Governo esmagarão os trabalhadores organizados.

A espinha do MOVIMENTO SINDICAL não será quebrada porque

UNIDOS VENCEREMOS
A LUTA CONTINUA

pub MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

HOSPITAL DE SANTA MARIA

CONSERVAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE
TODAS AS INSTALAÇÕES TELEFÓNICAS DA
REDE INTERNA — Durante o ano de 1977

Concurso Público 1/77-IE

As respectivas condições encontram-se patentes todos os dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas, excepto aos sábados das 9 às 12.30 horas, na Secretaria do Serviço de Aprovisionamento.

A abertura das propostas terá lugar no dia e hora indicados no Caderno de Encargos.

Lisboa e Hospital de Santa Maria, 28 de Dezembro de 1976.

Pe'l'a COMISSÃO INSTALADORA

a) Manuel Brioso Pina de Jesus

Nacional

CONSELHO DE MINISTROS DECIDIU

Remuneração mínima de 3500\$00 para trabalhadores rurais

Entra amanhã em vigor um decreto-lei garantindo as remunerações mínimas mensais de 3500\$00 para todos os trabalhadores rurais permanentes com idade igual ou superior a 20 anos (os trabalhadores pagos ao mês). Os restantes trabalhadores por conta de outrem, com idade igual ou superior a vinte anos, excepção para os de serviço doméstico, terão salário mínimo mensal de 4500\$00. O diploma foi ontem aprovado em reunião de Conselho de Ministros. Segundo o mesmo, aos trabalhadores com idade inferior a 20 anos é garantida a remuneração mínima mensal de montante igual a 50 por cento dos salários referidos, diz o comunicado emitido no final da reunião que «sem prejuízo do princípio de que, na mesma empresa, a trabalho

igual deve corresponder salário igual». O diploma aprovado fixa ainda em 50.000\$00 a remuneração máxima mensal para quaisquer trabalhadores ao serviço de quaisquer entidades patronais, de empresas públicas ou privadas nacionalizadas.

Outro decreto-lei aprovado na reunião de ontem subordina as alterações das remunerações mais elevadas e dos respectivos complementos, por um lado, à «concessão efectiva das remunerações mínimas garantidas», e, por outro, à «manutenção do poder de compra dos trabalhadores mais desfavorecidos». Reportamo-nos ainda ao comunicado emitido no final da reunião. Aí consta que, «entre outras medidas, o presente diploma, que proíbe a fixação de acréscimos de remuneração diferidos para além

de 30 de Julho de 1977, determina que os encargos globais resultantes das remunerações não podem sofrer aumentos superiores a 15 por cento da massa salarial». Por sua vez, «os aumentos individuais não podem, em caso algum, exceder 20 por cento da respectiva remuneração».

FRETES MARÍTIMOS

Presentes na reunião, os ministros da República da Madeira e dos Açores fizeram exposições acerca da situação em cada um destes arquipélagos. Ouvidas as exposições — que incidiram sobre o problema dos fretes marítimos —, o Conselho de Ministros «resolveu cometer aos ministros do Finanças, do Trabalho e dos Transportes e Comunicações a apre-

sentação de uma solução para aquele problema permitindo a fixação de uma novotabela que reflecta os custos e seja remuneradora para as empresas e aceitável para a economia dos arquipélagos. Os Governos regionais deverão participar no estudo daquela solução que será presente ao Conselho no Prazo máximo de 30 dias».

Povo de Gaia compra couves dos Cortiços

Duas camionetas carregadas de hortaliças partiram dos Cortiços, aldeia transmontana, em direcção a Vila Nova de Gaia. Depois de dez horas de caminho chegaram ao destino. Com o auxílio da Comissão de Moradores da Barrosa, Telheira e Devesas, os trabalhadores da cooperativa «Os Pioneiros» venderam «enquanto o diabo esfrega um olho» cerca de quatro mil couves.

Esta iniciativa demonstrou ao povo consumidor de Vila Nova de Gaia que é possível combater a alta do custo de

vida pois as couves foram vendidas por metade do preço que se pratica no mercado.

Entretanto a cooperativa «Os Pioneiros» recebeu a visita anteontem de funcionários do IRA que se deslocaram aos Cortiços acompanhados por forças da GNR. Os trabalhadores daquela cooperativa foram informados da decisão daquele organismo de proceder na próxima segunda-feira à colheita da azeitona do olival situado na aldeia de Sernadela. O trabalho será feito por trabalhadores daquela aldeia e dos Cortiços, pagos pelo IRA.

NOTA OFICIOSA

M.A.P. esclarece expropriações

O Ministério da Agricultura e Pescas divulgou a seguinte nota oficial:

«1. — Tem vindo a referir-se com bastante insistência a necessidade de se efectuarem novas expropriações na zona de intervenção da Reforma Agrária, este ministério julga, pois, oportuno alguns esclarecimentos acerca desta matéria.

Em primeiro lugar, convém referir que as expropriações em causa estão incluídas no plano de acção apresentado recentemente pelo senhor ministro da Agricultura e Pescas. Como foi dito, e salvo casos de grande urgência, estas expropriações terão lugar logo que estejam regularizadas algumas das situações de flagrante ilegalidade nas áreas já expropriadas, e que são, nomeadamente:

— Entrega de terras a seareiros;

— Desocupação de empresas com menos de 50.000 pontos;

— Alguns direitos de reserva que esbocem a sua demarcação e concretização desde há muitos meses.

As expropriações nos termos de legislação vigente recomencem logo que estas ilegalidades se encontrem corrigidas: primeiramente, as das propriedades que se encontram já ocupadas; em seguida, as das propriedades ainda ocupadas.

Em segundo lugar, chama-se a atenção para o facto de as áreas a expropriar não resolverem os problemas de reposição das legalidades e de planificação de empresas colectivas, que subsistem em relação às zonas expropriadas.

Observe-se, por exemplo, o que se passa em distritos onde há áreas a expropriar, em zonas não ocupadas, da ordem das dezenas de milhares de hectares: Évora, Portalegre e Castelo Branco. No distrito de Évora, grande parte das áreas por expropriar são terras pobres, de aptidão agrícola marginal, ou de carácter silvo-pastoril; aquelas finais, que no período das ocupações maciças ninguém esteve interessado em ocupar, porque sem interesse para explorações agrícolas intensivas onde se pudessem instalar seareiros e pequenos e médios agricultores, ou mesmo procurar áreas para alargamento de cooperativas existentes.

Refere-se a propósito, que aqueles grupos de seareiros e alugadores de máquinas, que em declarações prestadas junto dos órgãos de soberania, ou nos meios de comunicação social, pedem terras para trabalhar nas novas áreas a expropriar, não terão decerto interesse nas terras pobres de sequeiro ou nas terras delgadas de xisto alentejano, e, ainda que o tivessem, subsistiria um problema, qual o destino dos operários agrícolas, que mesmo nestas condições, trabalham actualmente estas terras, e a dos numerosos desempregados ou subempregados do sector agrícola que aqueles se juntam?

Outro tipo de prédios rústicos também ainda não ocupados e a expropriar encontram-se por exemplo nas boas terras do Ribatejo e do distrito de Beja: são áreas agrícolas, com elevado índice de intensificação cultural e que têm numerosos trabalhadores, os quais, aliás, desejam em muitos casos acesso à terra em formas individuais ou colectivas, conforme prova a documentação que diariamente chega ao Ministério.

As áreas por expropriar incultas ou subaproveitadas poderiam resolver o problema de falta de terra para searei-

ros, reservatórios ou cooperativas. Julga-se que tenham pequena extensão, não só pelas informações disponíveis nos serviços centrais deste Ministério, como também pelo facto de, logo após a posse dos seus actuais responsáveis, ter este Ministério pedido aos sindicatos dos trabalhadores agrícolas do Alentejo e do Ribatejo uma lista das herdades, por concelhos, que segundo eles estivessem abandonadas ou subaproveitadas, lista essa que, decorrido mais de um mês, ainda não foi recebida.

A correcção dos desvios às leis da Reforma Agrária, assenta somente na utilização das áreas que ainda falta expropriar e não estão ocupadas, não é, pois, possível. Se, com a pressão neste sentido, se pretende levar o governo a prosseguir com as expropriações de acordo com a lei, essa pressão não tem razão de ser, pois o ministro da Agricultura e Pescas assumiu perante o País o solene compromisso de o fazer.

2. — Aproveita-se a oportunidade para tornar pública a preocupação deste Ministério quanto à evolução das remanejeiras de cereais praganosos (trigo, cevada e aveia) no Centro e Sul do País.

Como é do conhecimento dos trabalhadores, em anos com inverno chuvoso, como no caso corrente, só trabalhando intensamente, bem mais do que as 8 horas diárias do contrato co-

lectivo de Trabalho, se podem semear as áreas habituais, aproveitando totalmente para tanto os muitos curtos períodos de sação para as sementeiras.

Ora pelas informações que de várias origens chegam a este Ministério, conclui-se que os trabalhos de sementeira se encontram manifestamente atrasados e que não têm sido tomadas medidas de intensificação do trabalho agrícola no sentido de se recuperar o tempo perdido em virtude das chuvas. Curiosamente, nalgumas zonas vai-se ao ponto de especular que, se os trabalhos estão atrasados, tal se deve à política da actual equipa do Ministério da Agricultura e Pescas.

O MAP aproveita para recordar aos trabalhadores a importância do cumprimento das metas relativas a áreas semeadas, bem como as consequências desastrosas que tal situação terá junto de uma opinião pública, a quem foi criada a ideia de que o êxito de uma Reforma Agrária se mede pelo aumento da produção — e não foi deste Ministério que partiu a campanha de afirmações nesse sentido.

3. — Finalmente esclarece-se que contrariamente a afirmações vindas a público o direito à reserva por parte dos rendeiros está claramente reconhecido nos Decretos-Lei n.º 406-A/75 (art.º 6.º), n.º 407-A/74 (art.º 7.º) e n.º 493/76 (art.º 2.º).

RESTAURANTE «O CONVÉS»

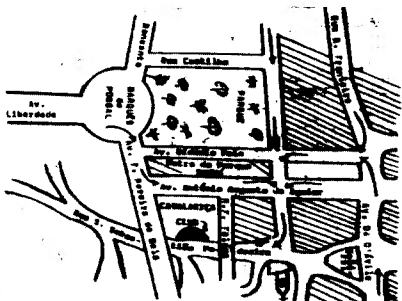
ABERTO HOJE TODA A NOITE

SERVIÇO ESPECIAL DE CEIAS

— AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 45 —

ESTÁ SOZINHO NA NOITE DE FIM DE ANO?
VENHA TER CONNOSCO À

CAVALARIÇA CLUB



NÃO EXIGIMOS CONSUMO

RUA DE S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA, 51-C
TELEF. 56 03 52 LISBOA

A PUBLICIDADE BEM UTILIZADA

- contribui para a redução de gastos de energia e do consumo de combustíveis
- ajuda a economizar tudo que não constitui consumo indispensável
- estimula as economias, os depósitos a prazo e outras formas de poupança
- contribui para a prevenção de acidentes, doenças e surtos epidémicos
- participa na generalização de hábitos de higiene e na defesa da salubridade pública
- cria o gosto pela leitura e pelo aproveitamento cultural e artístico dos tempos livres
- divulga as vantagens da educação física e da prática dos desportos
- sugere programas de utilização dos tempos livres e de gozo das férias
- ensina regras de alimentação e a preferir os melhores alimentos
- defende e orienta o consumidor
- melhora as condições de tráfego e de ambiente, das estradas e dos centros urbanos
- valoriza as qualidades dos produtos
- explica as vantagens de utilização dos serviços
- é uma arma na batalha pelo desenvolvimento económico e social do País

as campanhas de publicidade
devem pois ser

bem concebidas
estudadas cientificamente
orientadas num sentido de utilidade social
distribuídas pelos meios e veículos
mais apropriados

ENTREGUE AS SUAS CAMPANHAS
A UMA BOA
AGÊNCIA DE PUBLICIDADE

DL

easy rider

MELHOR FILME
de um novo realizador
FESTIVAL DE CANNES

UM OBRA
FUNDAMENTAL
DE VISÃO
NDISPENSÁVEL.
— JORNAL NOVO



easy rider
PETER FONDA DENNIS HOPPER
JACK NICHOLSON

7. SEMANA SATELITE

Não Aconselhável a Menores de 18 Anos

ORLANDO & ALMEIDA, LDA.

Deseja a todos os seus clientes, fornecedores
e amigos, um FELIZ ANO NOVO.

RUA DE ARROIO, 179-A E 158-B—LISBOA

C. P.—Caminhos de Ferro Portugueses AVISO CONCURSO

Até às 17 horas do dia 17 de Janeiro de 1977, estes Caminhos de Ferro aceitam propostas para a adaptação a bar ou cantina e subsequente exploração de duas dependências da estação de Évora, sendo todas as despesas a cargo do interessado.

A anuidade mínima a oferecer pela ocupação das instalações é de 16 000\$0 e os concorrentes devem depositar em qualquer estação da C.P. a quantia de 2700\$00 e as respectivas propostas deverão ser feitas com base no programa do concurso e condições contratuais, que os interessados poderão consultar nas seguintes estações e locais:

- Évora
- Casa Branca
- Beja
- Serviço Comercial da Região Centro
LISBOA (SANTA APOLÓNIA)
- Serviço Comercial da Região Sul
BARREIRO
- Serviço Comercial de Passageiros
Estação de Santa Apolónia, 1.º andar
LISBOA-2

As propostas deverão ser feitas em carta fechada dirigida ao Serviço Comercial de Passageiros dos Caminhos de Ferro Portugueses, Estação de Santa Apolónia, 1.º andar, Lisboa-2, acrescentando-se àquele endereço, no sobrescrito, o seguinte:

«Proposta para a adaptação e exploração a bar ou cantina de duas dependências, na estação de Évora».

REVEILLON
NA CANTINA
UNIVERSITÁRIA
VELHA

CHAMPANNOTA MÚSICA
CARNIVAL ALEGRIA
SAMBÁ

ambiente festivo
COM DOIS conjuntos
"OS ACADEMICOS"
e "OS WAYA-WAYA" (POP)
Inf.: Tel. 762017

O MELHOR REVEILLON DE LISBOA

Nacional AS ELEIÇÕES EM ESPINHO Freguesia de Silvalde reforçou vitória do Partido Socialista e da esquerda

Ao eleitorado activo da freguesia de Silvalde deve o P. S. a margem relativamente larga de votos com que ficou em vantagem sobre o P. S. D./P. P. D. no concelho mais a norte do distrito de Aveiro: aquele que tem sede na cidade de Espinho — e referimo-nos às eleições para as autarquias do passado dia 12.

A votação do P. S. em Silvalde (à volta de 1000 votos a mais sobre o segundo mais votado) haverá ainda a acrescentar pelo menos a registada também em Paramos, onde, e sempre por margem larga, o P. S. ganhou. Em qualquer caso, os números totais têm sempre mais força (admitindo, embora, o significado especial das vo-

tações a nível de freguesia), e esses assinalam que o P. S. teve, para assembleias de freguesia, municipal e câmara, um total de votos superior ao do P. S. D./P. P. D. A vantagem menor foi, aliás, nas freguesias: o P. S. teve 4988 votos (mais 924, portanto, do que o P. S. D./P. P. D.). Certo que ficou à frente só em duas. Mas houve uma em que não concorreu sequer (Guetim), e, aqui, a vitória também não foi para o P. S. D./P. P. D., mas para uma lista de independentes. A vantagem mais larga em números relativos ao total de freguesias teve-a o P. S. na votação para a Assembleia Municipal: 5246, mais 1430 do que os 3816 votos do P. S. D./P. P.

D. Aproximou-se desta vantagem a conseguida na votação para a câmara, onde o P. S. obteve 5567, ou seja, mais 1396 votos do que os 4171 do seu concorrente mais directo.

Aqui será oportuno um parêntese para dizer que o primeiro nome da lista P. S. para a câmara era o presidente da Comissão Administrativa do Município: Artur Pereira Bartolo será empossado dia 20 do mês que vem, reconduzido nas funções que já vinha exercendo. Este será mais um facto comprovativo de que o Governo e as suas medidas não levaram a maior parte da população a deixar de votar à esquerda.

num caso, mais de seiscentos votos.

Espinho, cidade, é um concelho com cinco freguesias. Na eleição mais localizada, para a assembleia de freguesia, no entanto, o P. S. só conseguiu a maioria em duas: Silvalde e Paramos. Perdeu (em favor do P. S. D./P. P. D.) em Anta, não concorreu em Guetim e, um pouco estranhamente, também perdeu em Espinho (embora por uma escassa diferença de 29 votos). E dizemos «estranhamente» porque na mesma freguesia (a cidade e os arredores), na eleição para a assembleia municipal, o P. S. obteve mais 33 votos do que o P. S. D./P. P. D., e, na eleição para a câmara, ainda na mesma freguesia, a vantagem sobre o mais directo concorrente foi substancial: 1106 votos.

De facto, também em Espinho se registou o mesmo que na maior parte dos concelhos do País. Se por esquerda entendermos o bloco político aquém do P. S. D./P. P. D. (e, salvo raras excepções, basta-nos ter em conta o P. S. e a F. E. P. U.) e juntarmos as votações, o número é algumas vezes consideravelmente menor do que o total recolhido pelo P. S. D./P. P. D. e C. D. S. No caso de Espinho, por exemplo, só nas assembleias de freguesia o total P. S. D./P. P. D.-C. D. S. é ligeiramente superior (75 votos) à da soma P. S.-F. E. P. U. Nas outras duas eleições, para a assembleia municipal, feitas as contas, a vantagem seria de 327, e, para a câmara municipal, feitas as contas, seria de 370. Nestas contas não entram, porque insignificativas, as votações recolhidas por agrupamentos políticos como o P. C. P. (M-L) e os G. D. U. P.'s, que aqui concorreram. Também não entram as votações das listas independentes que, no respeitante à assembleia de freguesia (única eleição onde poderiam concorrer) atingiram,

Dos quatro concorrentes, a F. E. P. U. foi quem recolheu menor número de votos. Toda a vez de mil votos a que ficou, em relação ao C. D. S., nas eleições para as assembleias de freguesia explica-se facilmente: das cinco freguesias do concelho, a F. E. P. U. só apresentou listas em duas. De assinalar que só o C. D. S. e o P. S. D./P. P. D. concorreram nas cinco freguesias do concelho. Quanto às restantes eleições, a distância em votos a que a F. E. P. U. ficou do C. D. S. é mínima: na eleição para a assembleia municipal, 2143 votos, menos 103 do que o C. D. S., na eleição para a câmara, 2011, menos 26.

«Espinho escolheu», dizia, no seu número a seguir às eleições, e reflectindo nos resultados, o semanário regional «Defesa de Espinho». Este jornal congratulava-se com a elevada percentagem de eleitores inscritos que não deixaram de votar: 72,9 por cento, bastante mais do que a média nacional.

CASINO ESTORIL
CHA DANÇANTE
Sábado, dia 1 e Domingo, dia 2
às 17 horas
Chá completo - 100\$00

SIORTO

SOCIEDADE INDUSTRIAL
DE ORTOPEDIA, LDA.

Deseja à Ex.ª Classe Médica e Amigos,
ANO NOVO muito próspero.

Avenida Almirante Reis, 173, r/c., Esq.ª — LISBOA

PUB

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

ÀS DIRECÇÕES REPRESENTATIVAS DOS
TRABALHADORES ABRANGIDOS PELO
CCTV DOS RODOVIÁRIOS

Na continuação da defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e repudiando a tentativa da R.N. e do Governo de retirar direitos já conquistados vamos realizar uma Assembleia Geral no próximo dia 4 de Janeiro, pelas 21.30 no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico — LISBOA, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1.º Informações sobre as negociações do CCTV dos Rodoviários.
- 2.º Deliberar sobre a continuação da greve da mala.

Solicitamos a presença de todas as Direcções representativas dos trabalhadores rodoviários naquela Assembleia.

EM FRENTE PELO NOSSO CCTV!
NA LUTA VENCEREMOS!

LISBOA, 31 de DEZEMBRO DE 1976

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES FLUVIAIS ASSEMBLEIA GERAL CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Estatutos, convoco todos os associados a reunir em Assembleia Geral, no próximo dia 7 de Janeiro de 1977 — (sexta-feira) — pelas 18 horas, nas instalações do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa — Rua do Alecrim, 46 — 1.º — Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. — Apreciação, discussão e votação do Orçamento Geral para 1977.
2. — Informações sobre o decorrer das negociações da revisão salarial do CCT, e posição a tomar pela classe.
3. — CONGRESSO DOS SINDICATOS
 - a) — Estatutos da Intersindical Nacional
 - b) — Programa de Acção
 - c) — Lei Sindical.

Lisboa, 30 de Dezembro de 1976

O VICE-PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Armindo das Dóres

COMPARECE, DISCUTE E PARTICIPA!

Nacional

BEJA CATORZE ANOS DEPOIS

"Um novo campo de luta está aberto: não permitir que o fascismo seja esquecido"

— disse Manuel Serra ao "DL"

«Algo está errado, e muito errado, na situação que estamos a viver».

Catorze anos depois da madrugada de Beja, estas são palavras de um dos intervenientes — Manuel Serra.

«Não pode houve democracia, não haverá democracia em Portugal enquanto o fascismo não for julgado e não forem condenados não só os que cometeram crimes como os que deles beneficiaram», acrescenta Manuel Serra — dez anos de prisão, quarenta dias de tortura, sofridos precisamente a partir do primeiro dia do ano de 1962, fracassada a revolta de Beja.

Catorze anos após Beja, dois anos depois do 25 de Abril — ponto de contacto que Serra busca no primeiro como «antecedente histórico» do «pronunciamento dos capitães» — um entre alguns milhares de portugueses que sofreram a repressão fascista reclama contra a ilibação dos seus carrascos: «É uma página negra na História de Portugal; mais do que isso, é o sofrimento imposto a todo um povo ao longo de 48 anos».

«Um novo campo de luta está aberto a todos os antifascistas: não permitir que o fascismo seja esquecido, seja considerado «legal» como querem fazer. E isto na altura em que já se preparam para julgar, prender, os que fizeram o 25 de Abril. Algo está errado na situação que estamos a viver».

Uma revolução a ser traída?

BEJA E 25 DE ABRIL

No décimo quarto aniversário da intentona, malograda, de Beja, dois anos decorridos sobre a queda do fascismo, há que lhe retirar, numa evocação, o seu carácter episódico. A síntese:

«O caso de Beja é já o resultado de lutas que se vinham travando. Muitos oficiais e civis envolvidos neste caso já haviam estado ligados ao 12 de Março, à chamada «revolta da Sé». Anos mais tarde, alguns militares ligados a estes dois acontecimentos estiveram tam-

bém, directa ou indirectamente, ligados ao 25 de Abril».

Duas datas: que convergência?

«Da nossa perspectiva diz Manuel Serra — o caso de Beja representa como que um antecedente histórico do 25 de Abril, não só pelas suas características de luta armada, como por esta coincidência de figuras militares (e não só) nos dois movimentos. Um e outro confirmam a tese segundo a qual o derrubamento do fascismo só seria possível com o recurso à acção armada».

Mas não quedam por aqui os pontos de convergência. Um outro — a guerra colonial:

«Quando a revolta de Beja eclode, a guerra colonial estava no início. Uma parte considerável das Forças Armadas ainda não estava envolvida. O caso de Beja surge, então, como uma corrida histórica contra o tempo — sabíamos que ou travávamos ali o fascismo e a guerra colonial seria neutralizada, ou tracasávamos e ela avançaria com todo o seu cortejo de enormes sofrimentos para o povo português e para os povos irmãos das colónias, como aliás veio a acontecer».

«Paralelamente, o 25 de Abril aparece também como consequência da guerra colonial. Só que, entretanto, confrontados com a luta heróica dos povos das colónias, os militares tinham ganho outra consciência. E o nosso povo também».

«Situando politicamente Beja, ela aparece-nos como uma imposição natural, dinâmica, dialéctica, tal como o 25 de Abril. E neste sentido que dizemos que Beja é o antecedente histórico do movimento de Abril».

UMA LIÇÃO

Antecedente ou não, Beja é um marco e uma lição na luta revolucionária do povo português. Marco que se evoca, lição que é exemplo. Factores positivos e negativos...

«Sim, há os dois lados», concorda Manuel Serra.

«Um factor positivo foi chamar a atenção, mais uma vez, interna e externamente, para a luta que o povo português travava. Positivo, também, na medida em que mobilizou vastas camadas militares e civis para a luta antifascista».

«Factores negativos, há-os

também. Por exemplo, o malogro da acção que levou muitos revolucionários à prisão, pagando com anos de cadeia o seu acto de coragem».

«O cômputo final, todavia, é positivo — pelo antecedente que representou, porque nos preparou para as tarefas que se seguiriam: nas cadeias, na tortura, retorçamos a convicção de que o fascismo é a violência exercida pela burguesia, pelo capitalismo, contra o povo, que o fascismo é o crime. E foram os milhares de homens e de mulheres, de antifascistas, presos, torturados, muitos deles mortos, ao longo de 48 anos, que consolidaram o grande alicerce do 25 de Abril».

E AGORA?

Evocar Beja, catorze anos depois, é não esquecer a ditadura fascista, «o crime institucionalizado, o anti-homem»; é não deixar apagar, em duvidosos golpes jurídicos, «48 anos de roubo, 48 anos de obscurantismo, 48 anos de opressão». Evocar Beja, hoje.

«A tentativa de fazer esquecer o que foi a ditadura fascista leva-me, pela primeira vez, a falar das violências que eu próprio sofri». Palavras de Manuel Serra, hoje, pela primeira vez.

«Entre no dia 1 na António Maria Cardoso. Estive 21 dias na «sala de tortura». Neste período, passei, primeiro, 14 dias e 14 noites sem dormir. E a tortura do sono era acompanhada de espancamentos — a murro, a pontapé, com cadeiras, cassetetes».

«Ao fim de catorze dias sem dormir, quando surgem os efeitos de distorção visual e auditiva, a debilidade física de um indivíduo é grande. Era, precisamente, essa a altura escolhida para o início do espancamento. Este, era conduzido por «brigadas de tortura». Raramente era apenas um agente que batia. Normalmente eram quatro ou cinco, mesmo oito ou nove. Eramos agarrados e agredidos por vários ao mesmo tempo, de modo a que não pudessemos esboçar o mínimo gesto de defesa. Atingiam-nos os órgãos onde a pancada provocasse maior dor».

«Neste período, agrediram-me repetidamente no crânio com um cassetete, ao ponto de se fenderem o couro cabeludo. Queixei-me, posteriormente, ao médico. Recu-

sou-se a aceitar a queixa de espancamento. Preferiu atribuir a ferida a um problema de pele, com queda de cabelo...»

«Passados estes 14 dias, deixaram-me dormir na própria «sala de torturas» e logo retomaram o interrogatório. Foram mais sete dias e sete noites sem dormir e com espancamentos. Repetiu-se o esquema: alternavam-se nas sessões, tapavam-me a boca, com adesivo colado à bofetada, para não gritar. Chegaram mesmo a algemar-me. E a agressão constante mantinha-se, impiedosa, científica: começavam, por exemplo, com pancadas nas barrigas das pernas e iam subindo depois, aumentando progressivamente, a dor. O mesmo nos braços, nos olhos, na cabeça...»

«Fui, depois, para Caxias, onde me encerraram no «segredo», debaixo de terra, numa cela onde a luz natural não penetrava e onde o único ar provinha de alguns buracos abertos na porta que dava para o corredor. A água escorria pelas paredes e empoçava no chão, mantendo a enxerga permanentemente húmida. Ali permaneci 24 horas, antes de outra «sessão» que duraria mais sete dias e sete noites. No total, estive 32 dias sem dormir. E os espancamentos duravam horas. Os próprios torcionários reflectiram a violência da agressão — recordo, por exemplo, um que chegou a partir um dedo tal era a forma como batia».

«Os primeiros três meses que passei nas mãos da PIDE dividiram-se entre estes quarenta dias de tortura e os restantes passados no «segredo». Decorrido este período, transferiram-me para o Aljube, para aquilo a que chamávamos «os curros» (pequenas celas com um metro e noventa por noventa centímetros) onde, juntamente com outros camaradas, pas-

sei mais três meses».

Seguiram-se dez anos de prisão: «dez anos de repressão psíquica através do isolamento, da vigilância permanente, da forma, em suma, como as nossas vidas eram conduzidas». Dez nos em que «a acção repressiva se exercia em cada uma das 24 horas do dia».

A VERGONHA

Depois de Beja, a prisão, a tortura. Catorze anos depois a evocação surge no momento em que os agentes da repressão, dos torcionários, são ilibados. Que sentir? Que dizer? Manuel Serra. «Este acto que as entidades oficiais estão a permitir é mais do que revoltante: provoca nojo, provoca vergonha».

«Julgo que nenhum companheiro, nenhum camarada, jamais, na tortura, na prisão, sentiu vergonha. Porque sabíamos porque lutávamos, porque estávamos seguros da razão que nos assistia. Mas agora sentimo-la. Os «pides» são libertados... Eles que foram, de facto, um instrumento de repressão, que foram torcionários, que formaram um bando de malfetores... E quer-se passar uma esponja por cima destes crimes todos!».

«Nenhum antifascista quer vingança. Mas quer justiça».

«A sociedade e os homens não se defendem permitindo que o crime seja recompensado. E ele foi-o durante 48 anos de fascismo. Pelos Champalimauds, pelos Quinas, por todos os que beneficiaram dos crimes cometidos. Impõe-se que não sejam, também agora, recompensados. Mas é isso que se está a fazer. Parece querer apagar-se da História este passado de crimes. E isso revela uma convivência da autoridade civil e militar».



«Algo está errado, muito errado, na situação que estamos a viver», uma reflexão catorze anos depois de Beja: «Parece querer apagar-se da História um passado de crimes»

E voltamos ao princípio: «Algo está (continua?) errado, muito errado, na situação que estamos a viver».

Catorze anos depois!

mini férias na neve

2450 SERRA da ESTRELA

* PASSE 4 DIAS NO TECTO DE PORTUGAL

PENHAS da SAÚDE

alojamento no magnífico hotel SERRA da ESTRELA

* informações e inscrições:

mundial turismo

LISBOA AV. ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR, 50 B
TEL. 58321/22/23/24
PORTO RUA ENTRE PAREDES 17 TEL. 25544

DE 2 A 11 DE JANEIRO ESTAMOS FECHADOS

ELL INTERNATIONAL

RUA A. PEREIRA CARRILHO, 30 LISBOA - 1

Fazemos «balanço» mas no dia 12 já o podemos receber

VENHA VISITAR-NOS

BOAS COLHEITAS EM 1977

COM **AGROBI**

O PULVERIZADOR

ESTUDADO PARA SI

fabricado em Portugal

CusCus

ESPECIALIDADE ÁRABE

Pratos individuais a 80\$00

JANTE TODOS OS DIAS A PARTIR DAS 20 E 30 NO BONAPARTE — Rua de S. Miguel, 70 — ALFAMA

Telef. 872761

SALA 1 As 15, 17, 19 e 21
Não ac. m/18 anos
ANTES DA REVOLUÇÃO
realiz. Bernardo Bertolucci

SALA 2 As 15-17-30-20-30
Não ac. a men. 18 anos
VÃO SOBRE UM NINHO DE CUCOS
Realiz.: MILOS FORMAN

SALA 3 As 14, 16, 15, 19, 21, 15h
Int. men. 18-cen. choc.
IMPERIO DOS SENTIDOS
Realiz.: NAGISA OSHIMA

SALA 4 As 15-17-19-21-23 h.
Int. m/ 18 anos, cen. choc.
O MONSTRO
Real.: Walerian Borowczyk

Nacional

Reorganizados serviços da P.J.M.

Foram reorganizados os serviços da Polícia Judiciária Militar, que tinham sido criados em 23 de Setembro, sendo agora regulamentadas as futuras delegações de Coimbra e Évora, não previstas no decreto anterior.

A orgânica da P.J.M. e os quadros do seu pessoal militar e civil constam de quadros que foram publicados no «Diário da República», I Série, n.º 303, em anexo a uma portaria do Conselho da Revolução que define a reorganização dos serviços.

No preâmbulo do diploma refere-se que o desenvolvimento da acção do SPJM veio demonstrar serem insuficientes os elementos orgânicos previs-

tos, tendo havido necessidade de proceder à requisição, quer de maior número de oficiais, quer ainda de magistrados judiciais e escrivães de direito.

A nova orientação prevê a

Governo negociará empréstimo com Banco Europeu

A Assembleia da República autorizou o Governo a realizar com o Banco Europeu de Investimentos empréstimos e outras operações de crédito, integrados no quadro de ajuda excepcional e urgente a Portugal. Assim, o Governo negociará, para já, empréstimos até ao

contratação de licenciados em Direito, para apoio técnico à fase de investigação, sendo o lugar de consultor jurídico preenchido por escolha do presidente do Conselho da Revolução.

montante de 80 milhões de unidade de conta europeia, do montante total de 150 milhões, dos quais 70 já foram utilizados.

As operações financeiras serão realizadas à taxa de juro 3 por cento abaixo da taxa oficial.

U.D.P. explica motivos da não aceitação do P.C.P. (R) no M.U.P.

Três razões fundamentais terão levado a C. N. U. P., Comissão Nacional de Unidade Popular, a rejeitar a integração do P. C. P. (R.), Partido Comunista Português (Reconstituído) no M. U. P., Movimento de Unidade Popular, segundo um dirigente da U. D. P. Vieira Lopes, ontem, numa conferência de Imprensa. As três razões: primeiro, a circunstância de o C. N. U. P. se ter «submetido» à pressão exercida por certa imprensa, que considerava esse ingresso neste momento inoportuno para o M. U. P., cujo avanço poderia ser prejudicado pela presença do P. C. P. (R.); segundo, a intenção da C. N. U. P. «querer vincar a sua independência e autonomia em relação às forças políticas apoiantes»; terceiro, o receio manifestado por certos sectores da C. N. U. P., «cuja posição reflecte uma tendência para evitar uma oposição frontal ao partido do dr. Cunha». As citações pertencem a afirmações do referido dirigente.

A reunião, ontem, da U. D. P. com a Imprensa, serviu para aquela organização expor as suas posições perante esta questão e ainda para divulgar a análise feita dos resultados das eleições do passado dia 12, designadamente os números respeitantes aos G. D. U.

P.'s.

Sobre este tema falou Mário Durval. «A nível nacional, o M. U. P. teve uma votação fraca», disse. «Tais resultados devem-se fundamentalmente ao M. U. P. não ter aparecido como uma alternativa nacional. Todavia», diria, depois de enumerar alguns factores determinantes da escassa expressão dos números obtidos, «apesar dos resultados globais serem fracos, as dezenas de camadas eleitos serão os defensores das reivindicações populares e desempenharão um papel importante de apoio às lutas dentro do aparelho de Estado, tal como o deputado Acácio Barreiros tem desempenhado na Assembleia da República.»

Acácio Barreiros, presente, falou e disse das razões por que votou como votou «contra» na A. R., sobre o Plano e o Orçamento.

POSIÇÃO DO M. E. S.

Entretanto, o M. E. S. emitiu um comunicado tomando posição acerca da questão levantada em torno do ingresso do P. C. P. (R.) no M. U. P. O M. E. S., como se sabe, faz parte, juntamente com a U. D. P. e a BASE-FUT, da C. N. U. P. Recentemente, no interior desta comissão, o ingresso

possível do P. C. P. (R.) foi votado e o resultado foi negativo.

«O P. C. P. (R.) dirige a organização e prática política da U. D. P.», diz o M. E. S.: «A U. D. P. é, desde o início, uma das organizações apoiantes do M. U. P., como todos os direitos e deveres daí derivados. Deste modo, tanto por via de representação partidária como pela via do trabalho nos G. D. U. P.'s, elementos do P. C. P. (R.) e até mesmo dirigentes destacados desta organização estiveram e estão nas diversas estruturas do M. U. P., aos mais diversos níveis. Deste modo, nas actuais condições, a aprovação da proposta do P. C. P. (R.) representaria uma duplicação de representação partidária sem qualquer sentido face às grandes tarefas de reforço da ligação às massas e da organização do M. U. P.»

“Réveillon” africano

Tal como já fez no ano passado, a Associação de Guineenses e Cabo-Verdianos festeja a passagem de ano com um baile na Feira Internacional de Lisboa (F. I. L.).

A festa será animada pelo conjunto Voz de Cabo Verde.

pub

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS COMUNICADO SOBRE AS NEGOCIAÇÕES DO CCTV

A TODOS OS TRABALHADORES RODOVIÁRIOS

Vêm as Organizações Sindicais abaixo designadas informar os trabalhadores do seguinte:

O nosso CCTV abrange mototistas, cabradores, metalúrgicos, escriturários, electricistas, etc.

Os trabalhadores são representados nas negociações pela Comissão Sindical Nacional que é constituída, nomeadamente, pela Federação dos Rodoviários, pelos Sindicatos das Garagens, pela Federação dos Metalúrgicos, pela Federação dos Escritórios, etc.

Devido à recusa das entidades patronais em se sentarem à mesa das negociações, o novo CCTV está a ser negociado entre a Comissão Sindical Nacional e a RN.

No entanto, os Ministérios dos Transportes e do Trabalho tomaram o compromisso de estenderem, por Portaria, o que for acordado com a Rodoviária Nacional a todas as empresas. Até a este momento já se chegou a acordo em 53 cláusulas. Faltam ainda 5 cláusulas.

A última proposta de salários apresentada pela RN em 28 de Dezembro, representa, em relação aos salários que estão em vigor, um aumento de cerca de 13,5 por cento. Isto significa um ordenado de 8.520\$00 para os motoristas de pesados, de 7.950\$00 para os motoristas ligeiros e de turismo, de 8.060\$00 para os cobradores, de 7.670\$00 para o ajudante de motorista, de 7.100\$00 para os serventes e carregadores, de 9.370\$00 para o 1.º oficial metalúrgico, e electricista, de 8.800\$00 para o 2.º, de 10.220\$00 para o 1.º escriturário e de 9.080\$00 para o 2.º escriturário, etc.

No entanto a RN e o Ministério dos Transportes tinham abandonado a ideia de modificar o horário de trabalho, continuam a dizer que mesmo aquela sua proposta pressupõe, por parte dos trabalhadores, a aceitação de uma modificação na cláusula do subsídio de refeição. E a modificação que eles pretendem, é a seguinte: — os trabalhadores que terminarem o seu período de trabalho às 14 horas ou às 21 horas deixam de ter direito a subsídio de refeição (almoço e jantar).

Na reunião realizada no Ministério do Trabalho em 28 de Dezembro, onde a RN apresentou aquela proposta, a Comissão Sindical Negociadora fez um conjunto de perguntas ao Conselho de Gerência da RN e ao Ministério dos Transportes.

Entre elas destacamos:

1. Estão o Ministério dos Transportes e a RN dispostos a reporem o poder de compra perdido pelos trabalhadores durante o período de vigência dos actuais salários, devido ao aumento verificado nos preços?
2. Saberá a RN qual é o aumento de encargos que acarreta a sua última proposta?
3. Saberá a RN qual é poupança que obterá se a sua pretensão de modificar a cláusula do actual CCTV sobre subsídio de refeição fosse aceite pelos trabalhadores?
4. Saberá a RN qual é o aumento de receitas que obteve devido a recente subida das tarifas?

Depois de terem pedido um intervalo, o Conselho de Gerência da RN e o representante do Ministério dos Transportes disseram que não eram capazes de responder às questões postas, pois, em relação a muitas delas, nunca nelas haviam pensado.

Isto cerca de seis meses após a data do início das negociações, o que mostra de uma forma clara a incompetência dos representantes do Ministério dos Transportes e da RN.

Para obviar este colapso colossal aqueles representantes oficiais disseram que iam pedir imediatamente ao Ministério dos Transportes a nomeação de assessores técnicos.

Os Sindicatos rodoviários não podem deixar de protestar e mesmo de responsabilizar o Conselho de Gerência da RN e dos Ministérios dos Transportes e do Trabalho, pelo atraso na saída do novo CCTV que mais esta manobra acarretará.

As Organizações Sindicais de todo o país responsabilizam desde já no Conselho de Gerência e os Ministros do Trabalho e dos Transportes para as graves consequências de repressão sobre os trabalhadores que aderiram à greve da mala. Repressão deste tipo a RN e os Ministérios encontrarão todos os Sindicatos e todos os trabalhadores firmemente unidos.

As Organizações Sindicais de todo o país, responsabilizam desde já o Conselho de Gerência e os Ministérios do Trabalho e dos Transportes para as graves consequências se persistirem em levar para a frente a sua manobra repressiva contra os trabalhadores.

Na mesma reunião foi decidido atendendo à presente situação, por um lado, solicitar audiências urgentes aos Ministérios do Trabalho e dos Transportes, e, por outro lado, realizar assembleias gerais com vista a uma tomada de posição conjunta.

Os abaixo assinados

Sindicato Electricistas do Sul, Sindicato Electricistas do Norte, Federação dos Rodoviários, Federação dos Metalúrgicos, Sindicatos dos Rodoviários Vila Real, Sindicato dos Rodoviários Aveiro, Sindicato Rodoviários Bragança, Sindicato Rodoviários Portalegre, Sindicato Rodoviários Leiria, Sindicato Rodoviários Bragança, Sindicato Garagens Aveiro, Sindicato Garagens Porto, Sindicato Garagens Braga, Sindicato Garagens Lisboa, Sindicato dos Cobradores, Sindicato da Const. Civil Setúbal, Sindicato Rodoviários Coimbra, Sindicato Rodoviários Viseu, Sindicato Rodoviários Setúbal, Sindicato Rodoviários Lisboa, Sindicato Rodoviários Faro, Sindicato Rodoviários Santarém e Sindicato Rodoviários Vila do Castelo.

pub

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS O PORQUE DUMA POSIÇÃO

A Direcção deliberou comunicar às Comissões de Delegados no sentido de a partir das 15h30 (hora do fecho da Banca ao público) do dia 30 de Dezembro, promoverem plenários de todos os trabalhadores com a consequente paralisação total dos serviços.

PORQUÊ?

— Porque, não obstante as múltiplas diligências efectuadas pela Direcção algumas delas em conjunto com elementos de Comissões de Delegados e de Trabalhadores, após reuniões efectuadas para o efeito no Ministério das Finanças ficou-se na expectativa até à «última hora», de que seria anulado o Despacho de 10.12.76, a que se refere o nosso comunicado 77/76, e dada solução correcta ao problema:

— porque, embora nos tenha sido dito às 20h30 do dia 29, que o Despacho seria para cumprir, a Direcção fez nessa noite várias diligências no sentido de levar ainda o Ministério a reconsiderar tal decisão;

— porque, só na manhã do dia 30 nos foi confirmada a posição irredutível do Ministério, em mandar repor a alguns privilegiados uma verba calculada em mais de duas centenas de milhares de contos (na mais flagrante incoerência com a política de austeridade que tem vindo a ser defendida pelo Governo);

— porque os Conselhos de Gestão da Banca, na sua maior parte, têm vindo a desenvolver todos os esforços para — neste caso — aplicar com eficiência as orientações governamentais, mandando a toda a pressa processar retroactivos; ao contrario daquilo que noutros casos têm feito e continuam a fazer;

— porque esta Direcção entende ser seu dever não permitir que se revoguem unilateralmente as convenções colectivas e se comprometa, assim, antes do seu início, a negociação do novo CCT;

— porque, esgotados todos os meios ao seu alcance e face à eminência de sermos colocados perante um facto consumado, após análise e ponderação da situação, a Direcção não teve dúvidas em apelar a todos os trabalhadores para analisarem com urgência o problema tomarem uma atitude firme face às posições do Ministério e Conselhos de Gestão, criando assim condições para, se necessário, levar à prática eventuais formas superiores de luta que tenham que vir a ser decididas, se entretanto o problema não for resolvido.

PELA REVOGAÇÃO DO DESPACHO DE 10/12/76

Pe'l. A Direcção

Trabalho

Falência da "Isolux" desemprega 320 trabalhadores

Foi declarada na segunda-feira a falência da empresa de capital espanhol, do sector de montagens eléctricas, Isolux, o que terá como consequência o desemprego dos seus 320 trabalhadores. Em conferência de imprensa, os representantes dos trabalhadores anunciaram que esperam intervenção do Governo para solucionar o problema.

Na conferência, foi também dada a informação de que os capitalistas espanhóis — a sociedade espanhola Isodel-Sprecher, SA, de Madrid — teriam nas suas intenções a falência, desde o 25 de Abril.

Os trabalhadores não conseguem explicar o saldo negativo de mais de 80 mil contos acumulados nos últimos dois anos pois nunca tiveram acesso à escrita. A administração recusou também a intervenção de um técnico financeiro, proposta pelos trabalhadores, para analisar a situação da empresa. Os trabalhadores, ainda que não tenham provas, admitem ter havido desvio de capitais da empresa considerada a quinta firma do País neste ramo, tendo funcionado normalmente até 1974.

Os trabalhadores diligenciam encontrar uma solução a nível governamental, a partir de 24 de Setembro, data em que a gerência anunciou a intenção de apresentar a firma à falência. Ao fim de três meses de diligências e embora algumas entidades governamentais tenham considerado a firma com possibilidades de recuperação, todas as respostas foram negativas.

A comissão nomeada para tentar encontrar solução para o caso, entregou a vários órgãos do poder e aos grupos parlamentares do P.S.P., C.P. e U.D.P. uma exposição sobre a situação da empresa, aguardando portanto uma intervenção do Governo para evitar a falência e criar condições de recuperação.

Com a demissão, em Abril passado, de um dos sócios gerentes, a situação económico-financeira da firma degradou-se rapidamente, tendo os trabalhadores recebido a partir de Maio os vencimentos fraccionados. Mesmo assim, desde Outubro que não recebem os salários.

LEIS DO TRABALHO

Governo diz que ouviu Inter mostra que não

«Quais foram as entidades previamente consultadas pelo Ministério do Trabalho? Que comissões de trabalhadores e sindicatos foram ouvidos?»

Com estas perguntas manifesta o secretariado da Intersindical, em comunicado à imprensa, a sua estranheza pela afirmação contida no preâmbulo de três decretos-lei daquele ministério, recentemente publicados, segundo a qual «tomaram parte na elaboração do presente diploma comissões de trabalhadores e associações sindicais que para o efeito foram ouvidas pelo Ministério do Trabalho, sendo diversas as sugestões apresentadas incorporadas no texto final». Os diplomas em causa regulam a suspensão das convenções colectivas nas empresas em crise, o regime de férias, o sistema de contratação colectiva.

Perante afirmação tão categórica, a Intersindical começa por lembrar a posição de repúdio assumida pelo Movimento Sindical, quando foram publicamente anunciadas pelo ministério as condições em que se pretendia dar cumprimento ao preceito constitucional que manda ouvir os trabalhadores na elaboração das leis que lhes dizem respeito. Tratava-se de «um autêntico simulacro», já que se concedia um «ridículo prazo» de 15 dias, não se tinham em conta as estruturas representativas dos trabalhadores nem se divulgavam os projectos a analisar.

«Mas o Governo vai ainda mais longe ao afirmar que algumas das sugestões então apresentadas foram incluídas nos textos finais. Que tipo de sugestões e dadas por quem, visto que tais diplomas contém, no fundamental, aspectos mais graves para os trabalhadores, que jamais poderiam dar o seu aval as novas condições neles regulamentadas quando a política do Governo aponta nitidamente no sentido da recuperação capitalista e não na via de transição para o socialismo prevista na Constituição?», pergunta, ainda, a Intersindical.

Sucede, por outro lado, que ainda não foi publicado o diploma regulamentador da participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho, cujo projecto foi em tempos facultado à Intersindical, «com fins demagógicos». A falta de prioridade dada a tal diploma mostra, assim, a «real intenção» do Governo: «afastar as associações sindicais e as comissões de trabalhadores».

Por tudo isto, a Intersindical conclui que se está perante mais uma violação da Constituição, particularmente no que respeita aos direitos consagrados na alínea d, do art.º 56.º e na alínea a) do n.º 2 do art.º 58.º, «pelo que o Movimento sindical não o deixará também desta vez, de recorrer às vias adequadas com vista a assegurar o cumprimento integral da lei fundamental do País».

Independentemente disto, será oportunamente divulgada uma análise cuidada dos três diplomas em causa.

CURTO EXPLICA

O regime de férias, faltas e feriados recentemente instituído estabelece períodos mínimos a que se deve obedecer, mas, se os contratos colectivos

de trabalho forem mais favoráveis e não contrariarem normas imperativas, são estes que se aplicam — afirmou ontem Marcelo Curto, em declarações transcritas pela ANOP.

Comentando o prazo de 18 meses para vigência dos contratos colectivos, o ministro do Trabalho considerou-o «desfasado em relação ao ano económico e, portanto, permite que seja aplicado durante um ano em determinadas condições, que são fixadas depois de acordo com a alta do custo de vida e com as condições criadas durante um ano».

Ainda sobre o novo regime da contratação, Marcelo Curto salientou «a imposição da negociação obrigatória e as pesadas sanções para a falta de comparência» como as inovações mais importantes.

Trabalhadores contra reintegração de saneados

O plenário de trabalhadores da Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos repudiou a concessão de pensões de reforma privilegiadas aos antigos administradores da companhia, Raul Vieira e João do Amaral, determinada pelo secretário de Estado da Marinha Mercante.

Com efeito, aquele membro do Governo determinou que os dois ex-administradores continuem a receber respectivamente 26.700 e 19.120 escudos

mensais, e que lhes sejam pagos os retroactivos desde Maio de 75, no montante de 534.000 e 382.400 escudos.

Na moção aprovada no plenário, os trabalhadores salientam a diferença de comportamento do Governo que exige sacrifícios aos trabalhadores e lhes cria dificuldades por um lado, enquanto por outro encontra rapidamente disponibilidades financeiras para compensar os que serviram o fascismo.

Também a tripulação do navio «Roçadas», com data de partida do porto de Lisboa marcada para ontem, decidiu que o navio não largaria se o plenário do pessoal de terra fosse favorável ao pagamento daquelas pensões de reforma.

A execução do despacho fica suspensa até hoje, devendo o ministro dos Transportes e Comunicações tomar a decisão final. Segundo o secretário de Estado da Marinha Mercante, o pagamento das pensões privilegiadas era a única solução legal, mas os trabalhadores respondem que o estatuto da Companhia de Transportes Marítimos não foi ainda aprovado e a nacionalização implicou a suspensão dos estatutos anteriores.

O plenário dos trabalhadores repudiou também o projecto de «segunda Reforma Agrária» do ministro Barreto e decidiu auxiliar os verdadeiros trabalhadores da Reforma Agrária, inclusivamente do ponto de vista económico.

REINTEGRAÇÃO DE RAUL CALDEIRA

Os trabalhadores do Banco Totta e Açores reunidos em plenário repudiaram a atitude do Conselho de Gestão do banco que reintegrou o dr. Raul Caldeira, mediante o pagamento de vencimentos.

Os trabalhadores decidiram também solidarizar-se com os colegas da secção «Emprego», passando todos os trabalhadores a responsáveis pela não efectivação de qualquer crédito a título de vencimento em atraso.

Foi ainda deliberado que a Comissão de Trabalhadores force a entrevista com o Conselho da Revolução a fim de o obrigar a responder à exposição sobre o caso Raul Caldeira.

FARMACIAS

Grupo de Trabalho serve interesses do patronato

—denuncia Sindicato dos Ajudantes de Farmácia

Os delegados sindicais do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia do Sul decidiram, em reunião ontem efectuada na sua sede, que o seu representante no Grupo de Trabalho recentemente criado para estudar a questão dos turnos das farmácias de serviço permanente, abandone aqueles trabalhos no caso de haver intromissão na regulamentação de trabalho do sector.

Na proposta exige-se ainda a denúncia «de mais esta manobra patronal levada a cabo com a complacência das autoridades governamentais que superintendem no sector» e que «mais uma vez se solicite à Direcção-Geral de Saúde que faça cumprir os antigos turnos legalmente aprovados».

Por outro lado, noutra moção foi aprovado um voto de confiança à direcção do sindicato para defender no referido Grupo de Trabalho os interesses das populações no que respeita à assistência medicamentosa, seriamente afectada pela prática de um novo turno de farmácias de serviço permanente imposto unilateralmente pela associação patronal.

Desta última moção salienta-se, ainda, o repúdio pela possível (correm rumores nos bastidores...) nomeação do dr. Matos Júnior, actual director dos Serviços de Farmácia e Medicamentos, para o cargo de director-geral das Farmácias, departamento que, de acordo com os rumores, poderia vir a ser criado em breve.

Em questão um outro tema, relacionado com as tentativas do patronato que tem procurado imiscuir-se na estrutura sindical, quer com ataques no seu boletim, quer aconselhando a livre sindicalização e o não pagamento das quotas devidas pelos trabalhadores.

O GRUPO DE TRABALHO

De acordo com informações que nos foram prestadas pelo presidente do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia, Diamantino Elias, «o Grupo de Trabalho é mais uma manobra do patronato, com a colaboração da Direcção dos Serviços de Farmácia e Medicamentos», com vista à recuperação do terreno perdido aquando das negociações da

contratação colectiva, recentemente estabelecidas em portaria de Regulamentação de Trabalho.

Nesse Grupo de Trabalho, curiosamente não está representado o Sindicato dos Profissionais de Farmácia do Norte, nem tão pouco o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos. Mas, em contrapartida, têm nele assento representantes da Ordem dos Farmacêuticos e da Ordem dos Médicos, sobre a Ordem dos Farmacêuticos afirmou Diamantino Elias que depois de terem sido corridos os seus elementos mais progressistas, representa essencialmente os proprietários de farmácia.

A Associação Nacional das Farmácias presente no Grupo de Trabalho, fez diversas propostas, entre as quais a de, estudando o número mínimo de farmácias necessárias nas diversas zonas, se prever a possibilidade de recusa de avioamento de medicamentos quando não houver receita médica. Esta hipótese é ridícula, no dizer do presidente do sindicato, tendo em atenção a assistência médica em Portugal e as necessidades possíveis de um simples acessório, que tem, muitas vezes carácter de urgência, para se dar um exemplo.

Dos objectivos do patronato há um exemplo na proposta apresentada, quando se pretende que fique agora consagrado como pagamento do serviço nocturno, as taxas de reabertura que a população deve quando recorre às farmácias de serviço permanente.

A.C. vai a S. Bento

O plenário de delegados da firma «AC — Trabalhos de Arquitectura e Construção» efectuado em Setúbal no dia 21, decidiu que se até hoje os trabalhadores não receberem os salários em atraso desde há dois meses, concentrar-se-ão junto ao palácio de S. Bento, na próxima terça-feira às 15 horas, até que sejam totalmente satisfeitas as suas reivindicações.

Trabalhador despedido por duvidar do patrão

A entidade patronal da «Sabiol — Sociedade Agro-Biológica, Lda» despediu um trabalhador, por este ter duvidado dos lucros por ela apresentados, convocando um plenário para que fosse dado total esclarecimento.

O despedimento culminou um processo disciplinar que os patrões mandaram instaurar ao referido trabalhador, ameaçando o patronato com igual tratamento os responsáveis por situações contestatárias ou quaisquer iniciativas susceptíveis de causar perturbação.

«A escalada da recuperação capitalista assume proporções que só a unidade de todos os trabalhadores conseguirá travar», afirma em comunicado sobre este caso, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos.

mento os responsáveis por situações contestatárias ou quaisquer iniciativas susceptíveis de causar perturbação.

«A escalada da recuperação capitalista assume proporções que só a unidade de todos os trabalhadores conseguirá travar», afirma em comunicado sobre este caso, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos.

CLUBE FERROVIÁRIO DE PORTUGAL

«BAILE»

GRANDE NOITE DA PASSAGEM DO ANO

RUA DE SANTA APOLÓNIA, 59
TELEF. 83 46 56 LISBOA

Nacional

Manobras dos Champalimauds não passarão

**INQUÉRITO
AO SECTOR
CERVEJEIRO
DE J. CÂNDIDO
DE AZEVEDO**

A nacionalização das cervejas está em perigo. As forças ligadas às antigas administrações capitalistas desencadearam uma nova ofensiva para impedir qualquer reestruturação do sector que leve a uma modificação fundamental da situação actual — e que, basicamente, é aquela existente na altura da nacionalização do sector, em Agosto de 1975. Se esta nova ofensiva das forças capitalistas fosse coroada de êxito, centenas de postos de trabalho seriam postos em risco a curtíssimo prazo, e o erário público sacrificado uma vez mais aos interesses do capital.

A reestruturação do sector cervejeiro tem de fazer-se — e já! Trata-se de uma questão vital e urgente quer para os interesses dos trabalhadores quer para os interesses nacionais. Retardar ainda mais a reestruturação é pôr em cheque a própria nacionalização das cervejas, ou, se se preferir, é fazer o jogo das antigas administrações capitalistas, empenhadas em múltiplas manobras para que da nacionalização do sector não resultem benefícios nem para os trabalhadores do sector, nem para a população em geral, nem para o erário público.

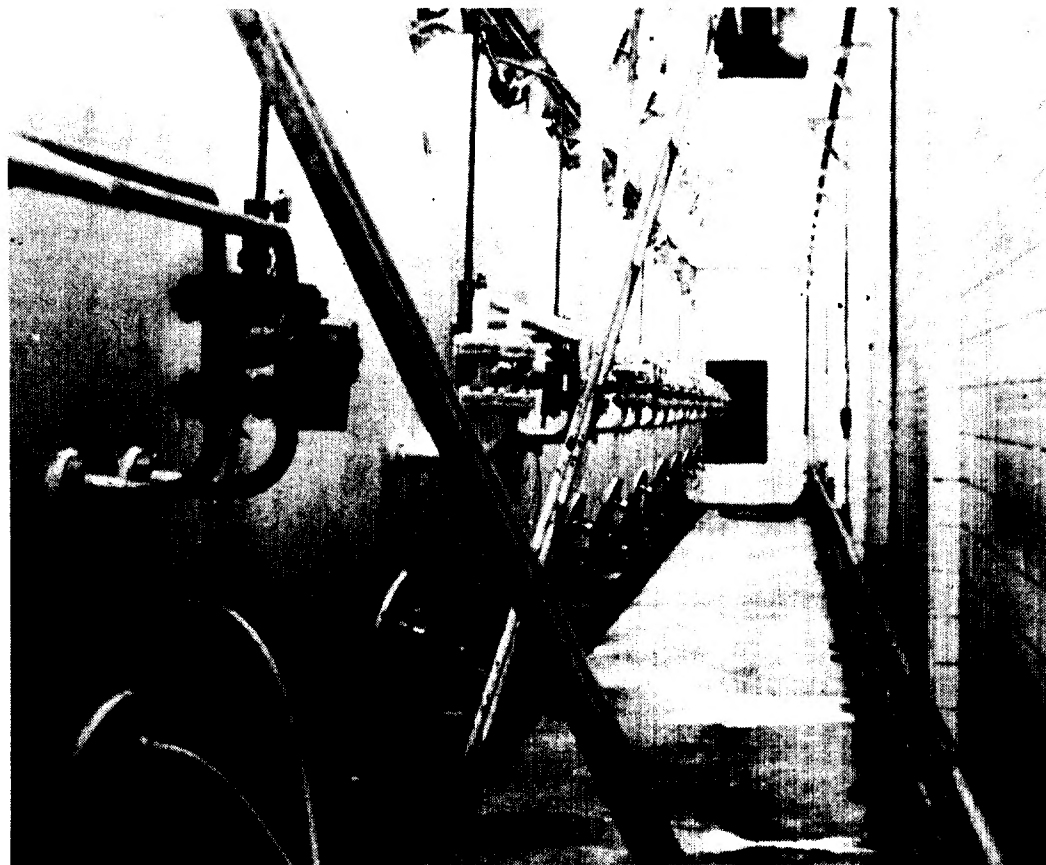
A REESTRUTURAÇÃO TEM DE FAZER-SE (E JÁ!)

A reestruturação do sector cervejeiro tem de fazer-se — e já! Mas ela não poderá contemplar as últimas manobras dos Cipe e dos Champalimauds. É que, incapazes de poderem impedir por muito mais tempo que o Ministério da Indústria e Tecnologia se decida a avançar com a reestruturação do sector na perspectiva que sempre afirmou — e os trabalhadores já confirmaram — aquelas forças capitalistas estão hoje empenhadas numa outra manobra não menos perigosa para os interesses do País e dos trabalhadores: pretendem levar o Ministério da Indústria a seguir um caminho oposto àquele que tem apontado e, contra toda a lógica técnica, económica, social e política, decidir por fim uma «reestruturação» que consistiria na criação de várias empresas públicas.

Uma solução deste tipo, se nada tem a ver com os interesses do País, serviria contudo às mil maravilhas, os projectos dos grupos capitalistas empenhados em recuperar o sector cervejeiro. É que importa deixar bem exposto que a criação de várias empresas públicas equivaleria a deixar o monopólio SCC-CUF Portuense no estado em que os monopolistas o deixaram e levaria inelutavelmente ao encerramento das três empresas mais pequenas (apenas relativamente ao mercado de vendas), que são a Copeja, a Cergal e a Imperial (que, por razões a que nos referiremos numa das próximas edições, não poderiam sobreviver numa «reestruturação» deste tipo). Os grupos monopolistas teriam assim o campo aberto para fazer o que há muito não escondem: comprar depois ao desbarato as instalações destas três empresas e, a partir daí e com o apoio financeiro de grupos internacionais, se empenharem numa luta sem quartel contra a SCC-CUF Portuense.

O que acabamos de dizer aparecerá ainda de modo mais claro se tivermos em conta que as chamadas «empresas pequenas do sector» estão dotadas de modernos equipamentos, dispõe já de uma técnica igual ou superior à da SCC-CUF Portuense e, na globalidade, as suas instalações fabricis dispõem de condições que faltam inclusivamente à SCC-CUF Portuense.

É assim que, por exemplo, nem a SCC nem a CUF Portuense dispõem de água própria, estando totalmente dependentes das águas que lhes



O sector cervejeiro está a rebentar por todos os lados. A reestruturação impõe-se — mas não como pretendem alguns ligados às administrações capitalistas, e que gostariam de ver criadas três, quatro empresas públicas. Compreende-se: assim haveria três ou quatro cargos de director-geral a preencher, quinze ou vinte lugares em Conselhos de Administração, chorudos salários... à custa do erário público, dos trabalhadores e dos consumidores

são fornecidas pelas Câmaras Municipais. Com os problemas de falta de água que são conhecidos, imagine-se as dificuldades com que estas empresas lutam (a cerveja é uma indústria que exige imensa água).

Em contrapartida, a Copeja e a Cergal dispõem de água própria, em grande quantidade e de boa qualidade (embora também recorram secundariamente às águas municipais). A situação é tal que a CUF Portuense, no último Verão, a braços com problemas gravíssimos de falta de água, foi obrigada a pedir à Copeja (em Santarém) que lhe fabricasse mais de dois milhões de litros de cerveja com as mesmas características da marca Cristal para poder abastecer o seu mercado. O público não notou qualquer diferença — e se a havia era para melhor — mas muita da cerveja Cristal que bebeu no Verão passado foi fabricada pela Copeja (que fabrica a Clok)! Isto só mostra a necessidade e a urgência de se proceder à reestruturação

do sector.

Dito isto, é óbvio que o que está em jogo é extremamente importante, e é por isso que a questão da reestruturação deste sector tem dado origem ao aparecimento de posições perfeitamente antagónicas: é que enquanto uns tantos pretendem manter as estruturas bem compartimentadas e concorrenciais (de modo negativo) inerentes às empresas capitalistas, como modo de defender privilégios pessoais e de grupo, mesmo contra os interesses da maioria e do País — e que em última análise reverteriam em pesados encargos para a população consumidora e não só —, outros batem-se pela reestruturação do sector de modo que sem liquidar os estímulos necessários a nível de qualidade e marca, se acabe com a concorrência capitalista, e ainda de modo que, sem se liquidar a autonomia indispensável de cada unidade produtora, se crie uma empresa unificada, um só órgão de gestão para o sector e uma planificação centralizada a nível do sector cervejeiro.

VANTAGENS DA EMPRESA UNIFICADA

Nesta luta que se vem travando desde há vários meses à volta da reestruturação do sector cervejeiro, a posição manifestada através de um documento entregue ao secretário de Estado da Indústria Ligeira, em Novembro último, por um grupo de cinquenta quadros e técnicos do sector, reveste-se de um inegável interesse.

No documento, esses quadros e técnicos do sector apontam as vantagens da Empresa Unificada, atingíveis pela articulação de um único órgão de gestão ao nível do sector e por um planeamento centralizado do sector cervejeiro.

Essas vantagens podem resumir-se do seguinte modo:

No domínio do Plano
— Aproveitamento integral da capacidade global das unidades de produção, por: lançamento de cargas adequadas; e transferência do semiproduto de unidade para unidade. Exemplo: mosto fer-

mentado para unidades com capacidade de filtração e enchimento disponíveis.

— Planificação quanto a matérias-primas: planificação de abastecimentos. O abastecimento de matérias-primas e adjuvantes de fabricação necessários à indústria terá como vantagens: custos menores — pelo seu volume e pela flexibilidade de meios técnicos, financeiros e de armazenagem; melhor qualidade — especificação técnica unificada e seu controlo; e apoio directo à agricultura — pela disponibilidade de meios técnicos dum Centro de Produtos de Pesquisas; pela capacidade técnica dos meios humanos disponíveis; pela capacidade de planificação da absorção da produção e sua conveniente ensilagem.

NO DOMÍNIO DA TECNOLOGIA

Pela criação de um Centro de Estudos e Projectos Industriais, seria possível a:

— Unificação de soluções técnicas e equipamentos em todas as unidades de produção.

— A transferência de equipamentos disponíveis de umas Unidades de Produção para outras com carências, evitando sobre investimentos desnecessários aproveitando integralmente os equipamentos existentes, alguns já amortizados.

— A capacidade de gestão centralizada; dos conhecimentos técnicos sobre equipamentos e instalações; do parque de peças de reserva; da adaptação dos equipamentos a outras actividades.

— A aquisição de equipamentos novos tendendo para a uniformização técnica; uniformização de instruções do funcionamento; vantagem financeira evidente devido ao peso global do cliente face aos fornecedores nacionais e estrangeiros.

— O aproveitamento integral das capacidades humanas disponíveis cuja idade justifique a sua utilização total em tarefas mais de acordo com os conhecimentos adquiridos pela experiência nos vários ramos de actividade do Sector.

Pela criação dum Centro de Estudos e Pesquisas, seria possível:

— O estudo de novos produtos.

— O estudo e adaptação a novas matérias-primas.

— O estudo de novos processos de fabrico e tratamento de produtos.

— A definição de produtos

O sector cervejeiro já este ano deu como a reestruturação não está feita em dinheiro... enquanto outras debatam a quem interessas

produzidos nas Unidades de Produção.

— O controlo (zelo) pela constância de qualidade.

— A definição de métodos Centralizados e Unificados do controlo de qualidade sobre: produtos, embalagens, produtos adjuvantes e matérias-primas.

— O estudo técnico das embalagens através do estudo da sua evolução; necessidades pontuais e aproveitamento integral do parque existente, que traria como consequência: custos menores, pelo seu volume e pela flexibilidade de meios; melhor qualidade, por especificações rigorosas e seu controlo directo; baixa de investimentos improdutos, pelo aproveitamento integral do parque de embalagens disponíveis; e normalização e unificação de tipos.

VALORES HUMANOS

A reestruturação do sector cervejeiro deverá traduzir-se igualmente por uma valorização



Os trabalhadores sabem que seu ser ainda muito mais útil se, há trabalhadores que se sentem dos a cadências demasiado de e desesperam, pela reatu

Nacional



verá apresentar lucros. Mas a, há empresas que nadam em-se com mil dificuldades. sta situação?

ção do factor humano. Actualmente, como se salienta no documento que temos vindo a referir, os quadros técnicos — por exemplo — só ocasionalmente se encontram, acertam e aferem (superficialmente) o ou dos seus conhecimentos: a evidente erosão e desactualização quanto a técnicas e processos — e não existem cursos de reciclagem. Ora ao contrário do que se possa pensar, a diversificação ou pulverização da indústria cervejeira, rouba perspectivas, fecha horizontes, desperdiça faculdades. O Quadro Técnico está fechado na sua empresa e, fora dela, tem poucas possibilidades.

E são cerca de cinquenta quadros e técnicos do sector cervejeiro — é bom lembrá-lo — que o dizem...

Mas é óbvio que a reestruturação a fazer terá que beneficiar todas as categorias humanas do sector. No domínio dos operadores, sabe-se que estes têm o seu grau de conhecimentos limitado ao dia a dia do

local de trabalho. A inexistência de um Centro de Formação Técnica rouba-lhes qualquer hipótese de especialização, convenientemente estruturada, no sentido do aproveitamento das potencialidades de cada indivíduo.

Nesta perspectiva, este grupo de quadros e técnicos do sector propõe a criação de um Centro de Formação Técnica, o que permitiria:

— a redução dos custos de desenvolvimento e investigação;

— a unificação de métodos e processos com reflexos altamente positivos na qualidade dos produtos fabricados;

— o aproveitamento integral e racional das capacidades humanas do Sector; e

— a redução dos custos de formação técnica dada a dimensão e diversificação de actividades do Centro e das possíveis disponibilidades humanas a aproveitar na formação tecnológica de Quadros e Operadores.

NORMALIZAR A COMERCIALIZAÇÃO

Um dos aspectos mais graves da actual situação no sector cervejeiro é o respeitante às condições em que se processa a comercialização do produto, de certo modo piores do que antes da nacionalização, assim como à utilização das respectivas frotas e pessoal de vendas. O documento a que nos temos vindo a referir aborda esta importante questão, salientando, nomeadamente:

«A comercialização de cerveja no Continente é feita através de várias redes (uma por cada Empresa do Sector), que se sobrepõe em todo o território nacional.

Esta distribuição gera uma contradição irracional: a frota e o pessoal de vendas da Sociedade Central de Cervejas e dos seus agentes estão sobreutilizados, enquanto que para as outras Empresas Cervejeiras, geralmente, tanto as viaturas como o pessoal de vendas se encontram subutilizados.

A existência de um único órgão de gestão para o Sector Cervejeiro pode resolver este problema aumentando a produtividade física por homem e por viatura.

Sem negar as vantagens de possuir mais de uma marca no mercado, não faz sentido que, estando o Sector nacionalizado, se ofereçam condições especiais (descontos, brindes,

etc.) para aumentar as vendas. Ora, é exactamente o que acontece quando as Direcções Comerciais se vêem na necessidade de oferecer receitas públicas para os retalhistas, apenas para poderem competir entre si.

Este problema só pode ter solução com um órgão único

A reestruturação do sector cervejeiro deverá traduzir-se igualmente por uma valorização do factor humano

de gestão, pois a prática tem mostrado que no esquema actual, nem acordos entre as Administrações, nem sequer os despachos ministeriais são acatados. Cada órgão de gestão procura defender os seus próprios resultados, sem cuidar das vantagens do Sector.»

CONSERVAÇÃO APROVISIONAMENTO NORMALIZAÇÃO

Nestes domínios, também as vantagens da Empresa Unificada são tão evidentes que, fora dos interesses particulares de uma minoria privilegiada pelas administrações capitalistas (e que por essa razão procura impedir a reestruturação do sector de acordo com os interesses do erário público, dos trabalhadores e dos consumidores), não encontram clara e lógica contestação.

No âmbito da conservação, aprovisionamento e normalização, a empresa unificada possibilitaria, nomeadamente:

— O aumento de dimensão na Empresa, principalmente se acompanhado dum trabalho de normalização do consumo, permitindo ainda reduzir os gastos em aquisições, na medida em que se poderia reduzir os «stocks» a manter e aumentar as quantidades a comprar pela mesma entidade, o que provocaria considerável redução de preços.

— No aspecto de tratamento mecanográfico, o aumento de dimensão da empresa só daria novas possibilidades à gestão do Aprovisionamento e organização da Conservação. Na verdade, se à normalização acima citada se juntar a codificação comum de todos os materiais consumidos nas várias fábricas e a uniformização de métodos de trabalho, então no mesmo centro informático e com os mesmos programas poderiam ser processados todos os dados. A maior dimensão até permitirá que seja economicamente rentável adoptar processos mais sofisticados e também mais eficientes.

— A empresa unificada possibilitaria ainda a aplicação de métodos «racionalmente de conservação», do que resultaria uma considerável melhoria de rendimento.

Como se sublinha no documento que temos vindo a referir, a complexidade dos meios necessários para a aplicação de sistemas de conservação, técnica e economicamente rentáveis, ao ser aplicado independentemente nas diversas empresas do sector, leva, além de uma dispersão de Quadros, quando não mesmo à impossibilidade da sua utilização nesse fim, a dificuldades só superáveis acima de determinada dimensão. Esta afirmação é comprovada pela não existência de políticas de conservação racionais e pela necessidade de recorrer ao exterior no respeitante à assistência técnica.

O dimensionamento do sector cervejeiro que uma Empresa unificada criaria, poderia permitir, em linhas gerais:

— a normalização de equi-

pamentos e materiais;

— a possibilidade de utilização de mão-de-obra especializada;

— a possibilidade de implicação da indústria nacional na construção de equipamentos e materiais que actualmente são importados;

— a possibilidade de assis-

tência a outras empresas fora do âmbito cervejeiro (refrigerantes e águas, por exemplo) que de outro modo terão de recorrer a assistência técnica exterior ou estagnar;

— a possibilidade de estabelecer normas respeitantes à utilização de materiais na indústria de cerveja, que por falta de legislação adequada nada garante que não possa estar sujeita ao cometimento de erros por desconhecimento.

ESTATUTO UNIFICADO DO TRABALHADOR

«Na óptica da «função pessoal» — afirma-se naquele documento — o anunciado e desejado Estatuto Unificado do Trabalhador só é viável e con-

cretizável com uma clara definição das políticas de pessoal através de um único órgão de gestão para o sector.

«Uma indústria como a da cerveja, de características marcadamente sazonais, quer uma gestão dos seus recursos humanos cujo planeamento tem de ser centralizado na sua concepção embora se deseje descentralizado na sua aplicação. Assim poder-se-á atenuar ou mesmo evitar situações como a actual em que nalgumas Unidades, trabalhadores são obrigados a ritmos e cadências muito para além de níveis desejáveis, enquanto que noutras, trabalhadores se debatem com problemas de subaproveitamento.

«A movimentação de pessoal (transferências, promoções, etc.), uma correcta planificação de carreiras, uma formação que atenda fundamentalmente ao indivíduo de «per si» e integrada em grupo, isto é, uma formação integral que favoreça uma correcta adequação do homem ao seu posto de trabalho, são outros e não menos importantes aspectos que só são atingidos na sua máxima plenitude, se definidos por uma política única de pessoal para o Sector.»

PROJECCÃO NO EXTERIOR

Mais é ainda importante sublinhar, como se faz nesse documento, que além das vantagens evidentes já apontadas no plano interno, uma estrutura

unificada abre ao sector cervejeiro e ao País, imensas possibilidades no estrangeiro, mormente nos países do Terceiro Mundo. Com a experiência e os meios humanos de que dispomos, não só no sector como e até sob a forma de desemprego, sobretudo no caso dos trabalhadores do sector cervejeiro retornados das ex-colónias portuguesas, está perfeitamente ao alcance dos técnicos nacionais, o estudo, a construção, a montagem e a assistência técnica de novas unidades de produção de cerveja. Convém ter presente que a experiência do sector cervejeiro português em África é grande e a técnica utilizada da mais avançada.

Da rápida reestruturação do sector cervejeiro não dependem apenas muitos postos de trabalho: dependem os interesses do erário público e dos consumidores. Uma empresa unificada para o sector cervejeiro não só reforçaria o sector nacionalizado no seu conjunto como daria ao nosso País a possibilidade de, neste domínio, exportar produto, técnica, materiais e equipamentos.

Num momento em que tanto se fala a nível do Poder da necessidade de combater o desequilíbrio externo e de fazer frente à crise económica, como se explica que, para este sector se hesite em soluções já adoptadas para outros como para os cimentos, por exemplo —, com os melhores resultados? A reestruturação do sector tem de fazer-se e já!



eu trabalho é útil ao País, e que o sector cervejeiro pode estruturado, exportar produto, técnica, materiais. No entanto, aproveitados, enquanto outros, noutras unidades, são obrigados. Há dezoito meses que milhares de trabalhadores esperam, uturação. Que se passa no Ministério da Indústria?

12 MIL CONTOS

2.400 CONTOS

1.200 CONTOS

o palpite é seu!

LOTARIA dos REIS

2º prémio **3º prémio**

E P A L



EMPRESA PÚBLICA
DAS ÁGUAS DE LISBOA

Concurso Público para adjudicação da empreitada de Construção Civil da Central Elevatória de Telheiras

Faz-se público que o concurso em epígrafe, primitivamente marcado para as 15 horas do dia 4/1/977 foi adiado para o próximo dia 18/1/977, pelas 15 horas, devendo a entrega das propostas ser feita até às 17 horas do dia 17/1/977.

Lisboa, 29 de Dezembro de 1976

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

O Presidente da Comissão de Fiscalização

João Bau

Nacional Câmara do Porto aprovou orçamento para 1977

PORTO, 31 — É de 990.874 contos o orçamento da Câmara Municipal do Porto para o próximo ano; foi anunciado on-

Poesia e "Porto" na Casa do Alentejo

Para assinalar a publicação do seu livro, «Sol no Ocaso», Matilde Pontes oferece no próximo dia 3 na Casa do Alentejo em Lisboa um «Porto» a jornalistas, amigos e admiradores.

«Sol no Ocaso» é uma colecção de versos, domínio em que se inscrevem três dos quatro anteriores tentames literários da autora, o primeiro dos quais data já de 1941. Outra experiência mais recente assinala a incursão de Matilde Pontes no difícil domínio da literatura infantil.

tem, durante a última sessão deste ano da Comissão Administrativa que hoje cessa as suas funções.

Segundo o orçamento ordinário e o plano para 1977 aprovado na reunião no ano que se avizinha haverá «impraticabilidade de poder dar sequência ao plano de construção de novas habitações sociais, por falta de recursos próprios».

O orçamento tem como objectivo «dar sequência aos empreendimentos em curso de execução e os que tinham sido devidamente apreciados com vista ao seu lançamento, considerando na circunstância a situação económica e financeira da Câmara».

Assim e de acordo com o que expressa este orçamento e o plano municipais, não se antevê, para o próximo ano, realizações de grande vulto na cidade.



Um flagrante da conferência de Imprensa de ontem

C.D. do I.S.C.S.P. ACUSA Nota do M.E.I.C. é "sensacionalista e falsa"

O Conselho Directivo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas desmente ponto por ponto, as acusações do M. E. I. C. constantes da nota oficiosa divulgada ontem, após o encerramento, em plena noite do dia 28 (às 22 e 30) do Instituto por forças policiais. O M. E. I. C., para o encerramento, pretextou o estado de «degradação pedagógica e administrativa». Através de nota oficiosa, que não de decreto-lei. Pela primeira vez após o 25 de Abril é encerrada a Associação de Estudantes de um estabelecimento de Ensino Superior. O M. E. I. C. afirma que a decisão de encerramento, com forças policiais como executores, se baseia em informações que até ele progressivamente, iam chegando. O Conselho Directivo do I. S. C. S. P., no entanto, espera há três meses uma entrevista com a Direcção-Geral do Ensino Superior. Esclarecedor do desvirtuamento e mesmo afirmações falsas que a nota oficiosa do M. E. I. C. veicula, é o comunicado do Conselho Directivo do I. S. C. S. P.

Lê-se a dado passo: «Começa por se referir a nota à «situação verdadeiramente caótica em que se encontrava o I. S. C. S. P. e que os serviços competentes do M. E. I. C. foram tendo conhecimento progressivo» (sic). Porque vias, já que o C. D. aguarda entrevista com a Direcção-Geral do Ensino Superior desde 22 de Setembro, e os responsáveis da Escola passaram dias inteiros no M. E. I. C. com assuntos urgentes, positivamente recambiados de gabinete para gabinete sem que lhes fosse facultada a resolução de tais questões?».

Quanto a um dos pontos «quentes» da nota oficiosa — a acusação da má gestão do orçamento —, diz o comunicado: «É falsa a afirmação do M. E. I. C.» E esclarece: «Quando a partir de oito de Março o actual C. D. negociava um reforço com o então D. G. E. S., engenheiro Rocha Trindade, houve o compromisso verbal que tal seria obtido. Apesar de ir sempre esperando o prometido reforço de verbas, o C. D. foi praticando uma política de tentar uma redução de despesas de necessidades não imediatas. Nestas circunstâncias, havia ainda verba suficiente para efectuar os pagamentos de Dezembro e do 13.º mês, quando inesperadamente no princípio deste mês, o M. E. I. C. retirou 1200 contos para pagamentos e a professores cujos contratos foram rescindidos, segundo normas perfeitamente legais, em Setembro e Outubro de 1975.» E prossegue o texto: «Realce-se o facto de implicitamente reconhecendo as limitações do orçamento do

I. S. C. S. P., ter sido o próprio ministro Cardia que finalmente em 23 do corrente, após a sua assinatura à autorização de um reforço de verba ao I. S. C. S. P. de 1500 contos.»

LIVROS PARA O «FERRO VELHO»

«É também falsa a afirmação que os gestores do I. S. C. S. P. venderam «para o ferro-velho» publicações da sua biblioteca.» Esclarece o comunicado: «Perante a existência de largo número de exemplares antigos da Revista de Estudos Políticos Sociais que era publicada no antigo I. S. C. S. P. U., e que eram vendidos, exemplares esses amontoados a um canto e não pertencentes à biblioteca, o C. D. após guardar 20 a 30 exemplares de cada número, vendeu os restantes a quem por tal se interessou, no caso, um alfarrabista.»

Pergunta-se ao Conselho Directivo: «O que finalmente pretende o M. E. I. C. — o I. S. C. S. P. ou o I. S. C. S. P. U?»

E acusa: «O tom alarmista e sensacionalista da nota oficiosa não é uma análise concreta e objectiva da situação. Exprime uma posição politicamente pré-definida em relação ao I. S. C. S. P. e procura justificá-la, buscando elementos obtidos em fontes que, por não serem quaisquer dos canais legais, ou por contactos directos, são classificáveis de puramente especulativos.»

Entretanto, em conferência de Imprensa, realizada ontem à tarde nas instalações do I. S. E., o Conselho Directivo referiu-se à medida do M. E. I. C. como de «perfeita ilegalidade, mesmo à luz da legalidade». «A degradação pedagógica», esclarecem «só por decreto podia ser declarada» e nunca por nota oficiosa. Considerada a medida de ilegal e arbitrária, diz o Conselho Directivo: «Agora sim, há degradação pedagógica depois da intervenção do M. E. I. C. que ordena o encerramento de uma Escola que tinha os seus cursos em regular funcionamento desde Outubro, na primeira metade do primeiro semestre.»

Ontem, na Assembleia da República, na sequência da nota enviada pelas estruturas associativas do I. S. C. S. P. à Assembleia, o P. C. P. solicitou ao Governo uma explicação para o encerramento do Instituto. «Durante quanto tempo prevê o M. E. I. C. se mantenha a ocupação policial do I. S. C. S. P. e com base em que motivos?», perguntou o grupo parlamentar do P. C. P. Finalmente: «estará em perspectiva «um qualquer referendo, visando uma pseudoilegitimização da gravíssima medida em relação ao I. S. C. S. P.»

COMUNICADO

Os Conselhos de Gestão dos

BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO

BANCO DO ALGARVE

BANCO FERNANDES MAGALHÃES

comunicam aos seus clientes que, por resolução do Conselho de Ministros de 6 de Dezembro do corrente ano a partir de 1 de Janeiro de 1977, os Bancos do Algarve e Fernandes Magalhães ficam incorporados no

BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO

Os esclarecimentos que os clientes daqueles bancos julguem necessários serão prestados junto dos balcões que costumam utilizar, onde lhes continuará a ser reservado o bom acolhimento habitual.



BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO



Estrangeiro

LIBIA

Debate nacional para a criação duma democracia popular

A partir de hoje iniciam-se em todo o território líbio conferências populares para se discutirem planos com vista à realização de um congresso do povo. Trata-se da concretização das medidas propostas no dia 29 pelo dirigente Muammar Gadhafi, o qual anunciou que se iniciaria um debate nacional sobre propostas visando transformar o país numa democracia popular. Segundo disse, essa mudança poderia acarretar inclusivamente a sua substituição.

De acordo com as afirmações de Gadhafi, o Congresso escolherá um Secretário de Ministros e um secretário-geral para suceder ao chefe de Governo. A autoridade do povo substituirá o Governo e todas as suas instituições. As conferências populares debaterão ainda o nome da nova

República, cujas leis serão baseadas no Corão. O debate nacional terminará no dia do nascimento do profeta Maomé, em princípios de Março, quando se concretizará uma minuta de proclamação estabelecendo a autoridade do povo.

Gadhafi, salientou que, quando o povo exercesse a sua autoridade por meio dos Congressos Populares, Comissões de Trabalhadores, Sindicatos e no Congresso Geral do Povo, não haverá Conselho de Comando da Revolução nem Muammar Al-Gadhafi.

Entretanto o primeiro ano do plano quinquenal líbio (1976-80) finalizou com êxito. Segundo um informador oficial, foi aprovado o projecto de construção do primeiro complexo metalúrgico da Líbia, três novas fábricas, uma de produtos químicos além de outros projectos económicos.

Este ano, no campo, 15 mil famílias camponesas uniram-se em cooperativas agrícolas, tendo a produção subido 16 por cento em relação ao ano passado. A Líbia produz agora o dobro do leite, da carne, e de outros alimentos que produzia no período pré-revolucionário.

O rendimento «per capita» triplicou neste período.

Por outro lado, vão-se realizando transformações sociais: O analfabetismo adulto foi liquidado, incrementou-se o sector médico e foram introduzidas melhorias no sistema de assistência social. Na Líbia, existem actualmente 760 mil estudantes, numa população de pouco mais de 2 milhões. Os investimentos governamentais na indústria e na agricultura atingiram os 1.520 milhões de dinares líbios.

Conservadores britânicos acusados de ligações com a C.I.A.

Vários dirigentes do Partido Conservador foram acusados no Parlamento de manter relações com a C.I.A. O deputado Trabalhista (de esquerda) Dennis Skinner, acusou a C.I.A. de ter infiltrado o Partido Conservador através da Associação Nacional pela Liberdade — NAFF — de carácter direitista, dirigida pelo parlamentar conservador Robert Moss e da qual muitos elementos deste partido são membros. Na sua denúncia, conforme um telegrama da IPS, Skinner perguntou ironicamente: «Não é irónico que Robert Moss, além de ter publicados livros numa filial da C.I.A. seja a pessoa que escreve os discursos da senhora Margaret Thatcher, que é a «leader» conservadora?» O deputado trabalhista, nesta pergunta, referia-se ao livro escrito por Robert Moss, intitulado «A Experiência Mar-

xista no Chile», que ataca o Governo de Unidade Popular de Salvador Allende, publicação que foi encomendada por uma organização ligada à C.I.A., a Forum World Feature, que também o fez publicar em 1973 pela editora David and Charles Ltd. A tradução espanhola desta «obra» foi publicada no Chile depois do golpe de Pinochet pela «gabriela Mistral», a editora estatal que, graças ao golpe, passou para as mãos da Junta Militar, tendo como director Thomas Michale, que trabalhava também para o Instituto de Estudos Gerais, outra organização «cabeça de turcos» da C. I. A.

O parlamentar conservador Robert Moss, edita também o «London Economist's Foreign Report», que somente chega a assinantes seleccionados. Foi ele ainda quem escreveu o discurso de Margaret Thatcher no

qual a chefe de fila dos conservadores britânicos atacava o governo por não aumentar os seus gastos de defesa diante do «expansionismo soviético».

Aliás, Margaret Thatcher, falando hoje no Parlamento, previu um «Margo e possivelmente desastroso Ano Novo», em vez de formular os clássicos votos de prosperidade. A dirigente «tory» falou na «ansia nervosa do governo em conseguir o empréstimo do F.M.I., a telmo-sia em introduzir mais complexidades na legislação económica, os obstáculos para a recuperação nacional, o aumento da inflação; a infiltração de extremistas de esquerda no Partido Trabalhista e a diminuição do crédito britânico no estrangeiro». A mensagem termina dizendo que só o Partido Conservador pode salvar a situação...

Carter vai "abrir" a Casa Branca

O presidente eleito dos Estados Unidos, Jimmy Carter, considera «doentio» o isolamento dos presidentes americanos e vai adoptar uma série de medidas inovadoras para tornar a Casa Branca mais «aberta». Entre as novidades que Carter pretende introduzir estão os almoços ou jantares na companhia de simples cidadãos, como às vezes faz Valéry Giscard d'Estaing, na França, e o convite para o cidadão comum americano escrever para «People (povo)», Box 2.600, Washington D. C., enviando as suas sugestões e ideias.

Recordando que Jimmy Carter tinha hábitos semelhantes quando era governador da Geórgia, Powell não esconde que isso trará grandes problemas aos serviços encarregados da segurança do inquilino da Casa Branca.

Enquanto isso, racistas usando uniformes de «marines» estão a planejar violências contra negros de serviço na base de Pendleton, na Califórnia. A declaração foi feita por K. Langerman, quando testemunhava em tribunal nas investigações sobre os distúrbios raciais que se registaram em Pendleton nos últimos meses. A opinião pública negra dos EUA considera esta investigação como uma farsa de justiça, uma vez que, depois que ela foi iniciada, apenas os negros estão a ser punidos. Treze negros em serviço esperam julgamento pelos tribunais militares sob a acusação de «terem atacado 'marines' brancos», quando, na verdade, actualmente apenas se defendem contra as investidas frequentes e violentas da organização racista Ku-Klux-Klan, que ameaçou os negros da base de «liquidação física». Reforçando esta afirmação está o facto do comando do corpo de «marines» ter feito sair uma declaração oficial, de acordo com a qual a existência da Ku-Klux-Klan no corpo, não contradiz a lei ou as tradições das Forças Armadas americanas.

Helmut Schmidt anuncia o fim do "milagre alemão"

Os cidadãos da República Federal Alemã terão de «apertar o cinto» no próximo ano, segundo lhes foi anunciado ontem à noite na mensagem de Fim do Ano proferida pelo chanceler Helmut Schmidt.

Para Schmidt, acabou-se o «milagre alemão». Culpados do fim da bonança? Como não podia deixar de ser: os aumentos do petróleo e a consequente recessão económica mundial. Nada fará voltar a RFA à situação anterior a 1974 — referiu Schmidt, recomendando que os seus concidadãos fossem austeros nas despesas. O chanceler admitiu que um dos mais graves problemas que urge resolver é o da existência de quase um milhão de desempregados que afecta tanto os trabalhadores nacionais como os imigrantes. Schmidt defendeu os investimentos árabes no seu país, porque deste modo os produtores de petróleo estão mais aptos a verifi-

carem por si próprios os riscos resultantes dos aumentos excessivos dos preços daquela matéria-prima. Finalmente, o chanceler defendeu o «auxílio económico aos países mais desfavorecidos», porque, segundo disse claramente, isso traz vantagens para o sector exportador alemão.

Segundo o «Frankfurter Allgemeine», citado pela Novosti, «o poder de compra da população da RFA baixou sensivelmente, como o atesta o facto de muitas empresas comerciais registarem uma diminuição sensível de compras neste fim-de-ano em comparação com o ano anterior. Por outro lado, os preços vão aumentar na RFA: as rendas de casa subirão de 3 a 8 por cento, os descontos para a assistência social também subirão, prevendo-se, em certos casos, um aumento de 25 por cento, e, a partir de 1 de Abril, os transportes aéreos conhecerão um agravamento de 5 a 11 por cento.

CRESCIMENTO ECONÓMICO PREVISTO NA RDA

Perspectivas bem diferentes se abrem para a República Democrática Alemã. De acordo com as indicações fornecidas pelo Plenário do CC do P. S. U. A., realizado em Berlim, em meados deste mês, o plano quinquenal de 1976-1980 será o maior programa sociopolítico da história do povo da RDA. O projecto prevê que até 1980 se alcancem entre outras as

seguintes metas: crescimento do rendimento nacional em 27,9 por cento; crescimento da produção de mercadorias industriais em 34 por cento; crescimento da produção agrícola em 20 por cento; crescimento da construção civil em 27,6 por cento.

As transacções anuais de mercadorias destinadas ao abastecimento público alcançarão cem mil milhões de marcos em 1980, ou seja, mais 36 mil milhões que em 1970.

Até 1980 prevê-se a construção de 750 mil apartamentos. No actual quinquénio a R. D. A. investirá 234 mil milhões de marcos na economia nacional. A base de matérias-primas do país deverá ser desenvolvida mais rapidamente: a R. D. A. participará nesse período com oito mil milhões de marcos na exploração de jazigos de matérias-primas na U. R. S. S. e demais países socialistas. Novas e amplas medidas de melhoria das condições de trabalho e de vida dos cidadãos serão adoptadas no ano que vem, na sequência dos aumentos salariais e das pensões de reforma este ano atribuídos.

O plano da economia nacional de 1977 baseia-se nos resultados obtidos em 1976. Índices principais: o rendimento nacional cresceu em 5,5 por cento; a produção de mercadorias industriais em 5,1 por cento, a produção na construção civil em 4,7 por cento e na agricultura e indústrias alimentares registou-se um aumento de 2,8 por cento.

Quatro oficiais executados na China?

Quatro comandantes da milícia urbana criada pelo «bando dos quatro» foram recentemente executados na China por terem conduzido as suas tropas em combates contra o exército regular, declarou o general Wang Shen, director

do Ministério da Defesa de Taiwan, o qual citava os serviços de informação.

O general acrescenta que as desordens na China provinham essencialmente da resistência oposta pela milícia às autoridades quando da campanha de críticas contra o «bando dos quatro».

Ainda há muitos partidários de Chiang Ching no seio das Forças Armadas chinesas, acrescentou o general, e não se renderão facilmente.

Comunistas presos na Índia

Sessenta e seis membros do Partido Comunista Indiano (pró-soviético) foram presos nos últimos dias no Uttar Pradesh revela o «New Age», semanário do P.C. indiano, citado pela A.F.P.

O jornal refere que as pri-

sões se efectuaram no momento em que o Partido começa uma campanha contra a alta do custo de vida. Recorde-se que as agências noticiaram que o primeiro-ministro Indira Gandhi, criticou violentamente o P. C. I. num discurso proferido a 23 deste mês.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA QUEM ENCONTROU?

A quem achou um saco amarelo contendo uma pasta com fichas e fotografias do torneio de futebol de salão dos trabalhadores de escritório agradece-se que entre em contacto pelo telefone 563306 para o Serviço de Apoio aos Delegados Sindicais deste Sindicato.

A COMISSÃO DE JUVENTUDE

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES ELECTRICISTAS DO CENTRO DELEGADOS SINDICAIS CONVOCATÓRIA

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Centro convoca todos os delegados sindicais para uma reunião geral a realizar na sede do Sindicato no próximo dia 4 Terça-Feira a partir das 15 horas do ano de 1977.

Com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Programa de acção a desenvolver junto dos trabalhadores para a sua deslocação à Assembleia Geral.
- 2.º — Informações.

Coimbra, 29 de Dezembro de 1976.

A DIRECÇÃO

Espectáculos

Opinião sobre "O inimigo principal"

TENTATIVA DE SAÍDA PARA O DILEMA DOS REVOLUCIONARIOS ANDINOS

MADRID (por Javier Veiza-
ga, correspondente do «D.L.»)

A leitura da crítica de Jorge
Leitão Ramos sobre o filme «O
inimigo principal», de Jorge
Sanjinés, publicada no «DL» de
13 de Dezembro, página 18, su-
geriu-me algumas reflexões e
animou-me a «defender», no
domínio do terreno ideológico,
um filme sobre este», ajustan-
do-me na medida do possível,
ao «critério da Práxis».

O filme foi rodado em
1973/74, depois de Sanjinés,
à frente do Grupo Ukamau, ter
já rodado duas películas de in-
dubitável qualidade política:
«Sangue de Condor», em 1969,
e «A coragem do povo», em
1971. Ou seja: depois de o es-
magamento da guerrilha dirigi-
da por Che Guevara ter de-
monstrado as limitações e in-
suficiências da teoria foquista.

As duas películas foram pro-
duzidas numa conjuntura em
que a luta de massas se impu-
sara como via para combater
e ganhar batalhas contra o fas-
cismo local e o imperialismo
norte-americano. Fruto desta
conjuntura foram os Governos
de Ovando e Torres (de Setem-
bro de 1969 a Agosto de 1971)
durante os quais a combativi-
dade das massas populares deu
margem a atrevidas inicia-
tivas políticas que procuravam
acelerar as condições para a
revolução socialista.

Durante aquele período (de
Junho a Outubro de 1970) teve
lugar uma nova experiência
guerrilheira, que parecia não
ter aprendido nada com os fra-
cassos anteriores e que pare-

cia ser a prova definitiva da
inviabilidade do foquismo nas
condições concretas da
Bolívia.

A terceira película, «O inimi-
go principal», já não foi rodada
na Bolívia mas sim no exílio
peruano, onde Sanjinés teve
de acolher-se depois do triunfo
do golpe fascista que em 21
de Agosto de 1971 instalou no
país o actual regime militar.
Por outro lado, Sanjinés teve
ocasião de reflectir com a ex-
periência «populista» peruana,
da qual deve ter tirado algu-
mas conclusões políticas dada
a sua capacidade pessoal já
demonstrada.

Todos estes antecedentes,
extraídos da «práxis» política,
levam-me a pensar que a «al-
ternativa» proposta por Sanji-
nés no seu último filme não
se deve, propriamente, a um
«erro» ideológico. Nas três
películas o autor explica com
extraordinário rigor as con-
dições em que as massas andi-
nas lutam contra o poderoso
inimigo fascista-imperialista.
Só que, na terceira, diferente
das anteriores, procura encon-
trar uma saída frente a tão
terrível «destino».

Porém, esta saída não equi-
vale à revalorização do fracas-
sado esquema foquista, mas
sim à descoberta de uma forma
concreta de desenvolvimento
de luta armada em vinculação
com as massas populares nas
condições concretas do campo
andino. Além do mais, o filme
não se desenrola exactamente
na Bolívia, mas sim no Peru.
Por último, a «alternativa» pro-



posta não tem o valor de uma
receita para a acção, mas colo-
ca o dilema frente ao qual se

encontram os revolucionários
andinos e o caminho para a
sua solução.

Espectáculos infantis na Comuna e na Cornucópia

A Comuna apresenta no seu
Centro Cultural, na Praça de
Espanha, no próximo fim-
de-semana, tardes infantis,
com cinema e teatro. Assim,

no dia 1 de Janeiro às 17 h.,
será apresentada a peça
«Bão» seguida de filmes, e no
dia 2 de Janeiro às 15 h., será
apresentada a peça «O Al-
moço» de Nuno Madureira,
com o palhaço Tété seguido
também de filmes infantis.

Para estas matinées, as
crianças pagam 10\$00 e os
adultos 20\$00, havendo nas
Comissões de Trabalhadores e
de Moradores entradas gra-
tuitas para as crianças.

No domingo à noite, às 21,45
h., também no Centro Cultural
da Comuna, haverá mais um
concerto de jazz, apresentado
pelo agrupamento português
«Atlântida», que tem vindo a
apresentar naquela sala, uma
série de 5 concertos.

Também a Cornucópia apre-
senta, todos os domingos, mas
só a partir de 8 de Janeiro,
pelas 11 e 30 da manhã «As
Músicas Mágicas» de Catheri-
ne Dasté, no Teatro da Trinda-
de.

Trata-se do primeiro espec-
táculo para crianças desta
companhia, sob orientação de
Glicinia Quartín, com tradução
de Márcia Breia, música de Or-
lando Costa e interpretação de
Augusto de Figueiredo, Orlan-
do Costa, Luís Lima Barreto,
Raquel Maria, Jorge Nascimen-
to, Márcia Breia, Gilberto
Gonçalves, Alexandre Passos,
José Caldeira e José Jorge.

Estreado em Julho passado
«As Músicas Mágicas» foram
já vistas por cerca de 10 000
crianças de Lisboa e da
provincia.

A MAIOR PRENDA DE NATAL CANTINFLAS NA FUNÇÃO PUBLICA!



RIOMA
FILMS, S. A.
Apresenta
o Seu Artista
Exclusivo
**MARIO
MORENO**

COLUMBIA PICTURES

PARA
TODOS



CELIA CASTRO · LUCIA MENDEZ · ANGEL GARASA
HECTOR SUAREZ

MIGUEL M DELGADO · JACQUES GELMAN

JORGE STAHL JR · GUSTAVO C CARRION
PANAVISION EASTMANCOLOR

**3ª SEMANA NO
MONUMENTAL**

Cenas & Cenários

● ACTIVIDADE DOS «CÓMICOS» DESDE OUTUBRO/75

«Os Cómicos», grupo de teatro que mantém em
cena, no Teatro do Bairro Alto, um belo e bem disposto
espectáculo enviou-nos uma nota sobre a sua actividade
desde Outubro de 75, em que se destaca a apresentação
de «A noite dos assassinos» para 1343 espectadores
nas salas dos teatros do Bairro Alto, Pinheiro Chagas
(Caldas da Rainha), Eduardo Brazão (Bombarral), Bone-
creiros e Comuna e no Laboratório Nacional de Engenhe-
ria Civil.

Com esta nota, os Cómicos respondem a um intrigui-
sta menor que para justificar a política de subsídios
da Secretaria de Estado da Cultura está a avançar a
ideia de que alguns grupos de teatro, nomeadamente
os Cómicos, teriam recebido subsídios sem trabalhar.

«Em Outubro de 75 (início da temporada 75/76)
tínhamos em cena o espectáculo «A noite dos assassi-
nos» que teve a sua última representação no dia 28
de Dezembro de 75 na sala da Comuna», diz a nota, que
continua:

«Como não foi possível a continuação da peça na-
quela nem noutras salas, porque só temos uma, segui-
mos a preparação do espectáculo «A Mandrágora» na
nossa sede — Teatro do Bairro Alto, onde a mesma
se estreou em 20 de Março de 76.

«A 28 de Março o grupo partiu para Itália onde
representou Portugal no IV Festival Internazionale Del
Teatro Universitario com o espectáculo «A noite dos
assassinos».

«Regressados de Itália a 16 de Abril de 76 procede-
mos a ensaios de substituição de Ricardo Pais por
Sérgio Godinho no espectáculo «A Mandrágora» que
foi reposta no Teatro do Bairro Alto a 27 de Abril
onde prosseguiu diária e praticamente com lotações
esgotadas até à sua última apresentação em Lisboa
a 9 de Maio de 1976.

«A 14 de Maio estávamos no Porto, iniciando um
vasto programa de descentralização com larga incidên-
cia no Norte do País e que se prolongou até Agosto.

«Em Setembro e Outubro prevíamos a preparação
do novo espectáculo. Preparação essa que, devido aos
cortes que desde Agosto, a Secretaria de Estado da
Cultura infringiu aos nossos subsídios, tal como aos
outros grupos subsidiados então, teve imensas dificulda-
des desde a impossibilidade em contratar as pessoas
previstas na nossa planificação, até à completa adule-
ração da mesma planificação para a qual tínhamos,
honestamente, pedido as verbas estritamente neces-
sárias».

● BAILADO EM ALHOS VEDROS

O Pavilhão da Sociedade Filarmónica Recreio e
União Alhosvedrense foi palco de um raro espectáculo
em terras de provincia: aconteceu ali, sob direcção de
Eduardo Silva, um bailado revolucionário sobre o levan-
tamento da Marinha Grande em 1934.

«18 de Janeiro de 1934» se chama o bailado: conta
a história do drama vivido naquela vila industrial com
referência aos reais intérpretes políticos do levanta-
mento. A interpretação esteve a cargo de jovens bailarinos
naturais de Alhos Vedros: Elisabeth Duro, Dulce, Eze-
quiel Semedo, Helena S. Pedro, Idalina Brás, José Nu-
nes, Lélia, Paula Morgado, Silvestre Silva, Eduarda Silva,
Vitor Cabral, Daniel Silva, Alcina Guilherme, José Vievi-
ra, Avelino Santos e Sérgio Silva um já experiente baila-
rino.

● MONITORES DE CULTURA POPULAR

No sentido de lutar por uma Cultura Popular que
sirva realmente o povo, e contando com as suas próprias
forças, a FAPIR vai realizar Cursos de Monitores, desti-
nados a apoiar pessoas que trabalhem ou venham a
trabalhar em actividades culturais. Estes cursos, que
vão ser uma primeira experiência, vão ter uma duração
limitada e âmbito regional.

A participação nos cursos é aberta a todas as pes-
soas, membros ou não da FAPIR.

Em Lisboa, vão realizar-se dois cursos;

1.º — «Curso de Apoio aos Grupos de Canto Popu-
lar».

2.º — «Curso de Apoio às Actividades Culturais».

Este segundo curso tem um carácter geral; no en-
tanto, a parte final é voltada para actividades específicas
(teatro de adultos, teatro infantil, animação infantil, etc.).

Os cursos serão na casa da Comuna e terão a
duração de 2 meses, iniciando-se em 4 de Janeiro.
Os horários serão os seguintes:

1.º Curso — 3.ª e 6.ª-feiras, das 21 às 23.30;

2.º Curso — 2.ª e 5.ª-feiras, das 18.30 às 20. horas,
ou das 21 às 23.30 hora!

As inscrições e a marcação de horários deverão
ser feitos nas permanências da FAPIR, Casa da Comuna,
Pr. de Espanha, em Lisboa, entre as 20 e as 22 horas,
de 2.ª a 6.ª-feira, com a maior antecedência possível.

GRANDIOSO «RÉVEILLON» NO CIRCO MARIANO

Veja o nosso anúncio
na página n.º 17

Televisão

Canal da Crítica

ARTES E LETRAS & TRETAS

A Secretaria de Estado da Cultura tem novos directores-gerais. Vem a notícia e vem o esclarecimento de que a reportagem da tomada da Bastilha, perdão!, da tomada de posse, mau!, da tomada de posse seria incluída no Telejornal derradeiro.

Anunciava-se promissora a reportagem com a esplendorosa presença, a eloquência, a língua bem experimentada do Rogério de Freitas e do Lima de Freitas. Quanto a este, subsistia a curiosidade de saber se ele Lima de Freitas seria o aquele que a locutora Maria Fernanda acoimara de Freitas de Lima, a propósito do programa literário que dá pelo nome pernóstico de *A ideia e a imagem* (desculpe, Maria Fernanda, não será a *Imagem e a ideia*?)

Afinal, nenhum deles apareceu. Vimos alguns rostos em grande plano, mas os dos principais interessados, nicles. E quando a eloquência, tivemos de nos contentar com a de Sua Excelência, o secretário de Estado da Cultura (meu Deus, o estado a que isto chegou!). Sua Excelência veio, fez a sua rábula cultural, saiu pela direita alta. Rábula pobre. Diabo me leve se posso dar-me por felie com o meu ofício. Aturar

esta cara anos e anos na televisão fascista e voltar a encontrá-la 32 meses depois do 25 de Abril, estão a ver a desgraça mãos?

Isto de ser director de jornal reaccionário, rende. Qualquer dia temos o Vitorino Nemésio e o João Gaspar Simões nos altos postos na governação. Uma aposta?

UM CACHIMBO APAGADO

Para o dito programa literário, foram anunciadas as presenças de um sujeito que é João, que é Gaspar, e que ainda por cima, como se não bastasse, é Simões; de José Augusto França; e de um tal Freitas de Lima.

Importa esclarecer que o responsável do programa é Alvaro Manuel Machado, um senhor que fala sempre com o cachimbo na mão, um cachimbo apagado. Alvaro Manuel Machado embrulhou-se em considerações, desembrulhou-se das considerações estava completamente naufragado quando passou a bola.

A José Augusto França calhou em sorte fazer o balanço, para utilizar a sua própria expressão, de «livros que ninguém lê». Isso não é o mais grave. O mais grave é que não

terá acordado em ninguém o desejo de os ler. Porque para muita coisa serve a televisão; não, de maneira nenhuma, para catálogo ou para rol de lava-deira. Saudades tive-as, sim, mas do José Augusto França naquele programa em que exemplarmente falou de Eugénio dos Santos quase sem se referir ao Eugénio dos Santos.

João Gaspar Simões foi ele todo inteiro: podão a escrever, podão a falar. Tudo desarrumado. Uma lástima. E a avaliar pelo que referiu, muito pouco leu este leitor de ofício. A guisa de desculpa, atarantado com receio do que possam estar a pensar dele, adianta: *Só falo do que li ou me chegou às mãos...*

Fiquemos por aqui. Recorde-mos só que o tal Freitas de Lima era mesmo o Lima de Freitas. É uma tristeza quando, ao fim de tantos anos, por descuido lamentável, aparecemos completamente ao contrário do que fomos.

A GRANDE COZINHA

«Os homens, os livros e as coisas» lá continua a incerta caminhada. Joaquim Manuel de Magalhães e Helena Domingos continuam com as mesmas qualidades intactas e não ainda aproveitadas integralmente. Uma rubrica tão popular em tempos difíceis, ei-la caída na modorra, na monotonia. Ninguém repara nela. Seria bom interrogarmo-nos sobre isto.

Na emissão de ontem, Joaquim de Magalhães falou de António Torrado. Não é um poeta simples, não será muito acessível ao grande público viciado na simplicidade falsa que é a banalidade, ou pura e simplesmente habituado à poeira de muiiiiitais palavra e poesia pouca. Quero dizer que não será um poeta ainda de televisão.

Legitimamente Joaquim de Magalhães evitou traduzi-lo. Explicar a poesia não será a melhor maneira de criar o entendimento dela, o amor por ela. Ao acompanhar os poemas, Joaquim de Magalhães procura acertar o passo pelo

Por MÁRIO CASTRIM

Hoje



A Bela Helena

I. PROGRAMA

18.30 Abertura

18.32 *Abre-te Sésamo*. No episódio de hoje teremos: «l Minúsculo»; «O Perto e o Longe»; «Cocas e os Drops»; «Cocas e os Berlindes». «A Sesta».19.00 *Tropicalia*. Arquitectura e Urbanismo no Brasil (2.ª parte). Apresentação: Milton Pinheiro. Coordenação: Reinaldo Varela e José Manuel Coelho. Produtor delegado: Fernando Penalva. Direcção e produção: Oliveira Pinto.19.30 *Revista Desportiva Internacional*20.30 *Telejornal* 1.ª edição.21.05 *A Bela Helena*. Opereta em 3 actos da Jacques Offenbach. Orquestra da rádio de Estugarda dirigida por Franz Allers. Intérpretes principais: Anna Moffo (Helena) e René Kollo (Paris). Realização de Axel Von Ambesser.23.00 *Hotel Rite*. O show de fim de ano da RTP com texto de Ruy Andrade, José Andrade e Bê Veludo, dos Parodiantes de Lisboa, com Eugénio Salvador, Paulo de Carvalho, Nicolau Breyner, Tonicha, Paco Bandeira, Henrique Viana, Florbela Queirós, Simone, Octávio Matos, José Cid, Vera Mónica, Beatriz da Conceição, Herman José, Rodrigo, o Grupo Gemini, Vítor Mendes, o Conjunto Saga e Sinde Felipe, Joel Branco, Júlio Pereira, Spina, o conjunto de guitarras de José Luís Nobre Costa, Carlos Gonçalves, Rui de Moura Guedes, Óscar Acúrcio e os Ballets de Sérgio de Azevedo. Arranjos originais do maestro José Calvário. Realização de Luís Andrade. Produção de Nuno Maris, Óscar Acúrcio e António Andrade.

00.40 Fecho.

Nota Não há emissão do 2.º Programa

teatro
do bairro
altoR. Tenente Raúl Cascais
1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05O treino
do campeão
antes da
corrida
de
Michel DeutschDe 6 a 22 de Janeiro
Todas as noites, às 21.45
Domingos
às 18 e às 21.45
M. 18 ANOS2 SALAS
2 ESPECTÁCULOS

APRESENTAM

«Do Teatro
ao Cais Sodré»

de JOSÉ DANIEL RODRIGUES DA COSTA

Encenação de
FERNANDO HEITORHOJE, ÀS 21.45
AMANHÃ E DOMINGO
ÀS 18 HORASTEATRO INFANTIL
DE LISBOAMANECAS
NA IDADE DA
PEDRA

NO TEATRO ABC

HOJE E AMANHÃ
ÀS 16 HORASSABADO E DOMINGO
ÀS 11 HORAS

Subsidiado pelo S. E. C.

Bilhetes desde 15\$00

GRATIS ATÉ 6 ANOS

OS
OPERÁRIOS
DO NATALESPECTÁCULO INFANTIL
PARA TODAS AS IDADESO SEU FILHO
MERECE VER«OS OPERÁRIOS
DO NATAL»

DIA 1 E DIA 2

(AMANHÃ E DEPOIS)
ÀS 14.30

PREÇOS POPULARES

ADÓQUE

LARGO MARTIM MONIZ
TEL. 87 44 76
(METRO DO SOCORRO)

COMUNA

TEATRO DE PESQUISA

Diariamente às 21.30 h.

O Muro

Inspirado em

«AS AVENTURAS DE
JOÃO SEM MEDO»
de José Gomes FerreiraDomingo só «matinée»
às 18 h.2.ª Feiras — Descanso
da CompanhiaPREÇO ÚNICO - 40\$00
Condições especiaisPRAÇA DE ESPANHA
METRO: PALHAVA
Telefone 76 26 24

UMA SENSACIONAL REVISTA PLURAL E SINGULAR

ÚLTIMAS!

SÓ ATÉ DOMINGO
DEFINITIVAMENTE

HOJE

2 SESSÕES
ÀS 20.30 e 22.30 h.TERMINE O ANO
RINDO... RINDO

Não acons. a m/18 anos

TEATRO ADÓQUE

Largo Martim Moniz
Telef. 87 44 76

DESTAQUES

I PROGRAMA

Hotel Rite-Show do fim do ano da RTP
(23.00)

Amanhã

I PROGRAMA

12.30: Abertura e Missa; 13.15: Eurovisão. Saltos de Esqui Internacional. Transmissão directa de Garmisch Partenkirchen; 14.15: Telejornal — 1.ª edição. 14.45: Eurovisão: Concerto do Ano Novo. Comemoração do 150.º aniversário do nascimento de Josef Strauss; 16.00: Janosik. Série Polaca; 17.00: Animação. Coordenação de Vasco Granja; 17.30: Sequim de Ouro. Programa musical; 19.00: Eurovisão. O Circo de Billy Smart; 20.00: Inventário musical; 20.30: Telejornal — 2.ª edição; 21.30: Espaço 1999; 22.30: Filmes portugueses; 00.30: Fecho.

Nota: Não há emissão do 2.º Programa

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃOCOM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ
E EFICIENCIADESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO
PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

FUTEBOL: NO GABINETE E NO CAMPO

Espada federativa abate-se sobre o Benfica

A justiça encarniçou-se perante o emblema benfiquista: sete meses de suspensão ao dirigente Romão Martins (que, por sinal, está prestes a deixar o departamento futebolístico do clube da Luz) e mais 60 dias de paragem forçada a Vítor Baptista, o chutador que tem ainda a cumprir cinco dos seis jogos com que foi castigado, recentemente (pelo Conselho de Disciplina do organismo da Praça da Alegria) fora um processo em curso derivante do conflito criado, em Chipre, com o treinador federativo Juca.

As penalizações agora «ofertadas» ao Benfica são derivadas da recusa das «águias» em tomarem parte num treino do «conjunto das quinas», apazado para o dia seguinte ao regresso dos benfiquistas da **tournee de beneficência** que efectuaram aos Camarões e estenderam-se a todos os futebolistas convocados que, desde Toni a Vítor Martins, são mimoseados com «repreensão por escrito».

Para já, uma quase certeza: aquele que se autodenomina «o melhor jogador do futebol português», só deve voltar à actividade oficial lá para fins de Março. Se tudo correr bem: e de Chipre não vier rescaldo pior...

Segundo consta em «círculos geralmente bem informados», há atrasos no pagamento do Benfica aos seus jogadores, nomeadamente em matéria de «luvas» que costumam ser despendidas em duodécimos. A directiva «encarnada» calcula equilibrar o barco com a receita da próxima visita do Sporting à Luz.

HUMBERTO

Notícia vinda de terras brasileiras garante que o Internacional (de Porto Alegre) acaba de adquirir ao Paris St. Germain, pela módica quantia de 350 mil dólares (cerca de 11.500 contos) o «passe» de Humberto Coelho que, presentemente a gozar dos rendimentos na Madeira, parece aceitar bem a ideia de transferência, da Europa para a América do Sul, des-

de que receba uma compensação financeira que lhe assegure uma segunda independência, já que quando trocou o Benfica pelo emblema parisiense garantiu (de modo sólido) o futuro da sua família.

MEIRIM

O dr. Manuel Soares, inquirido do «caso Meirim» nomeado pela entidade patronal do discutido treinador, ouviu ontem o dirigente Diamantino Perdigão, figura primordial do conflito que desencadeou um problema para a colectividade matosinhense. Entretanto, já se sabe: no caso de Meirim ser considerado dentro da razão (e, portanto, na eventualidade de unilateral rescisão de compromisso, com direito avultada compensação financeira), Diamantino Perdigão está dis-

posto a oferecer mil contos para ajudar ao despedimento de um trabalhador do futebol...

NACIONAIS

Os campeonatos nacionais de futebol voltam, novamente, a ser disputados em fatias várias: domingo, pelas 15 horas, seis jogos (Leixões-V. Guimarães, Montijo-Belenenses, F. C. do Porto-Boavista, Atlético-V. Setúbal e Sp. Braga-Estrela), enquanto para 5 de Janeiro, transferiram os restantes embates de primodivisionários (Portimonense-Varzim, Beira-Mar-Benfica e Sporting-Académico), mais duelos secundários (Almada-Olhaneense, da 2.ª divisão; Loures-Nacional, do 3.º degrau federativo).

Por seu turno, em relação à 2.ª divisão, o calendário do próximo domingo (pelas 15 horas) indica, na Zona Norte: Lourosa-U. Lamas (em Espinho), Régua-Gil Vicente, Vilavovense-Famalicão, Chaves-Penafiel, Tirsense-Salgueiros (em Trofa), Paredes-Espinho, Riopele-P. Ferreira e Fafe-Vila Real. Zona Centro: Torres Novas-U. Tomar, U. Coimbra-Santjoanense, U. Leiria-Torriense, Covilhã-Caldas, Feirense-Acad. Viseu, Peniche-Alba, U. Santarém-Marinhense e E. Portalegre-Portalegrense. Zona Sul: Esperança-Sintrense, Marítimo-Odivelas, Vasco da Gama-Barreirense, Juventude-Lu-

PORTUGAL

CELORICO

Voltou a calma ao Sporting Clube Celoricense: o problema da ocupação (indevida) do terreno em que pretende construir um pavilhão gimnodesportivo está resolvido a contento da colectividade que (assim) desistiu de entregar, à edilidade local, as cves da sede e o estandarte da agremiação desportiva de Celorico da Beira.

JUDO

O Judo Clube de Portugal foi derrotado pelo Spartakus de Budapeste (por 4-3), num encontro de judo de carácter particular. A equipa do Spartakus, que se encontra em Lisboa desde a passada noite de 27 (a convite do clube português) regressa ao seu país no próximo dia 2 de Janeiro.

A representação do Spartakus de Budapeste, que está instalada no Instituto Superior de Educação Física (ISEF), na Cruz Quebrada, trouxe a Lisboa oito atletas (alguns deles campeões da Hungria), um treinador e um dirigente.

VELA
O Sport Clube do Porto vai levar a efeito, no próximo dia 2 de Janeiro, a «Regata de S. Silvestre», prova que se destina às classes de «snipes» e «vauriens». A primeira largada terá lugar às 10.30 e a segunda às 16 horas.

XADREZ

O «mestre» português Joaquim Durão, aceitou o convite da Federação de Xadrez de Zamora (Espanha), para participar no «IV Torneio de Reis» (internacional, aberto), que se realiza naquela cidade, de 3 a 9 de Janeiro. O representante português parte no próximo domingo para Espanha.

Entretanto, a Federação de Xadrez de Zamora oficiou à Federação Portuguesa de Xadrez, no sentido de promover a presença de outros jogadores portugueses no mesmo torneio.

sitano, Cuf-Sesimbra, Oriental-Alcochetense e Farense-U. Montemor.

SACAVÉM

«Velhas guardas», do Sport Lisboa e Saudade (Benfica) mais do Sacavenense confraternizam, amanhã (pelas 15 horas), no campo de jogos de Sacavém.

SPORTING

Desfalçado de unidades fundamentais (Manuel Fernandes, Inácio e Manoel), o Sporting actua em França (na cidade de Marselha, perante o Olympique) na tarde do próximo domingo.



Há dois anos, foi assim

NA "CIDADE QUE MAIS CRESCE POR MINUTO"

Carlos Lopes: Fava no bolo-rei?

Carlos Lopes e o italiano Franco Fava são considerados os grandes favoritos para a 52.ª edição da «Corrida de São Silvestre», que se disputa logo à noite, nas ruas de São Paulo (Brasil). A prova, que se inicia pouco antes da meia-noite, é disputada na distância de 8900 metros. O nosso campeão, que participa na prova pela 4.ª vez, disse ontem aos jornalistas:

«Afirmar que alguém é o favorito não é o mesmo que dizer que esse alguém vai ganhar. Mas, conheço bem o percurso e estarei atento aos corredores latino-americanos, em especial aos mexicanos, que são muito fortes».

Carlos Lopes, (medalha de prata nos 10.000 nos Jogos Olímpicos de Montreal), declarou, ainda, não acreditar que o facto de o colombiano Vítor Mora (vencedor no ano passado) não alinhar, devido a lesão, na prova deste ano, aumente as suas probabilidades de vitória.

«Bati Mora nos 10 000 dos Jogos» sublinhou Carlos Lopes.

O atleta português acrescentou que considera a corrida de São Silvestre «um bom teste, porque nela participam muitos dos melhores fundistas mundiais», mas salientou que o clima não lhe agrada muito, embora tenha afirmado que apesar disso irá tentar ganhar a prova.

O italiano Franco Fava (de 24 anos) que participa pela 3.ª vez na competição e que em 1975 terminou na 3.ª posição, considera a «São Silvestre» de São Paulo difícil por três razões, que enumerou:

«A primeira, porque esta não é a época apropriada para os atletas europeus, que não estão ainda no melhor da sua forma. A segunda, porque o percurso é difícil, com longas subidas e descidas. A terceira, porque estão sempre presentes muitos dos melhores fundistas mundiais».

No mundo do atletismo, Franco Fava é conhecido como o «cão louco» segundo declarou o seu treinador, Vincenzo Leone.

«A minha alcunha de «cão louco» (explicou Fava) — deriva do facto de o meu ritmo cardíaco sofrer subitamente uma aceleração, o que me obriga a parar por vezes 40 segundos durante uma prova. Isto acontece-me cerca de sete vezes por ano,

mas creio que tal facto não surgirá durante a corrida de São Silvestre.

MAMEDE:

2.º NO FUNCHAL

Karl Fleschen (da Alemanha Ocidental) foi o vencedor da 18.ª edição da Volta à Cidade do Funchal.

A prova, que sucedeu à tradicional Corrida de S. Silvestre, realizou-se ontem à noite (a partir das 22 horas). Embora o mau tempo se fizesse sentir sobre a cidade, não choveu durante a prova: mas, isso aconteceu antes e depois da sua realização.

Com a extensão de 7400 metros, a Volta ao Funchal deste ano contou com a participação de 38 atletas: 27 da Madeira e Porto Santo, em representação do Marítimo, Nacional, Barreirense e Portosantense (clube que pela primeira vez tomou parte nesta prova), 4 do continente (Fernando Mamede do Sporting; Anacleto Pinto e Vasco Pereira, do Benfica; António Riscado, do Belenenses), 3 alemães (Michael Lederer, Karl Fleschen, e Volkman Betz), um finlandês (Hakan Spik, vencedor da Volta ao Funchal em 1975), um dinamarquês (Allan Zachariassen) e dois suecos (Oljan Wallin e Rolf Karvik).

Iniciada a corrida cedo os atletas visitantes se distanciaram dos madeirenses, que não tinham possibilidades de dar réplica. O alemão Karl Fleschen impôs, desde o princípio, um ritmo violento, o que provocou profundas «quebras» no pelotão. Fernando Mamede, com uma boa actuação, não conseguiu (no entanto) vencer a melhor preparação do atleta germânico, que acabaria por triunfar, ficando o sportinguista em 2.º, seguido do finlandês Hakan Spik e do benfiquista Anacleto Pinto que, na parte final, não acompanharam a passada imposta por Karl Fleschen ou Fernando Mamede.

Classificação individual: Karl Fleschen, Alemanha, 20,51; Fernando Mamede, Lisboa, 21,07; Hakan Spik, Finlândia, 21,19; Anacleto Pinto, Lisboa, 21,21; Michael Lederer, Alemanha, 21,39; Oljan Wallin, Suécia, 21,45; Rolf Karvik, Suécia, 21,55; Vasco Pereira, Lisboa, 21,58; Allan Zachariassen, Dinamarca, 22,31; António Riscado, Lisboa, 22,59; Volkman Betz, Alemanha, 23,13 e

Manuel Dionísio, Nacional da Madeira, 23,24.

Classificação colectiva: Lisboa, 14 pontos; Alemanha, 17 pontos; Marítimo, 42 pontos e Nacional, 45 pontos.

UMA DUPLA EM MADRID

Ainda hoje, Aniceto Simões (Sporting) e o benfiquista Tavares da Silva correm, em Madrid, a «S. Silvestre» local, ainda titubeantes no lançamento internacional mas já a concitar certa atenção dos meio-fundistas europeus.

Na capital espanhola, o grande favorito é um «ídolo» da terra: Mariano Haro, que corre entre o seu clã e já por duas vezes triunfou na prova. Mas, há mais candidatos ao «podium», como é o caso do francês Liardet, do alemão Karts e do famoso escocês Stewart.

Complemento desta «S. Silvestre» madrilenha: domingo, em Mauresa, um «Grande Prémio», onde Aniceto e outros pedestrianistas vão tentar desforra ou confirmação da corrida desta noite.

LA FORA

FEITO

A norte-americana Lynne Cox, de 20 anos, atravessou a nado o Estreito de Magalhães (no sul do Chile) numa hora um minuto e dois segundos. Lynnie, que já por duas vezes atravessara a nado o Canal da Mancha, foi a primeira pessoa a cruzar a nado aquele Estreito, descoberto em 1520 por Fernão de Magalhães, quando da Europa se dirigiu ao Pacífico, pelo Ocidente.

A travessia efectuou-se com mar forte e baixa temperatura, sob escolta de duas embarcações. Lynne Cox, estudante de arte na Universidade de Santa Barbara (Califórnia) cobriu as quatro milhas exactamente em uma hora.

A temperatura na área (onde agora é o meio do Verão) nunca subiu acima dos 10 graus centígrados, durante a prova, e o vento soprava a 35 quilómetros horários. Lynne Cox já fez a travessia do Canal da Mancha, gastando mais 34 minutos do que o recorde mundial (de oito horas e 56 minutos).

Andebol português prestigiado em Paris

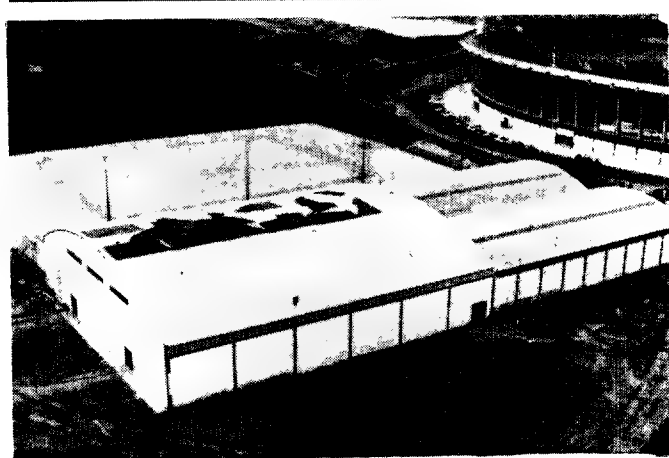
Belo comportamento do andebol português, mau grado problemas e escolhos que (frequentemente) saltam como barreira ao seu progresso: ontem o «sete» nacional obrigou os campeões franceses (Stella, de Paris) a um empate em casa própria. Desfecho do diálogo: 20-20, depois de 0-3, desfavorável aos colegas de Hernâni e Adão.

Os portugueses alinharam (e marcaram) do modo seguinte: Carlos Silva (Diamantino); José Manuel (1), Ferreira (2), Vas-

co (3), Jorge (1), Espadinha, Franco, Adão (2), Sousa, Montenegro, Hernâni (1), João Gonçalves (5), Morais (2), e João Manuel (3).

Actuações mais salientes: João Gonçalves, João Manuel, Vasco Vasconcelos, Carlos Silva e Morais.

Hoje, a turma nacional completa o ciclo das suas actuações nesta digressão a três países (Alemanha Ocidental, Luxemburgo e França), dando a desforra aos campeões tricampeões, novamente em Paris.



Alvalade: em primeiro plano, os novos pavilhões. Esta noite, haverá ali festa rija, com uma passagem de ano que se prevê alegre e frenética. Atracções: artistas brasileiros e portugueses, mais «craques» desportivos num palco diferente, a mostrarem habilidades muitas vezes insuspeitadas. Muitos associados «leões» colaboraram na ornamentação dos pavilhões: destaque especial para Júlia Barroso (antiga «vedeta» dos micros e hoje esposa do dr. João Xara Brasil) que colaborou no arranjo das salas «verde-brancas».

Desporto

ARGENTINA DÁ O LAMIRÉ

Os "Fórmula 1" na hora da arrancada

Com o «Grande Prémio da República Argentina», inicia-se em 9 de Janeiro o Campeonato Mundial de Condutores de Fórmula 1, pondo assim termo a uma série de questões que nos foram em dúvida a sua realização.

O Automóvel Club Argentino (ACA) aceitou finalmente concordar bilateralmente com os construtores reunidos na «Associação de Construtores de Automóveis de Fórmula 1» (FOA) e pagar os 600 000 dólares exigidos por Bernie Ecclestone, titular da mesa.

Deste modo, o «ACA» rompeu com a sua anterior posição de não pactuar com a «FOA» a não ser através da Associação Organizadora de Grandes Prémios (WCR), recentemente criada. Um telegrama enviado por Bernie Ecclestone confirmou a presença no «Au-

todromo General San Martín», da cidade de Buenos Aires, no dia 9 de Janeiro de 22 carros de «Fórmula 1» representando 13 equipas.

Só estará ausente, nesta prova inicial, o novo automóvel nipónico «Kojima», que se estreou no «Grande Prémio do Japão», em fins de Outubro, última prova do campeonato mundial de 1976.

O campeão mundial, James Hunt (que conquistou o título no «Grande Prémio do Japão») encabeça a lista de participantes no «Grande Prémio da Argentina», tripulando um «McLaren» e tendo como companheiro de equipa Jochen Mass, que se integrou na «McLaren» em meados de 1975.

Na equipa «Tyrrell», há alterações em relação ao ano transacto.

O primeiro piloto de bólides de seis rodas será o sueco Ronnie Peterson (que abandonou a «March») tendo como companheiro de equipa o francês Patrick Depailler.

A «Lotus» manterá a sua formação das últimas provas de 1976. Ou seja: Mário Andretti (dos Estados Unidos) como primeiro piloto e o sueco Gunnar Nilsson, no segundo bólido.

A «Brabham» não regista grandes alterações em relação ao fim da temporada de 1976, a não ser a entrada do irlandês John Watson que deixou a «Penske», equipa que se retirou da «Fórmula 1».

Dois «novatos» na Fórmula 1 integram a renovada equipa «March»: o sul-africano Ian Schekter (considerado uma futura «estrela» da Fórmula 1) e o brasileiro Alex Dias Ribeiro, que realizou boas corridas em «Fórmula 2».

Na «Ferrari», confirma-se o afastamento de Clay Regazzoni, sendo o seu lugar de segundo piloto ocupado pelo argentino Carlos Reutemann. O antigo campeão mundial, Niki Lauda, mantém-se como primeiro piloto desta equipa italiana.

A «BRM» (depois de quase um ano de ausência das pistas) vai fazer a sua reaparição no «Grande Prémio da Argentina», mas apenas com um carro, que será tripulado pelo austríaco Larry Perkins.

Também na «Shadow» houve significativas alterações. Tom Pryce (do País de Gales) continua a ser o piloto número 1 da equipa, mas, no segundo carro, já não aparece o francês Jean-Pierre Jarier, mas sim o italiano Renzo Zorzi.

A «Surtees» renovou por completo a sua formação. O italiano Vittorio Brambilla será o piloto número um, enquanto o segundo carro será tripulado pelo norte-americano Allan Jones.

Entretanto, contrariando vários rumores que corriam no meio automobilístico, a «Ligier» mantém um único carro, que continuará a ser tripulado por Jacques Laffite.

Para o «Grande Prémio da Argentina» e também para o «Grande Prémio do Brasil», marcado para 23 de Janeiro (no circuito de Interlagos) a firma brasileira «Copersucar» vai apresentar dois carros. O primeiro será tripulado pelo antigo campeão mundial Emerson Fittipaldi, enquanto o seu compatriota Ingo Hoffman será o segundo piloto da equipa.

O «Ensign», que na época transacta foi pilotado por Chris Amon e por Jackie Ickx, conta este ano com um único piloto: Clay Regazzoni.

O novo «Wolf» é o último dos participantes no «Grande Prémio da Argentina». Mandado construir por um magnata canadiano, anteriormente associado a Frank Williams, o «Wolf» será pilotado pelo sul-africano Jody Schekter.

Os primeiros treinos para o «Grande Prémio», a realizar no dia 8, poderão dar já uma ideia sobre a forma como se comportam estes conjuntos, muitos dos quais irão ser postos à prova pela primeira vez.

Entretanto, notícias recebidas de Cervinia (Itália) indicam que o piloto italiano Arturo Merzario (da «Brabham») não poderá participar no «Grande Prémio da Argentina», por ter dado uma queda naquela estância alpina. Merzario estava a fotografar um grupo de amigos no terminal superior de um teleférico, quando uma camada de neve cedeu sob o seu peso. O piloto italiano caiu de

uma altura de seis metros. Os médicos que o socorreram anunciaram que ele tinha sofrido várias fracturas da bacia, uma deslocação do pé direito e algumas escoriações, mas que poderia recuperar em pouco mais de um mês.

Restaurante TARRO

O ponto verdadeiramente forte para uma boa alimentação

Av. D. Afonso Henriques 16-B
ALMADA

Na NAZARÉ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA BATISTA

INSTALADO NA ALAMEDA D. AFONSO HENRIQUES

(JUNTO AO CINEMA IMPÉRIO)

GRANDIOSO «RÉVEILLON»

CIRCO MARIANO

(O VOSSO CIRCO)

EMP. HENRY TONY

TODAS AS NOITES, às 21.30

HOJE—SENSACIONAL «RÉVEILLON»

com grandes atracções e muitas surpresas, venha ver um espectáculo como nunca pensou, o nosso Réveillon é PARA TODOS, compre já o seu bilhete.

SABADO E DOMINGO, ESPECTACULOS

As 15 horas, 18 horas e 21.30 horas

VENHAM VER em TODOS os ESPECTACULOS a ALEGRIA das CRIANÇAS e ADULTOS



HEIDI, PEDRO, AVÔ
ALP E YUKI

2 — PARELHAS DE PALHAÇOS — 2

«OS ELIZABETH'S

E CAMPOS FILHOS»

Pela 1.ª vez em Portugal, vindos directamente de Inglaterra

«OS ELEFANTES BEBÉS»

MAIÚSCULA

Comércio de Móveis e Decorações, Lda.

Cumprimenta os seus estimados Clientes,
Fornecedores e Amigos, desejando-lhes
FELIZ ANO NOVO.

PRAÇA PAIVA COUCEIRO, 1 — Telef. 84 68 39
LISBOA

pub

ACÇÃO MÉDICO-SOCIAL DA CAIXA
DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA
DO DISTRITO DE SETÚBAL

ANÚNCIO

CONCURSO PÚBLICO

FORNECIMENTO DE 20 000 LIVROS DE RECEI-
TUÁRIO MÉDICO MOD. 132 119

Está aberto concurso pelo prazo de 8 dias úteis a contar da data da publicação deste anúncio para o fornecimento do material acima indicado.

O caderno de encargos pode ser adquirido na Secção de Aquisições na hora normal de expediente.



COMPRE
DISCOS
COM
GARANTIA
na
DISCOTECA

loca

Plano

Frente à praça de ALMADA

ABERTA Das 9 às 23 horas



Rossio, 115
Rossio, 118
R. do Carmo, 45

Av. de Roma, 17-A
R. Almeida e Sousa, 20-A
R. Frederico Arouca, 45 — Cascais

INFORMAM OS SEUS CLIENTES, QUE POR MOTIVO
DE FERIADOS E BALANÇO, ESTÃO ENCERRADOS
DE 1 A 5 DE JANEIRO

Geral

Coronel Tomé Pinto desmente notícia do "Expresso"

Em mensagem enviada às unidades da Região Militar de Lisboa o coronel Tomé Pinto, chefe do Estado-Maior da Região Militar de Lisboa, classificou como totalmente falsa a notícia publicada ontem pelo semanário «Expresso», segundo a qual pedira a demissão por divergências com o general Vasco Lourenço.

Salientando que são suficientemente conhecidas as boas relações que mantém com o general Vasco Lourenço, o coronel Tomé Pinto afirma que a sua saída das funções que

vinha até agora desempenhando se deve a razões de promoção, pois terá que comandar durante um ano uma unidade militar a fim de reunir as condições de promoção a brigadeiro. Pelo mesmo motivo outros oficiais do Quartel-General da Região Militar de Lisboa deverão ser em breve transferidos para unidades militares.

A notícia em questão tem sido criticada em diversos meios militares, que a consideram como uma peça da campanha contra Vasco Lourenço.

Madeira prepara-se para espectáculo único no Mundo

FUNCHAL, 31 — Prosseguem nesta cidade as festas de S. Silvestre que, este ano, atraíram à ilha cerca de 18 000 turistas que esgotaram a lotação de hotéis e pensões, forçando as direcções de alguns estabelecimentos hoteleiros a alojar hóspedes em casas particulares.

Apesar do vento, da chuva e do nevoeiro que já causaram um desastre de automóvel em que perderam a vida duas pessoas, a cidade prepara-se activamente para a passagem do ano, e a sua população participa em todos os folguedos que

estão a decorrer nas ruas e nas praças. Tocam as bandas, exibem-se os grupos folclóricos e sucedem-se as exposições preparadas pela comissão organizadora que, este ano, ultrapassou todas as expectativas «importando» do Brasil uma escola de samba, que vai percorrer as ruas da cidade. As zero horas, como é habitual, a cidade será palco de um espectáculo único no mundo: o fogo de artifício lançado de 30 postos colocados de forma a transformarem a cidade e a baía num gigantesco e maravilhoso anfiteatro colorido.



Setenave faz entrar divisas

A reparação de 49 navios estrangeiros, nos estaleiros da Setenave, em Setúbal (ao longo de 1976) representam uma entrada de divisas em Portugal na ordem dos 13 milhões de dólares cerca de 420 mil contos.

Entretanto, o estaleiro de construção e reparação naval de Carnave, a funcionar oficialmente desde Julho de 1975 numa área de 21 mil metros quadrados, deverá aumentar o número de operários especializados a partir de Janeiro: de 52 para 110.

BARES • BOTES

RESTAURANTES TÍPICOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Tel. 364859/368197. Rosy Striptease

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946



tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral muito nublado e chovia ou caíam aguaceiros em vários locais.

TEMPERATURAS EXTREMAS

PRAIA DA ROCHA

Máxima 16°

MONTALEGRE

Mínima 3,5°

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

Porto	14°
COIMBRA	13°
PORTALEGRE	11°
LISBOA	15°
FARO	16°
FUNCHAL	15°

MARÉS DE HOJE

PREA-MAR	BAIXA-MAR
23.18	5.06
11.44	17.29
DIA 1	
0.12	5.56
12.33	16.11
DIA 2	
1.01	6.40
13.21	18.52

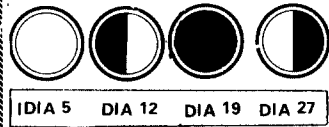
PREVISÃO GERAL ATÉ AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado; vento moderado de Sudoeste, soprando com rajadas fortes junto do Litoral Oeste; diminuição de intensidade para o fim do período; aguaceiros.



AMANHÃ

NAScer AS 7.55
OCASO AS 17.25



palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11639

HORIZONTAIS:

- 1 Poder (fig.). O mesmo que alaga.
- 2 Encolheriza. Dar vida.
- 3 Alçáremos.
- 4 Nota musical. Esteiros. Médico dinamarquês que recebeu o Prémio Nobel de Medicina em 1943.
- 5 Colocou. Queirida.
- 6 Textualmente. Sufixo que designa pequenez.
- 7 Moderato. Aparência. Pega.
- 8 Dá mios. Equipe. Crença.
- 9 Ruim. Pertences. Lavrais.
- 10 Aqui. Tira de fígado temperada e frita.
- 11 Peixe dos Açores. Simulas.

VERTICAIS:

- 1 Dança. Três mil quinhentos e cinco em romano.
- 2 Perfil. Costumava.
- 3 Pedra de alar. Letra grega. Pronome pessoal.
- 4 Carros grosseiros para transportar cargas, resguardado por grades ou taipas.
- 5 Aqui está. Rede de armar.
- 6 Gosta muito de.
- 7 Velha. Governanta.
- 8 Lírio. Desdraca.
- 9 Antes do meio-dia. Dose Agarrel.
- 10 Jogo de cartas, o mesmo que guimbarda (bras.). Estaciona num lugar.
- 11 Atmosfera. Mirare. Móveis sobre os quais se come.

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o PROVÉRPIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7699

HORIZONTAIS:

- 1 Cidade da Bélgica junto do rio Dendre. Tombaram.
- 2 Contos.
- 3 Bário (s. q.). Causas amou a. Atmosfera.
- 4 Dá massagens a. Item.
- 5 Miséria (pop.). Vila e concelho do distrito de Portalegre.
- 6 Tecido antigo. Carvão incandescente.
- 7 Enal. Dá mios. Chefe etíope.
- 8 Fátia. Norma (fig.).
- 9 Ósmio (s. q.). Sinal ortográfico. Seguiu.
- 10 Espaço de trinta dias. Doses.
- 11 Rejuvenesce. Pega.

VERTICAIS:

- 1 Cidade de Portugal.
- 2 Tecerías.
- 3 Associação ou confraria cristã na Índia. Aguçes. Pronome pessoal.
- 4 Nome de frutos. Remem para trás.
- 5 Leito. Ave pernalta. Isolado.
- 6 Bailarico, espécie de fandango (bras.).
- 7 Levantai. Montaria.
- 8 Sobejar. Pronome pessoal.
- 9 Campeão. Atravesso. Basta.
- 10 Amaciarias.
- 11 Bromo (s. q.). Sadias. Pega.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7698

HORIZONTAIS:

- 1 Pará. A. AGUA.
- 2 Ora. CCC. ANI.
- 3 Re. Trais. Ta.
- 4 Tiaras. Abar.
- 5 Oásico. Cria.
- 6 Agá. Pão.
- 7 TUDO. Partia.
- 8 Arósa. Ria.
- 9 Or. Opaca. Ce.
- 10 Os. Ora. Sir.
- 11 Asso. LAVA.

VERTICAIS:

- 1 Porto. Tão.
- 2 Areia. Urros.
- 3 Rã. Asado. SS.
- 4 Trigoso.
- 5 Craca. Apó.
- 6 Acaso. Ari.
- 7 Cl. Parca.
- 8 Sacaria.
- 9 Ga. Brota. Sa.
- 10 Untai. CIV.
- 11 Aiara. Acera.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11638

HORIZONTAIS:

- 1 Fão. Mas. Sãs.
- 2 ar. Macuã. Ba.
- 3 Aos. Aar.
- 4 Ova. Lava.
- 5 Ovo. Lua. Mês.
- 6 Esta. Imos.
- 7 Arpares.
- 8 Eu. lates. Le.
- 9 Aran. Trem.
- 10 Mão. Crivo.
- 11 Alçaremos.

VERTICAIS:

- 1 Fasco. Meada.
- 2 Ar. Ave. Ur.
- 3 Arosa. Ama.
- 4 Moa. Trinar.
- 5 Mäs. Trinar.
- 6 AC. Tu. Até.
- 7 Sua Aire. Cr.
- 8 Aal. Mestre.
- 9 Ramos. Rim.
- 10 Ab. Ves. Levo.
- 11 Salas. Lemos.

Provérbio: A ÁGUA TODO LAVA

pub

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DE SANTARÉM AVISO

As empresas são obrigadas a enviar ao Sindicato o produto das quotizações dos trabalhadores livremente Sindicalizados, quando vinculadas contratualmente.

Para completo esclarecimento dos trabalhadores e das empresas, relativamente à questão da quotização Sindical, (art.º 21.º da Lei Sindical com nova redacção do Dec.º Lei 841-B/76), informa-se que o novo Dec.º Lei não pode, evidentemente, restringir o direito de contratação colectiva, pelo que serão plenamente válidos quaisquer acordos com as entidades patronais, no sentido de estas procederem à cobrança e remessa aos Sindicatos da quotização dos trabalhadores livremente Sindicalizados. Muito menos poderia revogar os Contratos Colectivos já celebrados, dado que se mantém em vigor o art.º 52.º da Lei Sindical, que diz:

«O que no presente diploma se dispõe, não prejudica o estabelecido em cláusulas convencionais mais favoráveis às associações Sindicais e aos trabalhadores».

Por isso, as entidades patronais obrigadas, por convenções colectivas ou outros instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, a procederem à cobrança da quotização e respectiva remessa ao Sindicato, continuam vinculadas a esse dever. Nesta circunstância a cobrança da quotização Sindical continuará obrigatoriamente a ser feita pelas entidades patronais.

Quer isto dizer que apesar do Dec.º Lei n.º 841-B/76 publicado pelo Governo com a intenção de dividir e enfraquecer os Sindicatos, as empresas quando vinculadas aos Contratos são obrigadas a enviar ao Sindicato, mensalmente, o produto das quotizações.

Os trabalhadores têm o direito de exigir que os Contratos Colectivos de Trabalho sejam cumpridos em todos os aspectos e o Ministério do Trabalho, através da Inspeção do Trabalho, obrigará ao cumprimento das cláusulas contratuais.

Compete aos Delegados Sindicais e a todos os trabalhadores exigir, empresa por empresa, o cumprimento dos Contratos Colectivos de Trabalho.

Compete a cada um de nós e a todos demonstrar através da vigilância, da unidade, da organização e da luta que nem a CIP, nem o Governo, nem todos juntos conseguirão refrear os Sindicatos e muito menos vergar os trabalhadores à vontade do capital explorador.

Santarém, 29 de Dezembro de 1976
A DIRECÇÃO

Teatros de Serviço

LISBOA

Até às 22 horas

ALVALADE — Av. da Igreja, 18-A (Tel. 892070)
ALVES DE CARVALHO — Rua Vale de St.º António, 7-9 (Tel. 840125)
AMOREIRAS (das) — P.ª Ag. 800, 801 (Tel. 681515)
BARROS GOUVEIA — Rua Vale Formoso de Cima, 79-B (Tel. 382180)
BIOTIFAR — Rua D. João de Castro, 27-B (Tel. 638824)
BOM SUCESSO — Rua Bartolomeu Dias, 63-A (Tel. 611454)
CAPUCHOS (dos) — Rua Luciano Cordeiro, 2-A (Tel. 572076)
CENTRAL DOS OLIVEIS — Rua Afonso Barrilado Ruas, 7-C (Tel. 315539)
COSTA — Rua Lusitadas, 30 (Tel. 636704)
DALVA — Av. Duque de Ávila, 125 (Tel. 45225)
GASPARINHO — Rua Dr. Gama Barros, 54-A (Tel. 890465)
MARLUZ — C.ª da Picheleira, 140-C (Tel. 720703-728395)
ONILDA — Av. João XXI, 13-A (Tel. 726848)
OURIQUE — Rua Freitas Gazu, 32-B (Tel. 671667)
PRATES E MOTA — Rua da Beneficência, 91 (Tel. 773728)
PROGRESSO — Est. da Damaia 64-C (Tel. 702226)
PROVIDÊNCIA — Rua D. Filipa de Vilhena, 9-C (Tel. 770324)
SANITAS — Pra. Luís de Camões, 24 (Tel. 322798)
REIS GARRIDO — Rua das Janeiras Verdes, 90 (Tel. 662327)
S. JOSÉ — Rua dos Anjos, 41-A (Tel. 570730)
S. MARÇAL — Rua de S. Marçal 100, (Tel. 325318)
S. TOMÉ — Estrada do Desvio, lote 12-C (Tel. 790704)
SIMÕES — Calçada do Tojal, 102-A
SOUSA — Estr. de Benfica, 429-431 (Tel. 780027-789855)
TAVARES — Rua da Palma, 194 (Tel. 863350)
VERAL — Rua Morais Soares, 109-111 (Tel. 821732)
Permanente
ALVES DE CARVALHO — Rua Vale de St.º António, 7-9 (Tel. 840125)
COSTA — Rua Lusitadas, 30 (Tel. 636704)
DALVA — Av. Duque de Ávila, 125 (Tel. 45225)
MARLUZ — C.ª da Picheleira, 140-B-C (Tel. 720703-728395)
ONILDA — Av. João XXI, 13-A (Tel. 726848)
PROGRESSO — Estr. da Damaia, 64-C (Tel. 702226)
TAVARES — Rua da Palma, 194, (Tel. 863350)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Combatentes — Av. Com. G. Guerra, 166 (Tel. 2113953).
ALCABIDECHÉ
Carvalho — Até às 21 horas.
PORTO SALVO
Porto Salvo — Até às 21 horas.
CARCAVELOS
Central — Até às 24 e das 0 às 9 horas.
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira — Av. Saboia, 29-B (Tel. 260085). Até às 21 horas.
PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás — R. Costa Pinto, 184 (Tel. 2432034). Até às 24 e das 0 às 9 horas.
DEIRAS
Godinho — R. Cândido dos Reis, 98 (Tel. 2430090). Até às 22 horas.
NOVA DEIRAS
Leal.
PAREDE
Grincho — Av. da República, 87 (Tel. 2471204). Até às 24 horas.
PAREDE
Junqueiro — Até às 21 horas.
AMOREIRA
Amoreira — (tel. 2622313/267314). Até às 22 horas.
ESTORIL
Marques dos Santos — R. Ferreira J. A., 15 (Tel. 260116). Até às 21 horas.
MONTE ESTORIL
Ostenda — R. de Espinho, 1 (Tel. 260391). Até às 24 e das 0 às 9 horas.
CAISCAIS
Cordeiro — Av. Comb. G. Guerra, 40 (Tel. 280170). Até às 21 horas.
A. Costa — R. Freitas Reis, 24-C (Tel. 280214). Até às 24 e das 0 às 9 horas.

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Melo — P. D. João I, 9-B (Tel. 932756). Toda a noite.
Central — Av. Cardoso Lopes, 25 (Tel. 932210). Até às 22 horas.
Igreja — P. da Igreja, 22-A (Tel. 937740). Até às 22 horas.
Jardim — Av. Conde de Oeiras, 15-A Reboleira (Tel. 938424). Até às 22 horas.
DAMAIA
D. João V. — Av. Gurgel do Amaral, 2-A (Tel. 970461). Serviço permanente.
QUELUZ
Gil — Av. Miguel Bombarda 28 (Tel. 950117).
CACÉM
Guerra Rico — Agualva.
MEM MARTINS
Químia — Est. de Mem Martins, 285 (Tel. 2910012).

S. PEDRO DE SINTRA

SINTRA
Simões — Estefânea (Tel. 2930832).
COLARES
Abreja — (Tel. 299088).

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gamero — L. António dos Santos Jorge, 15 (Tel. 23400).
ALHOS VEDROS
Gusmão — R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 204020).
ALMADA
Galeno — R. Capitão Leitão, 85-B (Tel. 2760565).
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança — Est. Nacional, 178-B (Tel. 2040302).
BARREIRO
Pimenta — R. Cons.º Joaquim António de Aguiar, 259 (Tel. 2073012).
COVA DA PIEDADE
Carqueira — Afonso, P.5 de Outubro, 18 (Tel. 2750254).
MOITA
União Moitense — Av. dr. Teófilo Braga (Tel. 239025).
MONTIJO
Moderna — Rua Bulhão Pato, 60 (Tel. 2310156).
SESIMBRA
Leão — Av. da Liberdade, 13 (Tel. 2233471).
SETÚBAL
Marques — R. Arronches Junqueiro (Tel. 22783).
Bonfim — Av. Rodrigues Marinho, 12 (tel. 24558).
SEIXAL
Soromenho — R. Paiva Coelho, 38 (tel. 2218560).

PORTO

FOZ — Rua Senhora da Luz, 380 — Foz (Tel. 680127).
ALÍRIO DE BARROS — (R. de Costa Cabral, 240 (Tel. 480593).
CENTRAL — Rua 31 de Janeiro, 203 (Tel. 21684).
GOMES CARNEIRO — (Rua de Cedofeita, 348 (Tel. 23420).
NOVA DE MONSANTO — Rua de Monsanto, 148 (Tel. 490889).
COUTO — Largo de S. Domingos, 108 (Tel. 25963-311965).
LAPA — Rua Antero de Quental, 211 (Tel. 480697).
(De dia e toda a noite)
CORREIA — Praça Mouzinho de Albuquerque, 78 (Tel. 60869).
CORUJEIRA — Rua S. Roque da Lameira, 1473 (Tel. 51928).
LUSO-FRANCESA — Rua Sá da Bandeira, 140 (Tel. 28134).
MAGALHÃES — Rua de Serralves, 566 (Tel. 63561).

COIMBRA

CRUZ E COSTA — Rua A. Vasconcelos, 71 (Tel. 22715).
NAZARE — Rua Ferreira Borges 135 (Tel. 22605).

Cinemas

ALVALADE

T. 897490 14.00, 16.30, 19 e 21.15
 Os prados floridos, as montanhas, os vastos horizontes, são o pequeno mundo de
 7.ª semana
HEIDI
 um filme de Werner Jacob
 Para todos

APOLO 70

Tel. 76331914.00, 16.30, 19.00, 21.15
 A fascinação irresistível do mundo do CIRCO
PARADE
 um filme de Jacques Tati
 3.ª Semana
 Para todos
 Hoje às 24 horas
 Grupo D (18 anos)
MILLIE UDA RAPARIGA MODERNA

AVIS

T. 47163 15.30, 18.30, 21.15
 Não acons. a menores de 13 anos
 Com Les Charlots
 3.ª Semana
OS MALUCOS EM HONG-KONG

BERLIA

Tel. 776098 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
 Falado em português
 O grande espectáculo do Natal
GENTE COMO EU E VOCÊ
 3.ª Semana
 Para todos
 Um filme de James Uys

CINEIDOSCÓPIO

T. 795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
 O espectáculo de Natal por excelência
BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES
 Um filme de Walt Disney
 4.ª Semana
 Falado em Português
PARA TODOS

CASINO ESTORIL

T. 264996 26.19. 17.15 e 21.15
 Não acons. a men. de 13 anos
O COMBOIO DO INFERNO
 c/Charles Bronson e Richard Crenna

CASTIL

Tel. 630194 15.00, 17.00, 19.00, 21.15
 Não acons. a menores de 13 anos
 Les Charlots
OS MALUCOS EM HONG-KONG
 Em 2.ª Semana
 Amanhã às 24 h
SONHOS HÚMIDOS
 Int. men 18 anos

CONDES

T. 322523 14.00, 16.30, 18.45, 21.15
 Para todos
 A grande sensação da temporada
OS 12 TRABALHOS DE ASTÉRIX

EDEN

Tel. 320768 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
 Alain Delon em
ZORRO
 3.ª Semana
 Um filme de Duccio Tessari
 Não acons. a menores de 13 anos

ESTÚDIO

Tel. 555134 14.30, 16.45, 19 e 21.15
 Não acons. menores 13 anos
O PROCESSO DIMITROV
 O julgamento do Século I

ESTÚDIO 44

Tel. 779095 14.30, 16.45, 19.21.15
 (Interdito a men. de 18 anos)
FESTA PRIVADA
 c/ Isle Damsgard
 6.ª Semana

IMPERIO

Tel. 55134/5 15.15, 18.30 e 21.15
 Malcolm McDowell e Christopher Plummer
O DUELO DAS ÁGUIAS
 (Aces High)
 Real. de Jack Gold
 Não acons. a menores de 18 anos
 2.ª Semana

LONDRES

Tel. 801313 14.16.30.19 e 21.30
 Não acons. a men. de 13 anos
OH! MEUS AMIGOS
 Pietro Germi

MUNDIAL

Tel. 538743 15.15, 18.30 e 21.15
 Para todos
ONDE ESTÁ O ÓSCAR?
 Com Louis de Funès

BILLY SMART CIRCUS

No coração de Lisboa ao cimo do Parque Eduardo VII, frente à Penitenciária, esquina com a Rua Castilho. Diariamente matinées às 16 h. e soirées às 21.30 h. Domingos e feriados 2 matinées: às 14 e 45 e às 17 e 30 h. Espectáculo para todos
PARQUE GRÁTIS PARA 2000 CARROS

D. JOÃO V

Tel. 971794 As 21.15 h.
 Não acons. men. 13 anos
ESTOIRA VERGAS
 Fim de ano c/o conjunto Hot-Rand

FILMAS

Tel. 574313/574313
 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
 Não acons. men. 18 anos
CHOVE EM SANTIAGO
 Meio ano de lotações esgotada
 O Chile de Allende e Pinochet

ODEON

Tel. 326283 15.15, 18.15 e 21.15
 Int. a men. de 18 anos
 Clorido
ESQUADRÃO DO DRAGÃO
 Com os grandes ídolos das artes marciais

PATHE

Tel. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
 Int. a men. de 18 anos
A INICIAÇÃO DE FLOSSIE
 Este filme pode ser considerado pornográfico

PONTAIA

Tel. 323805 14.15, 16.30, 19.00 21.15
 Para todos
O SOLDADO AVENTUREIRO
 com Bud Spencer

RESTELO

T. 610375 21.15 h.
 Não acons. a men. de 13 anos
OS DOZE INDOMÁVEIS PATIFES

ROMA

Tel. 727778 14.30, 16.45, 19.00 21.15
 As 21.30 h. — **REVEILLON**
OS MALUCOS EM HONG-KONG
 De madrugada — **MULHERES F**
RECRUTAS
 Baile toda a noite

ROXY

Tel. 48560 14.00, 16.30, 18.45, 21.15
 O grande espectáculo de Natal
GENTE COMO EU E VOCÊ
 Falado em português
 um filme de James Uys
 3.ª Semana
 Para todos

S. JORGE

Tel. 554153 15.15, 18.15, 21.15
VOANDO SOBRE UM NINHO DE CUCOS
 Em 2.ª semana
 5.ª "Oscars" Melhor Filme do Ano

TIVOLI

Tel. 570595 15.15, 18.30 e 21.15
 O espectáculo de Natal por excelência
BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES
 um filme de Walt Disney
 Falado em Português
 4.ª Semana

UNIVERSAL

Tel. 774402
 As 15, 19 e 21 h.
O INÍMIGO PRINCIPAL
 um filme de Jorge Sanjines
 (Não acons. m. 13 anos)
 As 17 e às 21 h
O ANO 01
 um filme de Jacques Dailion

BURLESCO AMERICANO

15.00, 18.00, 21.00
 Esc. 5000
 Iniciativa da Direcção-Geral da Acção Cultural
"O GRANDE CONQUISTADOR"
 Herbert Ross (1972)
 18 anos

Outros Espectáculos

LISBOA/Teatros

MONUMENTAL
 21.15 (18 anos)
 «Uma Estranha Formade Amar»
COLISEU
 21.30 (6 anos)
 «O Circo do Natal»
S. LUIZ
 21.30 (13 anos)
 «Tudo no Jardim»
CIRCO MARIANO
 Al. D. Afonso Henriques
 21.30 (6 anos)
TEATRO DO BAIRRO ALTO
 21.45 (13 anos)
 «Do Teatro ao Cais do Sodré»
CIRCO BILLY SMART
 21.30 (6 anos)
 Parque Eduardo VII
TEATRO ABERTO
 21.15 (13 anos)
 «Circulo de Giz Caucasiano»
ÁDOQUE
 20.30 e 22.45 (18 anos)
 «A Grande Cegada»
LAURA ALVES
 20.30 e 22.45 (18 anos)
 «Vamos Trocar de Mulheres»
MARIA VITÓRIA
 20.30 e 22.45 (18 anos)
 «O Bombo da Festa»
VARIEDADES
 20.30 e 22.45 (13 anos)
 «Isto é que me Dói»
A.B.C.
 20.30 e 22.45 (18 anos)
 «Cada Cor seu Paladar»
MARIA MATOS
 21.30 (18 anos)
 «O Director da Ópera»

LISBOA/Cinemas

PROMOTORA
 21.15 (10 anos)
 «El Cid, Campeador»
CINEARTE
 21.15 (18 anos)
 «Mr. Maestryk»
CINEBOLSO
 21.30 (18 anos)
 «Machissimo»
CAPITOLIO
 21.15 (18 anos)
 «Requintes de Amor»
EUROPA
 21.15 (6 anos)
 «Os 12 Trabalhos D'Asterix»
MONUMENTAL
 21.15 (6 anos)
 «O Ministro e Eu»
JARDIM
 21.15 (13 anos)
 «O Assalto dos Dobermans»
ROYAL
 21.15 (13 anos)
 «Operação Golfinho»

CINE AUDITÓRIO

21.15 (10 anos)
 «O Trovador do Far-West»

OLÍMPIA

«Os Teatros Eróticos de Paris»
 (18 anos)

CALBOSCÓPIO

21.15 (6 anos)
 «Branca de Neve e os Sete Anões»

VOX

21.15 (6 anos)
 «O Soldado do Aventureiro»

RESTELO

21.15 (13 anos)
 «Os Doze Indomáveis Patifes»

SATELITE

21.15 (18 anos)
 «Easy Rider»

LUMIAR

21.15 (13 anos)
 «A Casa da Barafunda»

PALÁCIO FOZ

21.00 (18 anos)
 «O Grande Conquistador»

PARIS

21.15 (10 anos)
 «Lawrence da Arábia»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
 Recreios Desportivos
 21.15 (13 anos)
 «Amor em Tons Eróticos»
AMADORA
 Lido
 21.15 (15 anos)
 «Reveillon»
AMADORA
 Cinestúdio
 21.30 (13 anos)
 «Mili»
MEM MARTINS
 Cine Chaby
 21.15 (13 anos)
 «A Primeira Vez Sobre a Relva»

OUTRA BANDA

ALMADA
 Incrível
 21.15 (18 anos)
 «Assassino de Saias»
ALMADA
 Academia Almadaense
 20.30 e 22.45 (13 anos)
 «A Grande Jogada»

LINHA DE CASCAIS

ESTORIL
 Palácio
 21.15 (13 anos)
 «Operação Golfinho»

CASCAIS

Oxford
 21.15 (13 anos)
 «Os Malucos de Hong-Kong»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
 21.30 (13 anos)
 «As coisas que o Padre Faz»

PORTO/Cinemas

S. JOÃO
 21.15 (4 anos)
 «Branca de Neve e os Sete Anões»
TRINDADE
 21.15 (6 anos)
 «O Ministro e Eu»
ÁGUIA DE OURO
 21.15 (13 anos)
 «Passado Inesquecível»
SALAO BEBE
 21.15 (13 anos)
 «A Flauta Mágica»
BATALHA
 21.15 (13 anos)
 «Os Malucos em Hong-Kong»
OLÍMPIA
 21.15 (13 anos)
 «Carambola»
CARLOS ALBERTO
 21.15 (6 anos)
 «Para que Servem os Amigos»
JÚLIO DINIS
 17.45 e 21.15 (18 anos)
 «Paulo o Quente»
RIVOLI
 21.15 (13 anos)
 «Corrida de Malucos»
COLISEU
 21.15 (6 anos)
 «Circo»
ESTÚDIO
 21.15 (13 anos)
 «A Honra do Regimento»
ESTÚDIO FOCO
 21.15 (13 anos)
 «A História de Fernão Capelo Gaivota»
ESTÚDIO 400
 21.15 (14 anos)
 «Acção Executiva»
VALE FORMOSO
 21.15 (13 anos)
 «As Férias Grandes»
PASSOS MANUEL
 21.30 (18 anos)
 «Por Quem Vemos Morrer»



RENASCENÇA GRÁFICA, S. A. I.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185 1.º 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321954/5, 320211/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DÍBIA TELEF. 17363
LISBOA PORTUGAL



O secretário de Estado da Cultura, David Mourão-Ferreira, empossou ontem nos cargos de directores-gerais da Acção Cultural e dos Espectáculos respectivamente o pintor Lima de Freitas e o escritor Rogério de Freitas, que se vêem na foto acompanhados, durante a cerimónia, pelo poeta João José Cochofel, director-geral do Património Cultural. Assistiram ao acto diversos membros do Governo, entre os quais o ministro de Estado Henrique de Barros

Greve na Panasqueira reduz produção em vinte por cento

MINAS DA PANASQUEIRA, 31. Prossegue a greve de zelo decidida pelos mineiros das Minas da Panasqueira num plano realizado no dia 21. De acordo com informações prestadas pelo delegado sindical das minas, a greve tem provocado uma redução de cerca de 20 por cento na produção devido essa redução agravar-se para 40 por cento no decorrer da próxima semana.

A greve em curso tem objectivos salariais e assenta no espírito de revolta que lavra entre os mineiros que sabem ter uma curta duração de vida e estarem sujeitos a doenças profissionais extremamente graves.

A empresa, cujos lucros são francamente satisfatórios, recusa-se a aceitar a reivindicação dos mineiros, na medida

em que há outras minas no País, que não estão em condições económicas de suportar uma tabela salarial idêntica à agora reivindicada.

A Direcção do Sindicato dos Mineiros do Norte não tomou posição sobre a greve por temer denunciar o contrato em Junho e não poder nestas circunstâncias, apoiar uma greve sectorial assente em reivindicações que merecem apesar disso o seu apoio moral.

Entretanto, um comunicado do Ministério do Trabalho, revela que o ministro Marcelo Curto prometeu tentar sensibilizar os sindicatos representativos do sector para a inopportunidade da greve atendendo às recentes correcções salariais de que beneficiaram e à abertura, num momento próximo, de negociações para um novo contrato.

Menos bacalhau (e mais caro)

Durante o período do Natal, foram lançadas no mercado 10.660 toneladas de bacalhau, das quais 8.400 nacionais e 2.200 importadas. O bacalhau importado custou ao País 611.520 contos em divisas classificáveis de preciosas, dada a presente situação da balança de pagamentos, o que representa um acréscimo de dispendio da ordem dos 388 mil contos em relação ao mesmo período do ano passado.

O facto de o bacalhau de produção nacional estar a diminuir progressivamente causa justificadas apreensões porque envolve um recurso cada vez maior à importação. Em 1974, a indústria portuguesa lançou no mercado 3.075 toneladas de bacalhau e esse número diminuiu para 2.528 toneladas em 1975 e para 2.260 toneladas

em 1976.

Se aceitarmos, em termos muito amplos, que a população portuguesa oscila pelos 10 milhões de habitantes, o bacalhau distribuído em Dezembro chegou para que cada habitante tivesse recebido cerca de um quilo, que terá pago por volta de 100\$00, preço revelador não apenas da escassez do produto, mas também da tendência geral para o aumento dos generos alimentícios que tem vindo a verificar-se. O preço do bacalhau, em 1974, era efectivamente de 63\$70, e, em 1975, de 77\$00. O preço que o bacalhau atingiu em Dezembro — mais elevado do que durante o resto do ano — explica-se por se ter lançado no mercado, durante a quadra, bacalhau de qualidade superior à usual.

Bolsa de Valores em pleno

A Bolsa de Valores de Lisboa, agora limitada a transacções realizadas sobre fundos públicos nacionais, títulos equiparados, e obrigações,

passará em breve a funcionar em pleno, autorizando-se nela transacções sobre todas as espécies de valores aí transaccionáveis.

NA OPINIAO DA INTERVENÇÃO SOCIALISTA

Não há alternativa democrática para Governo Socialista

«O debate na Assembleia da República veio uma vez mais confirmar a inexistência, nas actuais condições, de uma alternativa democrática a um governo de responsabilidade do Partido Socialista» — diz o grupo Intervenção Socialista num comunicado sobre a emergência da recente votação na AR, do Plano e do Orçamento.

Para o IS, «a primeira verificação que é lícito retirar do debate é a de que, se à direita faltou impacto na crítica dos aspectos vulneráveis dos diplomas apresentados pelo Governo, tal não se deve à pura incapacidade dos quadros e técnicos dos seus partidos, mas unicamente ao facto de a direita portuguesa não conseguir articular essas críticas num todo coerente que respeite o quadro constitucional. Impossibilitada de conceber a governação do País no respeito da Constituição e impossibilitada, por isso mesmo também, de apresentar alternativas globais ao plano proposto pelo Governo, a direita parlamentar cingiu-se aos ataques pontuais».

A segunda ilação, para o IS,

«é a de que a aprovação destes diplomas veio introduzir algumas declarações positivas no programa de governo apresentado em Agosto último».

«Embora o alcance real das opções traçadas para 1977 dependa de uma prática governamental coerente, é de registar a abertura revelada pelo Governo, para além do que possa ter sido a pressão das circunstâncias, na tentativa de afastar algumas indefinições originais» — salienta o IS no seu texto.

«Seria porém ilusório retirar daqui a ideia de que estão irreversivelmente estabelecidas as condições necessárias à prossecução do projecto de que esse Plano se pretende instrumento» — pode ler-se a seguir.

O texto diz: «A direita — ou, melhor, aquelas das suas componentes que rejeitam ainda o recurso aos meios ilegais de luta — volta agora as suas esperanças para as condições políticas que podem acompanhar os financiamentos externos que estão a ser negociados. E, de facto, se o saldo deste debate parlamentar é o

de um entreacto positivo num processo incerto e ainda longe do seu termo, há que reconhecer que é no campo das possíveis pressões externas que mais facilmente se joga a sorte dos passos agora dados e até, porventura, a da ordem democrática».

Para o I. S., «não se trata de rejeitar liminarmente e por princípio o recurso ao financiamento externo, mas apenas de reduzir aos devidos termos o seu interesse e a sua eficácia. Ao agravamento da crise económica há que ir respondendo cada vez mais com o empenhamento das nossas próprias forças e com a coesão da frente interna na consolidação das transformações a que o 25 de Abril deu lugar — e só neste contexto o financiamento externo não constitui hipótese».

Infectando de novo no que se passou com o Plano e Orçamento no hemicycle de S. Bento: «O resultado agora apurado na decisão da Assembleia da República é globalmente positivo», diz o I. S. «A esquerda portuguesa impõe-se aprofundá-lo e desenvolvê-lo, sendo mais que nunca indispensável que as forças que a compõem saibam empreender esse acto de maturidade que é o reconhecimento das suas múltiplas contradições, assumindo-as, enfrentando-as e extraindo delas uma dinâmica de renovação e complementaridade».

«A dinâmica unitária da esquerda» — lê-se no texto, a concluir — «não se pede que ignore as divergências ou apague as diferenças entre todos, mas, ao contrário, que aceite a sua conflituosidade enriquecedora e aprenda a viver com ela — pois só assim poderá ir encontrando as soluções políticas e económicas, para a crise da Revolução Portuguesa».

Classes abolidas em alguns comboios

Continuação da pág. 1

ilimitado bde viagens, válido dentro da cidade de Lisboa para autocarro, eléctrico, elevadores e metropolitano, e fora dela nos percursos das carreiras de interesse local, ou com características de exploração suburbana, compreendidos numa área envolvente definida por uma linha unindo as localidades ou paragens-zonas situadas a uma distância de transporte a que corresponde o preço de 400\$00.

Quanto aos bilhetes simples e de assinatura, foi estabelecido por portaria que, se o bilhete não for utilizado na viagem para que tiver sido adquirido,

poderá ser revalidado para nova viagem, que deverá efectuar-se até dois dias depois, mediante o pagamento de uma sobretaxa de 52 por cento sobre o seu preço.

Os bilhetes de assinatura serão mensais, válidos para todos os dias, excepto ao domingo ou qualquer outro dia da semana à esnoha do utente, para um número ilimitado de viagens e referidos a um dado percurso de rede de um concessionário.

A portaria estabelece ainda que, até à publicação de legislação sobre o transporte escolar, continuarão a existir bilhetes para estudantes.

Governo em Belém para cumprimentar Ramalho Eanes

O general Ramalho Eanes recebe esta tarde às 17 horas no Palácio de Belém o Governo Constitucional. A audiência servirá para apresentação de cumprimentos e deverão estar presentes todos os elementos

do elenco governativo.

Entretanto, o PR dirigirá amanhã, primeiro dia de 77, uma mensagem aos portugueses. É às 21 horas e será transmitida por todas as estações de rádio e televisão.

Tomás Rosa passa à reserva e é substituído na RTP

Foi oficialmente aceite e deferido o pedido de passagem à reserva do capitão Tomás Rosa, actual presidente da Radiotelevisão Portuguesa. Interrogado pela ANOP, Tomás Rosa disse apenas que a passagem à reserva tinha sido a seu pedido.

Entretanto confirma-se a substituição de Tomás Rosa na

RTP pelo dr. Raul Junqueiro, colega de administração de Tomás Rosa, mas que em relação a ele tem manifestado grandes divergências.

Vice-governador do Porto na Delegação do "D.L."

PORTO, 31 Esteve esta manhã na nossa Redacção (delegação do «DL» nesta cidade) o vice-governador do Porto, Manuel Ramos, que em seu nome pessoal e em representação do governador do distrito, apresentou cumprimentos a todos quantos aqui trabalham.

ALTERNATIVA 76

Termina nas próximas zero horas a «Alternativa 76» de CDS. O programa político do partido centrista não encontrou condições para ser aplicado. O eleitorado, aliás, na última ida às urnas (autarquias locais) colocou a organização do prof. Freitas do Amaral em quatro lugares. Assim sendo, verificou-se que o País pretende singrar por outras vias... Logo à noite, às doze badaladas, a dita «Alternativa» desaparece para sempre. Será que no ano que vai entrar ela se chamará «Alternativa 77»...?

O ABSENTISTA

Falta-se muito na Assembleia da República. Mas talvez ainda se não tenha referido que cabe a honra ao deputado Simões do C.D.S. (ex-jogador vermelho), de ser um dos maiores absentistas à Assembleia.

Começando como «ponta esquerda», o conhecido futebolista evoluiu para «meia-esquerda» e terminou «centro-campista». À espera da reforma, foi para deputado. Onde «joga à direita». Talvez por desadaptação, ao lugar Simões não comparece muito...

Luanda e Paris

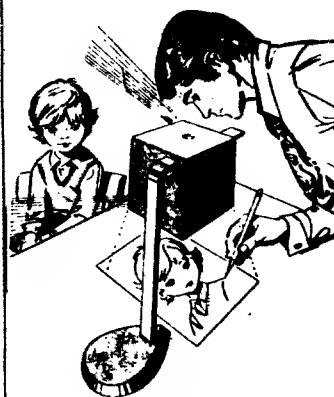
trocam embaixadores

A República Popular de Angola e a França decidiram normalizar oficialmente as suas relações. Assim, a França será o quinto país do Mercado Comum a ter relações a nível de Embaixada com a R. P. A.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA NO MÊS ANTERIOR: 45 382

MAGIC ART

APARELHO DE DESENHO



SÓ 325\$00

Agora TODO O MUNDO pode desenhar o que quiser e no tamanho desejado como um bom artista

PEDIDOS À COBRANÇA

+ 25\$00 (portes)

À SEX - SHOP

Apartado 292 PORTO



ACADEMIA ALMADENSE
Rua Capitão Leitão, 64
Telef. 275 21 27 - Almada

A GRANDE JOGADA!
uma divertida comédia musical de JOSÉ VIANA

que a interpreta ao lado de

ROGÉRIO PAULO DORA LEAL

E

MARIA DUICE, que conta a história de fio a pavo à frente de um grande elenco

3.ª, 4.ª e 5.ª	21.30
6.ª e sábados	20.30-23.00
Domingos	16.00-21.30

Excepcionalmente hoje apenas uma sessão às 21.30
Sábado — dia de Ano Novo
Matinée às 16.00 e uma sessão às 21.30

Direcção Musical do maestro

VITOR BONJOUR

Maquetas com a colaboração de

ROGÉRIO RIBEIRO

Cenografia de **HERNANI** e

RUI MARTINS

não acons. men. 13 anos



31 DE DEZEMBRO
DE 1976

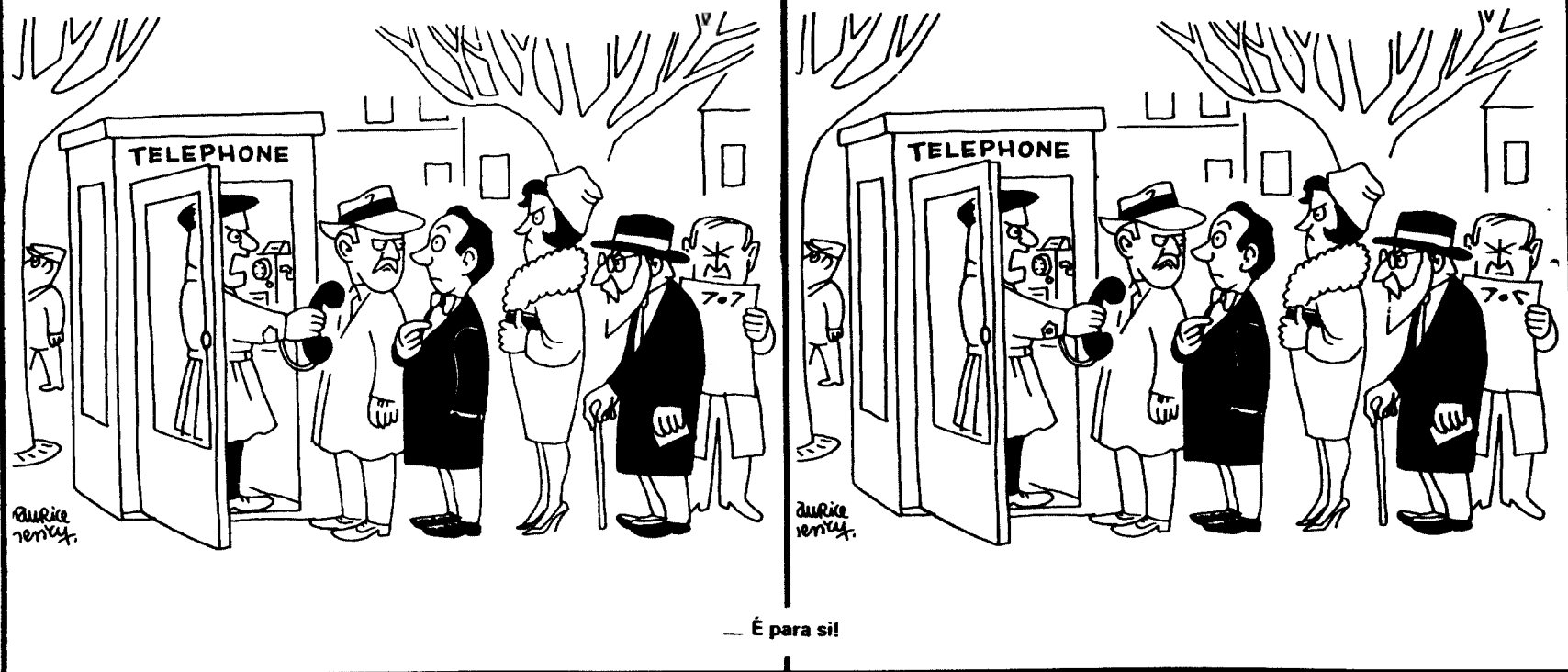
sete
PONTO
sete

AGENDA SEMANAL  DOS TEMPOS LIVRES
ARTE, ESPECTÁCULO, PASSATEMPO & DIVERSOS

sete
PONTO
setesuplemento
semanalAdmirável
ano novo

Parabéns! Felizmente que o aumento do preço de gasolina nada tem a ver consigo, pois você, cidadão deste país, tem ao seu dispor uma eficiente rede de transportes públicos. Deixemos os burgueses desta terra preocuparem-se com ninharias tais como a super ir para tantos o litro. Eles que se desvençiem. Nós, a plebe, o comum mortal, temos à mão de semear os belíssimos e confortáveis autocarros da Carris, onde um condutor educado e sorridente nos recebe à entrada desejando-nos Feliz Ano Novo e recusando-se a cobrar o bilhete, como demonstração prática da sua vontade de bem servir. Segue-se todo aquele conforto interior, os bancos bem almofadados, sem terem sido cortados à navalha, sem inscrições nem desenhos nem palavras de ordem. Para não falar da temperatura ambiente, que até nos faz esquecer os horrores do Inverno para além da vidraça. E repare que todos nós, os passageiros comuns, temos lugar sentado! Que bem que se viaja nestes autocarros que tanto dinheiro custam à Carris, e ao País.

Pessoalmente, recomendamos-lhe uma aventura: uma viagem naqueles transportes tão exóticos que se chamam «elevadores» e que existem na Bica, na Glória, e no Lavra. Imagine! São tão emocionantes, e mais baratos que uma volta de carrocel. Por apenas quinze tostões — repare como afinal de contas a vida está barata — você tem todas as emoções que só um teleférico com cabo partido lhe pode proporcionar. As tantas, particularmente na Bica, e a partir de certas horas, o condutor abandona a condução. Vem conversar com os passageiros, conta-lhes as últimas, é uma paródia pegada. E o elevador, certinho, a deslizar nos carris, tudo isto — repare — só por quinze tostões. São tantas as alegrias que os transportes públicos desta terra lhe podem proporcionar que nem vemos qual a razão por que tantas pessoas se mostram preocupadas com o aumento da gasolina. Pela nossa parte, apoiamos a sugestão de um condutor de táxi que conhecemos e que considera que se devia acabar com os carros particulares. Em nome de quê, há-de um cidadão sozinho ocupar tanto espaço numa rua que é de todos nós? Particularmente com este avançado sistema de transportes públicos, desde os autocarros aos elevadores, passando pelos eléctricos, que tão bem servem a população e que custam tão barato, menos que uma posta de bacalhau ou uma raspa de bife. Por isso sinceramente, no alvorecer deste Ano Novo, lhe damos os nossos parabéns. Deixe que a gasolina aumente. Não se importe. Já viu com que cara ficarão aqueles senhores que ainda ontem podiam gastar trinta aos cem?

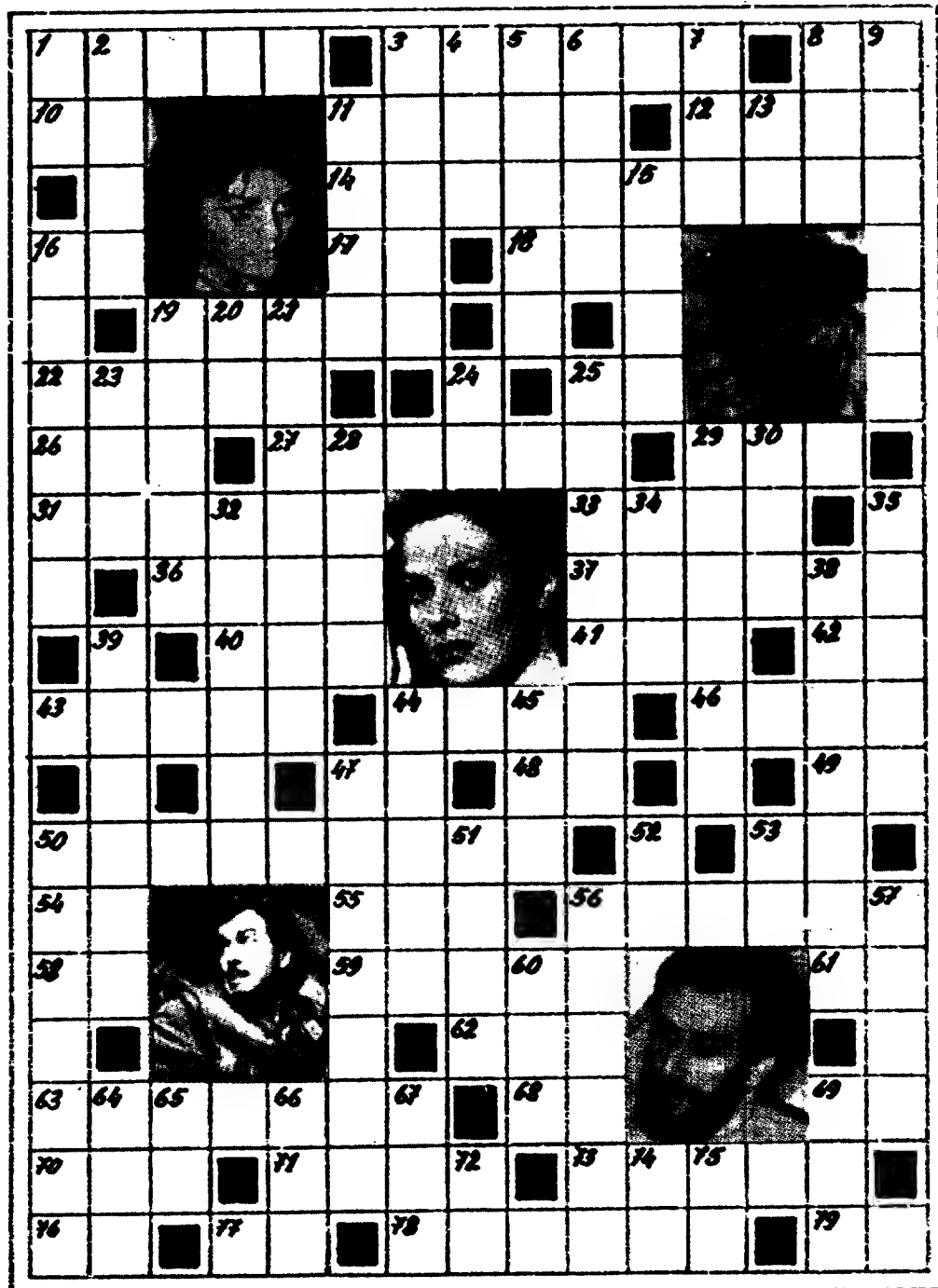
Lisboa, 31 a 7
de Janeiro de 1977sete
PONTO
sete

É para si!

As Sete Diferenças

Há sete pequenas diferenças entre os dois desenhos. O leitor tem sete minutos para as encontrar. As soluções vêm na página sete.

palavras cruzadas

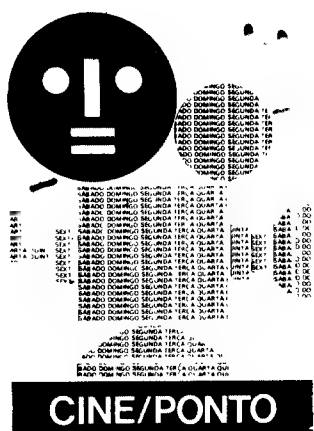


HORIZONTAIS:

1/3 Foi o orquestrador de «Madrugada» canção de José Luis Tinoco; 8 Vossa Alteza; 10 Campeão; 11 Viatura; 12 Aquela que depois de morta foi rainha; 14 Identificara; 16 Ba-tráquio; 17 Moeda chinesa, de cobre ou estanho; 18 Ilha da Polinésia, a mais importante do arquipélago de Sanduiche; 19/29 O rompimento com George Weidler representou, na vida desta artista, a sua segunda grande desilusão; 22 Argila; 25 Centiare; 26 Rei de Israel de 919 a 918 (a.C.); 27 Acalentara; 31 Latada; 33 Oficiante eclesiástico, judeu, que pratica a circuncisão; 36 Gostar muito de; 37 Arrostar; 40 Pedra de altar; 41 Curso de água natural e abundante; 42 Alumínio (s.q.); 43 Aparelho de ginástica; 44/46 É filha da famosa Liz Taylor e do falecido Mike Todd; 47 Cálcio (s.q.); 48 O sono das crianças; 49 Rio do estado do Amazonas; 50 Pascal, disse nos seus «Pensamentos», que se o nariz dela fosse mais curto teria mudado a face do mundo; 52. Antes de Cristo; 54 Letra grega; 55 Fecha as asas para descer mais depressa; 56 Arremedar; 58 Caminhar; 59 Cidade de França; 61 Criminosa; 62 Peça de madeira ou temão, a que se liga todo o sistema de charrua; 63 Foi «Lady Godiva» na tela e é actualmente presidente da empresa de aviação Antilles Air Boots; 68 O mais; 69 Aqui; 70 Rio da Rússia europeia, afluente do Volga; 71 Magnete natural; 75 Isolado; 77 Post scriptum; 78 Profeta e último juiz de Israel; 79 Cinquenta e um em romano.

VERTICAIS:

1 Deus dos pastores; 2 Catafalco; 3 Terreno coberto de vegetação no meio de um deserto; 4 Senhores; 5 Constelação do hemisfério austral que se encontra sobre o Equador na vizinhança do Touro; 6 Cidade de Itália; 7 Partícula que, no antigo dialecto do Norte da França significa sim; 8 Avistar; 9 Guarneceria de asas; 11 Cidade da Colômbia; 13 Sódio (s.q.); 15 Cada uma das épocas cronológicas ou idades do mundo, da cosmologia indiana; 16/39 Contracenou com Elisabeth Taylor e Joan Fontaine no filme «Ivanhoe» de Richard Thorpe; 19 Cidade da Grécia (Macedónia); 20 Sufixo que designa estado; 21 Andara vigiando; 23 Freguesia do concelho de Macedo de Cavaleiros; 24 Bário (s.q.); 25 Antigo vaso de louça; 28 Palmeira da Amazônia; 29 Corte na ponta do sarmento logo após a floração, para concentrar a seiva nos olhos que hão-de construir nos anos seguintes os gomos frutíferos; 30 Nome que os Muçulmanos dão ao seu Deus; 32 Ato com corda; 34 Enguia (inv.); 35 Paga o saldo de; 38 Infundir; 44 Ganir; 45 Zumbe; 47 Unirem por casamento; 50 Educamos; 51 Invulgar; 52 Preposição; 53 Antigo Testamento; 56 Separou de; 57 Nada (fig); 60 Peneira em furos (Bras.) 64 Ferro temperado; 65 O mesmo que uma (ant e pop); 66 Aqui está; 67 Em as; 69 Óxido de cálcio; 72 Em a; 74 Hélio (s.q.) 75 Alumínio (s.q.)



Mas como? ... dirão. Como escolher 12 filmes (número arbitrário) entre uma programação tão dispar, porquê escolher, com que critérios e, para mais, conciliando, num mesmo saco, Huston e Godard, Ferreri e Forman? Apenas porque, Deus me valha, foram estes 12 que, arbitrariamente, me deram, por uma ou outra razão maior prazer em ver, escrever sobre, falar deles aos amigos. Arbitrio ou nem tanto, dado que o meu sistema de valores é público e claro, explicito em meses de escrita com os leitores. Amalgamando, se possível, uma objectividade necessária mas não escamoteando nunca a subjectividade que ponteia (sempre) um encontro fatalmente pessoal com um filme.

Quer dizer que, aqui, se reivindica o direito à escolha, o direito (também) à possível heresia com sistemas, o direito ao prazer, ou seja, o direito de afirmar que o cinema e a prática escrita que sobre ele se faça são um risco e uma aventura e só assim (política e socialmente) produtivos. Porque estes doze filmes arriscam, a seu modo, uma nova forma e um novo discurso, porque (todos) percebem que o cinema é uma aposta, um equilíbrio delicado, esta a minha proposta dos melhores 12 - filmes - 12 entre o que 1976 nos ofereceu.

As palavras, a propósito, são o que eu fui capaz de escrever, ao longo deste ano.

UM ANO DE CINEMA

VIRIDIANA

de Luís Buñuel
(Espanha-México — 1961)
Exibido no Cinema Apolo 70
Distribuição: Imperial Filmes

«Trata-se de delinear os traços, os traumas, em que se debate a Espanha. De falar de uma classe (burguesia mais lumpen) e de a rejeitar por uma imensa dose de escárnio. De a apanhar no seu sistema de valores que se desmantela conforme o filme avança e a gente olha.»

O HOMEM QUE QUERIA SER REI

de John Huston
(G.-B — 1975)
Exibido no Cinema Monumental
Distribuição: Columbia-Warner

«Este filme de John Huston fala-nos disso tudo. De um projecto louco e possível e de como ele se esboroou porque quiseram ser o poder que não mereciam, a divindade que não eram. (...) É todo o western pleno de grandezas e misérias, o cinema negro com os seus percursos circulares e fatais, as suas belas mulheres agentes de um destino cego, é ainda a clássica ironia houstoniana, humor que, da alusão à gargalhada, não perde a subtilidade.»

OS ESCRAVOS

de Herbert Y. Biberman
(USA — 1968)
Exibido nos Cinemas Caleidoscópio e 2000
Distribuição: Exclusivos Triunfo

«Filme que acaba onde o «Potemkine» começa, **Escravos** é, finalmente um lugar que se respira, onde, em azul e negro, se apreende uma melopeia cansada, onde se acordam longas noites sem memória e se afirma que é preciso não esquecer coisa nenhuma.»

NÚMERO DOIS

de Jean-Luc Godard
(França — 1975)
Exibido no Cinema Universal
Distribuição: Animatógrafo

«**Número dois** é, mais do que tudo, a extrema angústia de se saber um. A necessidade de comunicar face à solidão. A constatação de uma impotência, o apontar das contradições. Filme completamente dialéctico porque demonstrativo dos vários contrários. Filme, por isso, didáctico.»

TUDO VAI BEM

de Jean-Luc Godard
(França-Itália — 1972)
Exibido no Cinema Nimas
Distribuição: Filmes Ocidente

«De política se trata, com efeito. Já não de fazer cinema político (que, aliás, Godard sempre recusou) mas de fazer politicamente cinema, quer dizer, não se trata de inscrever um discurso de esquerda numa estética imperialista (reconfortante e consumível) mas de levar à própria prática do cinema a análise de Marx, de agudizar nela as contradições entre os seus elementos, de as tornar insustentáveis e, portanto, em ruptura.»

SALÒ OU OS 120 DIAS DE SODOMA

de Pier Paolo Pasolini
(Itália-França — 1975)
Exibido no Cinema Mundial
Distribuição: Rank

«Daí a expressão breve de que este é um filme impossível de amar. Não tanto pelos casuísticos horrores que mostra, mas principalmente pelo olhar que os mostra. Olhar que, sendo o eterno de Pasolini (amoral, distanciado, frio) tem aqui, como objecto, o insuportável. Porque irresolúvel.»

TRÁS-OS-MONTES

de António Reis e Margarida Cordeiro
(Portugal — 1974/76)
Exibido no Cinema Sátilite
Distribuição: I.P.C.

«**Trás-os-Montes** é daqueles filmes que abrem portas. Nunca como aqui o cinema atingiu a completa fusão daquilo que artificialmente se convencionou chamar de «géneros». António Reis e Margarida Martins Cordeiro escolheram a globalidade, o filme total.»

A MULHER CASADA

de Jean-Luc Godard
(França — 1964)
Exibido no Cinema Sátilite
Distribuição: Animatógrafo

«Se a violência está banida do agir exterior da acção é porque ela não é necessária, é porque ela se tornou interior, quotidiana. É a época em que nada acontece, uma espécie de fascismo sub-reptício se instala, uma ausência de aventura se evidencia e tudo rola, assepticamente, sem passado nem futuro, nem sequer presente que se veja.»

CENAS DA VIDA CONJUGAL

de Ingmar Bergman
(Suécia — 1973)
Exibido no Cinema Londres
Distribuição: Filmes Castello Lopes

«Espécie de dança da vida em seis assaltos, ritual de humilhação e angústia, percurso moral mas antimoralista, **Cenas da vida conjugal** é também o poema último sobre o amor. Ou seja, o filme primeiro sobre a rota difícil e doente de nós todos.»

DILLINGER MORREU

de Marco Ferreri
(Itália — 1968)
Exibido no Cinema Estúdio e Quarteto
Distribuição: Doperfilme

«Não há, com efeito, nada de mais escandaloso do que fazer hora e meia de cinema a negar o que, vulgarmente, se entende como tal. O cinema «normal» tem acção. **Dillinger morreu** não, aquele tem diálogos, este não, o cinema (por definição...) conta qualquer coisa, este filme recusa-se a dizer-nos a mais pequena mensagem. **Dillinger morreu** é, de facto, o fim de um certo cinema.»

O FANTASMA DO PARAÍSO

de Brian de Palma
(USA — 1974)
Exibido no Cinema Londres
Distribuição: Filmes Castello Lopes

«Raras vezes se terá visto criar sobre o ecrã um grau tão elevado de sinais destruidores, uma tão completa amálgama de significantes de loucura. É que **O fantasma do paraíso** não é um filme seco, é uma imensa avalanche de luz, cor e som, uma força esmagadora, um caminho de medo e revolta.»

VOANDO SOBRE UM NINHO DE CUCOS

de Milos Forman
(USA — 1975)
Exibido nos Cinemas S. Jorge e Quarteto
Distribuição: Rank

«Fazer com que subam à superfície as relações de violência que um primeiro e breve olhar não perceberia. Transmutar um universo limpo e suave, de música branda e cores deslizantes e neutras, numa qualquer angústia que cresce entre os poros de um filme que nunca abandona; na sua própria construção, um carácter deliberadamente doce, um humor que breve será esgar.»



Buñuel



John Huston



H. Y. Biberman



Godard



Godard



Pasonili



António Reis e Margarida Cordeiro



Godard



Bergman



Marco Ferreri



Brian de Palma



Forman

Durante a sua recente estada em Portugal, Luigi Nono apresentou a sua última obra dramático-musical intitulada **Ao Sol de Fogo Carregado de Amor** e a que oportunamente fizemos referência nestas colunas.

No colóquio que se seguiu o compositor debateu com a assistência alguns problemas estéticos e ideológicos de candente actualidade. É precisamente a sistematização e a fundamentação teórica das suas posições quanto ao moderno teatro musical que hoje trazemos ao conhecimento dos nossos leitores.

Nesta comunicação tocarei principalmente nos seguintes pontos:

- 1) possibilidade de um teatro musical como teatro de ideias;
- 2) evolução da concepção teatral;
- 3) valorização dos elementos de autêntica novidade no teatro musical, no século XX;
- 4) formulação de uma nova experiência nos nossos dias.

É natural que hoje se apresente de novo a problemática de um teatro musical, ainda que seja apenas por um contraste de termos e intenções.

Essa problemática deriva das consequências de um possível encontro formativo dos novos métodos criadores linguístico-expressivos das artes de hoje; e na relação que se determina entre a sua concepção e a sua verificação social.

Para um encontro, no qual a música, a pintura, a poesia, o dinamismo cénico, nas suas dimensões actuais, contribuam, não para uma síntese das artes (que, caracterizada como um somatório unitário, estabeleceria uma simples correspondência entre som, cor e movimento), mas para uma nova liberdade da imaginação criadora. A interdependência, continuamente apresentada, dos vários elementos constitutivos do próprio teatro vem assim a subverter o despotismo unívoco de uma componente sobre as outras: música sobre texto e representação. Assim, deixa de haver uma dependência na colaboração: primeiro o texto depois, a música depois a encenação depois a realização cénica e musical (quase como um produto que prefabricado nos seus elementos, fosse pouco a pouco montado), mas uma participação directa e simultânea.

Para essa participação, um grupo de trabalho provoca, na interdependência dos elementos técnicos e humanos diferenciados, contínuas relações e opções cheias de significado, contribuindo para uma conjunção de singularidades de situações que deste modo se libertam e multiplicam.

É claro que a esta condição é alheio aquele nivelamento (quase anulação) da individualidade, por uma espécie de mal-entendida planificação de uma civilização futura ainda não definida, como parece entender Umberto Apollónio, ultrapassando até um obstáculo de ordem teológica.

No actual contraste dos termos e intenções do «originales Theater» ao «instrumentales Theater» passando pelos «happenings» é-me necessário procurar definir não só a perspectiva de hoje mas também aquela linha de derivação escolhida por mim e decididamente declarada no dédalo das várias experiências teatrais deste século. Isto porque nada nasce por acaso ou da condição de «tábua rasa».

E o novo não se determina por uma simples autoproclamação nem de um modo mecanicista resultante do progresso técnico.

O pesquisar e o indicar explicitamente, em alguns acontecimentos do passado, as etapas sucessivas de desenvolvimento ainda operante responde à necessidade de saber «de onde vimos» para poder, com consciência crítica, afrontar a actualidade e agir. Para outros, sobretudo para os maníacos da etiqueta fácil, isso pode ser encarado, demasiado puerilmente, como um «regresso»...

BRECHT SIM, IONESCO NÃO

«É teatro de vanguarda aquele que, partindo de assuntos ideológicos, que tomam o lugar do antigo conteúdo sacro ou mitológico, se insere numa situação revolucionária e a promove, tendo em conta o princípio de que a revolução, como processo de transformação e de crescimento, realiza o próprio princípio do devir histórico da sociedade, do actuar-se no seu destino, da sua própria existência como organismo vital».

Assim Giulio Carlo Argan, no seu artigo «Intolerância 1960 e o teatro de vanguarda», publicado no «Avanti» de 18 de Maio de 1961, precisa: Brecht sim, Ionesco não.

Escreve Argan: «neste sentido, é certamente de vanguarda o teatro de Brecht, embora cheio de motivos tradicionais e populares, e não o de Ionesco, estruturalmente novíssimo, que



Luigi Nono

todo baseado numa ambiguidade ideológica, que transforma em divertida, inteligente e amistosa convivência a relação entre artistas e público, e assim permite à burguesia aceitar, sem se trair, a imagem deformada dela própria (que acaba, com a crítica implícita, de lhe ser apresentada)».

Esta simples verdade atinge o centro da discussão acerca da possibilidade ou não, da actualidade ou não, do empenhamento do conteúdo ou das especulações técnico-formais de um teatro musical, conduzindo tudo a um único princípio-relação: o existente entre a ideologia-situação revolucionária e a sociedade, histórica e progressivamente entendida.

(Note-se: ideologia entendida não como obstáculo idealista, afastada da realidade viva e frequentemente em contraste com ela, de tal modo tendente a sobrepor-se-lhe que quase a sufoca de tipo jdanoviano para falar claro, mas consciência reactiva que se vivifica no contacto fenoménico com a realidade e que determinando-se, determina; logo, não um véu que cubra a realidade, mas instrumento de verdade).

Porque razão, e com base em que argumentos, se pretende, por um lado, basear a falta de perspectiva de um teatro musical renovado, ou por outro lado, limitar a sua contribuição inovadora, sobretudo actualmente?

Uma resposta se encontra, genérica mas fundamental, na restauração da «belle époque» — como diria Italo Calvino — que há anos funciona, por vários e muitas vezes desapiedados modos, narcisisticamente, na contemplação de si própria.

Podem-se observar dois momentos de tal narcisismo, que, na sua contraposição, se correspondem: de um lado, aquele humanismo que, choroso do «vazio da alma» se opõe, com desdém, a uma suposta materialização da técnica actual (obstáculo este particularmente perceptível em Itália); do outro, aquelas posições que atribuem somente à ciência e à técnica a capacidade de conhecer a verdade e relegam todas as outras actividades humanas para o âmbito do sentimento ou para o dos problemas privados de significado cognoscitivo, vindo assim a abrir, entre a ciência e outros campos, uma fractura tão absoluta e perigosa quanto o dualismo afirmado pelo humanismo espiritualista. Esta fractura provoca facilmente a complacência pela técnica, assumida como um fim em si, fora de qualquer possibilidade de visão global do mundo.

E esta atitude fascina com o canto dos procedimentos puramente técnicos, os neófitos de uma pretensa objectividade, os quais esforçando-se por se subtraírem a qualquer contaminação ideológica, se revelam na realidade, cúmplices e instrumentos de uma ideologia bem precisa: a do neocapitalismo. De resto, hoje foi definitivamente demonstrada a inexistência da pretensa «neutralidade ideológica» das posições de cunho neopositivístico, cujos pressupostos filosóficos se encontram claramente caracterizados.

Luigi Nono e o tea

(Sobre este ponto, tomo em consideração a «Filosofia e a filosofia da ciência», de Ludovico Geymonat).

A ÓPERA MORREU?

A ópera morreu! Proclamam alguns; e quer-se acabada «ipsum factum» qualquer nova possibilidade teatral. Outros convertem a restauração em neoclacismos, em neodadaísmos, no jeito de uma agradável carícia às epidermes de salão, completamente privados daquela tensão humana e da carga anárquica dos dadaístas de 16 e em neogeometrismos de falsa e nostálgica harmonia. Procura-se apoiar e prolongar um monopólio de falsa e se bem que em parte estéril, actualizando esses enunciados.

É finda, sim, uma concepção particular, pois, pouco a pouco, sucessivas as concepções vão-se esgotando, mas não o teatro musical, continuamente em desenvolvimento, na sua relação com a história e a sociedade.

Atingiu o ocaso, sim, uma época histórica precisa, cujas exigências se encontram até na linguagem técnico-estrutural, na forma, no significado e na função social da ópera tradicional.

Mas, por que razão misteriosa não deveria o nosso tempo compreender urgências, temas e propriedades linguísticas para uma expressão-testemunha nossa, também no teatro musical?

Desenvolver-se-á a nossa vida academicamente afastada dos confrontos de ideias, das tragédias humanas, dos entusiasmos, dos amores, das lutas, das novas presenças, para que se justifique o retomar de temas evasivos, arcaicos, medievais, de arca de Noé e de outros mitos de civilizações desaparecidas, ou o barroquismo seicentista, mais ou menos modificado por um sentido de reacção nostálgica ou por uma cúmplice subordinação a algumas conveniências de uma sociedade em particular?

O fascínio da «belle époque» é uma sedução cómoda e, como tal, corrupta. Não tem nada a ver com o entusiasmo arrebatado e construtivo de um novo teatro musical. As ideias valem, sustentam alguns, desde que resolvidas nas estruturas formais; daí que o que conte não sejam as ideias mas a linguagem, o «modo de comport».

Estas atitudes ocultam uma velha e equívoca distinção entre a verdade de conteúdo e a verdade de forma: na realidade, é impossível dissociar da obra de arte o momento formal da ideia, objectivamente expressa na forma; como realça Galvano della Volpe, não se pode separar como faz Croce a imagem do conceito e significado intelectual dessa imagem.

Não se trata, pois, de opor aos vários formalismos uma posição de conteúdo, mas de afirmar a indissolubilidade objectiva de forma e ideia, superando assim, qualquer contraposição abstracta entre arte e verdade. Logo: teatro de ideias, de luta, estreitamente ligadas ao processo seguro e laborioso em direcção a uma nova condição humana e social de vida.

Teatro totalmente «engage», tanto no plano estrutural linguístico como no social: do músico, do escritor, do pintor, do encenador, até ao último electricista e operário de cena, tão operantes e inovadores no respectivo elemento linguístico, tão conscientes das novas possibilidades e necessidades técnicas postas à sua disposição, quanto responsáveis nas opções precisas da actual situação humana, cultural e política.

Teatro de situações, concebido por Sartre em oposição, e para superação, do teatro psicológico.

Teatro de consciência, com nova função social: o público não se limita a assistir passivamente a um «ritual» que o envolve e o encanta por motivos místico-religiosos, evasivo-gastronómicos ou passionais, antes é posto perante opções precisas aquelas mesmas que tornaram possível o resultado

expressivo teatral — e é levado a tomar consciência e a fazer as próprias opções, activamente, em vez de transpô-las para categorias estéticas abstractas, ou para momentâneos jogos bespectulativos, isto é, decidindo-as em relação com a própria vida.

A ÓPERA TRADICIONAL

A ópera, na sua concepção tradicional, revela, entre outras, as seguintes características formais:

— separação fixa e diferenciada, em dois planos, entre o público e a cena, como numa igreja, entre os fiéis que assistem e o oficiante que celebra;

— as duas dimensões da ópera, visual e sonora, estabelecem entre si uma relação primitiva, de tipo «vejo aquilo que ouço e ouço aquilo que vejo»;

— o elemento cénico-visual (forma, luz e cor) é estático: tem uma função meramente ilustrativa da situação cantada;

— a relação entre canto e orquestra desenvolve-se univocamente tal como num filme, a relação entre a fala e a banda sonora (neste sentido, o filme poderá considerar-se hoje, talvez, a versão industrializada da ópera tradicional);

— único foco bprospectivo, tanto para o elemento visual como para o sonoro; por consequência, bloqueamento da possibilidade de utilização da relação-tempo. Destas verificações claramente se conclui que tal concepção particular da ópera deve estar bastante ligada, à distância de séculos, a uma origem ritual antiga, a qual numa época precisa

quando apareceu o debate aberto, de natureza herética, entre autores e público católico) se sobrepôs à estática prospectiva católica. É de considerar que a diferenciação entre público e cena, ainda existente nos teatros, foi originada pela praxe litúrgica, pois já nos fins da Idade Média se começaram a representar os mistérios religiosos e as representações sacras, nas praças, sobre um palco fixo e elevado, em torno do qual se aglomerava o público.

Um documento entre outros: o baixo-relevo «Ecce homo», de Lucas von Leyden (1510), representa claramente esta situação.



«O Barbeiro de Sevilha» — a ópera morreu?

ono tro musical

Deste modo, anulava-se aquela relação social que, nas representações sacras de movimento, se tinha estabelecido, aberta e livremente, entre a acção cénica, de conteúdo bem preciso, e o público não seleccionado nem discriminado economicamente ou por castas: como agora acontece e continuará a acontecer em medida em que a acção cénica se transfere para lugares fechados.

O centro focal único, a deslocação em dois planos do público e da cena, a estaticidade desta, tinham então uma justificação teológica e prática correspondendo a uma estrutura social precisa.

Com o aparecimento de novas estruturas com o desenvolvimento do pensamento científico-humanista deste século, é lógica a necessidade de um teatro musical vivo na nossa cultura.

Alguns passos foram já dados, mas ainda pouco relevantes.

Eterna-se difícil compreender como Ferruccio Busoni, que, nas suas viagens e encontros deveria ter deparado com múltiplas oportunidades de captar sintomas de uma nova realidade teatral, ainda em 1921, cometesse uma injustiça para com a sua intuição, de mais amais genial, afirmando: «regressando ao go-mistério, a ópera deveria tomar o aspecto de uma cerimónia estranha à vida cotidiana, semi-religiosa, elevada; ao mesmo tempo, deveria ser estimulante e divertida (...), il como a igreja católica (...) sabe empregar música, guarda-roupa e coreografia com inteligência e, muitas vezes, com raro bom-gosto, para atingir um resultado, em parte estético, em parte teatral».

OS PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS DO SÉCULO XX

Entre 1908 e 1913, Arnold Schönberg acabava de compor o «Drama mit Musik» *Die glückliche Hand* «A Mão Feliz», que, representado em 1924, em Viena, e em 1954, mal, em Colónia, continua ainda cenicamente ignorado.

Trata-se do ponto de partida de uma concepção moderna do teatro musical.

Naturalmente, relaciona-se com a grande renovação artística que se desenvolveu em Múnaco da Baviera, cerca de 1912, em torno do grupo «der blaue Reiter»; e, em geral,



limita-se a valorizar sobre tudo o texto, no âmbito de uma produção tipicamente expressionista.

A etiqueta é fácil e pode conduzir a toda a espécie de... preguiça interpretativa.

Na realidade, negligencia-se a relação dinâmica entre a exigência de revolta, de polémica, que denota aquele âmbito cultural, e as consequências estilístico-técnicas que Schönberg sente necessidade de extrair.

E, na verdade, neste «drama», canto e acção mimada alternam-se e desenvolvem-se também simultaneamente, não um como ilustração do outro, mas cada um caracterizando independentemente várias situações.

Começa-se assim a subverter o esquema: «vejo aquilo que ouço, ouço aquilo que vejo», ampliando o uso da dimensão visual sonora.

Elemento ambivalente, o coro em cena tem uma dupla função: sonora e puramente visual, cor-forma. Nesta última, não mais como coro-comparsa, à espera da sua vez para cantar, mas integrado na cenografia e transformado em forma, cor e luz, no uso autónomo e simbólico destes elementos, bem definido na partitura.

Um resultado: não um puro jogo abstracto, como é talvez de considerar o bailado «Der gelbe Klang» (o som amarelo) de Kandinsky, escrito em 1912, mas uma dinamização expressiva do texto através das várias relações que se estabelecem entre as componentes cénico-musicais, que já não são usadas numa só direcção.

Em 1932, Schönberg deixa incompleto, no fim do 2.º acto, *Moses und Aaron*, ópera em três actos.

(A propósito da ideia expressa nesta ópera: não nos é apresentado esquematicamente o contraste entre pensamento e acção como há muito se entende mas a procura de uma estrutura social: neste caso a narração não se limita exclusivamente ao povo judaico, mas é tragicamente testemunha da desesperada condição alemã, quase já 1932 subvertida pelo nazismo. A distância de anos, Schönberg compõe o 3.º acto, consequente tragédia do final do 2.º: *Um Sobrevivente de Varsóvia*.) Para esta grandiosa concepção, Achöberg é obrigado a considerar e a utilizar uma nova dimensão espacial do elemento sonoro, até agora centralizado na orquestra e na cena.

Na cena IM I do 1.º acto, Schönberg indica para o coro falado a 4 e 6 partes: «é possível fazê-las falar, por detrás da cena, isoladas entre si, cada uma junto de um microfone ligado directamente a altifalantes dispostos na sala, de modo que só na sala se reúnem».

Já na oratória incompleta *Die Jakobsleiter*, Schönberg pensa na utilização de várias fontes sonoras na sala. Numa nota, relativa à ideia final da oratória, ainda em 1921, indicava: «No palco começam os solistas e o coro, depois pouco a pouco, cada vez mais, os coros distantes nas orquestras distantes, de tal modo que, no fim, a música se difunde na sala vinda de todas as direcções». (Por coros e orquestras «distantes» *Fernchöre* e *Fernorchester*.) Schönberg entende coros e grupos orquestrais separados do palco e ligados por meio de microfones a grupos de altifalantes situados em vários pontos da sala).

A centralização prospectiva de uma única fonte sonora (orquestra-cena) era assim destruída pela possibilidade de utilização de várias fontes, dispersas por diferentes pontos da sala-teatro.

É fácil encontrar aqui um desenvolvimento actual da prática dos coros dispersos quinhentistas.

(A propósito: seria oportuna uma investigação acerca de tal prática musical, conduzida segundo critérios rigorosos, para analisar a relação, então existente, entre a concepção musical e a realização através de fontes acusticamente difusas, utilizadas não só na catedral de Treviso e de S. Marcos, mas também, seguramente, noutros lugares fechados ou ao ar livre, em Veneza.

Além disso, para conseguir estabelecer essa relação, das músicas com as particularidades acústicas da arquitectura, seria necessário



Brecht «sim»

reunir documentação com uma pesquisa no Arquivo de Estado de Veneza.)

A evolução recente da electroacústica aumenta muito a possibilidade de realização de uma concepção espacial com muitas fontes sonoras. *Lulu*, obra-prima de Alban Berg e *O Prisioneiro*, obra central de Luigi Dallapiccola, nas quais se apresentam já elementos de um teatro de situações, constituem sucessivamente etapas da concepção moderna do teatro, até aos nossos dias.

Quase paralelamente, outros compositores deram vida a uma experiência específica, importante não tanto pelas questões de linguagem técnico-musical, como pela modernidade de ideias e de luta do seu teatro: em torno de Bertolt Brecht.

Refiro-me a Kurt Weill sobretudo no seu *Aufstieg und Fall der Stadt Mahagonny* (de 29) ao Hindemith de *Das badener Lehrstück von Einverständnis* (de 29) e Hans Eisler em *Die Massnahme* (de 30), a Paul Dessau: *Die Ausnahme und die Regel* (de 30) a *Das Verhör des Lukullus* (39), *Herr Puntila und sein Knecht Matti* (de 60).

Com estas duas linhas, o teatro musical, na primeira metade do século, emancipava-se da concepção da ópera tradicional, participando nas solicitações inovadoras de estruturas sociais e artísticas determinantes no tempo. A concepção essencialmente estático-teológica da ópera tradicional europeia (único foco visual única fonte sonora relação litúrgica entre público e cena, o todo rigidamente determinado, saído quase da «mecânica celeste» de Newton) é substituída por uma concepção dinâmica de relações mutáveis (maior riqueza de dimensões e de elementos para a composição teatral consequente ampliação da capacidade activa do público fontes visuais e sonoras dispersas por toda a sala consequente liberalização da relação espaço-tempo: filiação já não newtoniana mas sim einsteiniana).

O TEATRO DE VANGUARDA SOVÉTICO

A ulterior ilustração de tais princípios é útil a algumas realizações que tiveram lugar no teatro de prosa europeu, sobretudo nos primeiros trinta anos deste século, e que depois conduziram, num país, a uma restauração trágica da «degenerescência burocrática» enquanto noutros países enlouqueceu a barbárie nazi.

Em Moscovo, Meyerhold pensou em «dar vida a um teatro, não só de acordo com a revolução, como o de Vachtangov ou de Tairov, mas directamente empenhado nas lutas políticas» como escreveu A. M. Ripellino no seu documentadíssimo livro «Maiakovskij e o Teatro Russo de Vanguarda».

Isso mesmo proclamou o Outubro teatral sustentando a necessidade de «reflectir, em



Ionesco «não»

cada espectáculo, a luta e as aspirações da classe operária».

Pode alguém sequer sonhar em acusar Meyerhold de inerte em matéria de propaganda política?

Em antítese às construções estáticas do teatro de Tairov, Meyerhold bascia o seu teatro no movimento dos vários elementos, esgotando finalmente a tridimensionalidade da cena com máquinas e palcos construtivos, também móveis.

«O sentido do teatro não consistia no quadro, na atmosfera, no discurso, nas luzes, mas antes no movimento: um simbolismo motorico... O paralelo com a dinamização expressiva de *Die glückliche Hand*, de Schönberg impõe-se por si.

Contemporaneamente elimina-se a diferenciação entre público e cena, levando a acção cénica para junto do público, e transformando esse público em actor, seja no interior do próprio teatro seja em espaço aberto.

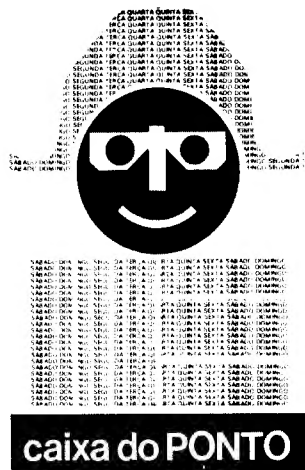
Em espaço aberto: teatro de massas em movimento e não circunscrito a uma praça ou arena, em que o próprio público, postando-se nas grandes praças de Leninegrado, onde se desenrolava sucessivamente a acção de «Assalto ao Palácio de Inverno», se transformava no dilúvio humano dos grandes dias da revolução.

Verdadeiro teatro de vanguarda porque «partindo de assuntos ideológicos, que tomam o lugar do antigo conteúdo sacro ou mitológico neste caso, a representação sacra insere-se numa situação revolucionária».

No interior do teatro: Teatro no teatro, portanto. Pirandello, inovador, talvez ainda não completamente compreendido em Itália, ea grande experiência do teatro político de Piscator, em Berlim, no ano de 1933.

A propósito de teatro no teatro, na comédia em três actos *O Gato das Botas*, escrita por Ludwig Tieck em 1797, a acção desenrola-se em cena e na plateia: aqui, alguns actores representam realmente o público, comentando a acção cénica, até durante a mesma, discutindo entre eles e entrando em litígio sobre o significado desta fábula para crianças. Também o intervalo, com as discussões e as trocas de ideias sobre o que foi ouvido e visto, é já composto e inserido, na acção, pelo actor. Outra demonstração: esta do fenómeno artístico, segundo o qual uma situação particular aflora no tempo, desaparece, para depois à distância, representar a sua própria problemática, à luz de novos desenvolvimentos, determinados pelas exigências de estruturas sociais em transformação.

(Como exemplo recente do retomar de elementos já aparecidos ou mencionados na história das formas, temos talvez *Momento*, de Stockhausen; desta composição faz parte o momento da entrada do director e o aplauso do público, executado também pela orquestra, propondo-se assim uma recuperação do tempo para além do representado, assimilável ao de Tieck).



Ano Novo teatro velho

Da Praça de Espanha
À António Maria Cardoso
Passando pela Frei Miguel Contreiras
Por Entrecampos e pela Alexandre Herculano
Com um duplo salto à Raul Cascais
(sem esquecer Moscavide)

Podia ser uma peça: uma tragédia à moda antiga ou um vaudeville muito parquemayoresco, conforme o gosto da clientela. Mas nem isso: é apenas uma partida de Carnaval, uma partida de espantoso mau gosto pregada por um poeta nefelibata que pretende (o pretensioso) acabar com o teatro em Portugal naquilo que ele tem de mais importante: um cheirinho a inconformismo, a revolta, a modernidade.

Por isso, aí temos esta situação (dramática!) — de um lado jogam alguns do antigamente uma espécie de jogo de loto cuja única parecença com o teatro decorre de ser jogado num palco; do outro lado, jogam os que apostaram no futuro, os que pensam, com orgulho ou humildade, que o teatro é uma coisa demasiado séria para ser entendida por patrões culturais que nem sequer vão ao teatro e puxam da pistola (corta o subsídio a esse aí porque não mandou o relatório; corta aí 50 por cento porque esse usa os cabelos compridos) quando escutam na palavra TEATRO ecos de outras palavras de que não gostam: INDEPENDÊNCIA,

LIBERDADE, CULTURA, POVO, REVOLUÇÃO. Enquanto isso, na Praça de Espanha, de um lado conta-se a história de uma criança que conquista a mãe exacta por um acto de inteligência e de razão que é também um acto de sentimento. E assim demonstra, com Brecht, que do mesmo modo que a terra pertence a quem a trabalha, as crianças são daquelas que delas sabem cuidar. Deste modo, há mais de seis meses o Grupo 4 — que aqui podia chamar-se o Grupo 20 e tal — prova a todos os guardiões da cultura que enchem este mundo e o outro com a sua inutilidade pomposa que o grande Teatro é possível em Portugal, que há portugueses para esse Teatro. Sempre na Praça de Espanha, agora do outro lado, é a Comuna — grupo que tem feito aplaudir em vários pontos do Mundo o nome de Portugal — que conta a história inventada por um grande poeta português — José Gomes Ferreira —, a história de João Sem Medo que como todos os homens corajosos é, por vezes, João Com Medo — e conta-a com aquela poesia que não está ao alcance de todos entenderem e muito menos aqueles que adoram o Bezerro de Ouro. «O Muro» (é óbvio: só espíritos tortuosos e, coitados, torturados, podiam encontrar aqui uma qualquer referência ao de Berlim!) é a resposta da Comuna aqueles que duvidam (corta o subsídio a esses!) — são eles os pobres de espírito.

Enquanto isso, que se passa lá para os lados da Frei Miguel Contreiras? No Teatro Maria Matos e com um orçamento anual de não sabemos quantos milhões de escudos, uma companhia aproveita os ventos favoráveis para se dar ao luxo de insultar os trabalhadores. Será disto que os poetas alegres e os poetas tristes gostam? Pobre poesia!

Enquanto isso, ali para S. Mamede, mais exactamente na Raul Cascais, dois grupos — Cornucópia e Os Cómicos — dizem que estão vivos. O fascismo teve quase 50 anos para liquidar o teatro e não o conseguiu. Recusamo-nos a acreditar que o teatro vá agora morrer às mãos de seda destes carrascos sem classe.

Depois de apresentar «Ah Q» e «Tambores na Noite», daqueles espectáculos que ficarão na história do teatro em Portugal depois do 25 de Abril (e contra isto não há nenhum Ribeiro nem nenhum Rodrigues que valham ao secretário), e ainda «Alta Áustria», a Cornucópia prepara mais dois ou três espectáculos que estreará brevemente. Que diz a isto a S.E.C.? Cala-se, claro. O calado é o pior.

Os Cómicos, depois do belíssimo «A Mandrágora» saem de uma crise interna (lamentável), para apresentar um espectáculo divertido, capaz de interessar todos os públicos. «Do Teatro ao Cais do Sodré» aí está: mais uma acha para a fogueira onde tem que arder a política antiteatro.

E na António Maria Cardoso (t'arrenego)? Na dita, uma companhia dita do teatro de todos (eia tantos) os tempos finge que representa Albee embora represente Jacinto Ramos. Mais uma história triste para esquecer.

Enquanto isso, na Alexandre Herculano o grupo «A Barraca» diz como é quando se resolve fazer a sério teatro para rir. Um espectáculo que diz a brincar coisas que não são para brincar e o faz com humor que o Augusto Boal sublinhou como merecia.

Enquanto isso, em Entrecampos, no Teatro Vasco Santana, o Teatro-Estúdio de Lisboa, depois de ter apresentado um espectáculo falhado, despede-se do público com um espectáculo — «O Escritório» — que merece mais do que os aplausos de circunstância. Despede-se do público se entretanto o sr. secretário não for despedido para bem do teatro e da cultura deste povo.

Enquanto isso, lá para Moscavide, «Os Bonecreiros» depois de apresentarem pela primeira vez em Portugal, Seam D'Casey, e uma peça-denúncia dos latifundiários (isto é que os dana) foi buscar um espectáculo a Gil Vicente e assim cumpre uma das funções do verdadeiro teatro: desempoeirar os clássicos. (E havia mais para dizer: o T.E.L.; a Casa da Comédia; a Rafael d'Oliveira; o Teatro Experimental do Porto; o Centro Cultural de Évora, etc.).

Podíamos de facto falar mais — e com solenidade — de teatro português e daqueles que pretendem desviá-lo da sua rota criadora. O que aí fica é apenas um grito circunstancial quando um ano se despede e outro pode apresentar o rosto terrível dos destruidores da alegria. Podíamos falar, sem demagogia, das centenas de trabalhadores que os poderes constituídos pelos Vistos desprezam. Podíamos falar da cultura, do socialismo, da vontade do povo português. Não vale a pena. Os dados estão lançados.

A quem de direito — incluindo o Sr. Presidente da República — aqui lançamos um aviso que é também um apelo: o teatro português não pode morrer.



«Alta Áustria»



«O Muro»



«O Círculo de Giz Caucasiano»



«Do Teatro ao Cais do Sodré»



«Histórias de Fidalgoes e Alcoviteiras»



SOBRE AS LETRAS EM 76

Trata-se, mais do que da actividade literária, da actividade editorial portuguesa durante o ano de que hoje é o último dia. Trata-se talvez de fazer um balanço a isso. É então, e desde já, pertinente dizer que se esta fosse, e cremos que não é, um hábito interessante, não seria esta mas outra a altura do ano para isso. Já não somos naturalmente o primeiro a dizê-lo. Seria um pouco menos motivo de consternação manter esse hábito, por exemplo, no mês de Outubro, depois de férias, ou, melhor ainda, antes de férias, em Junho, por exemplo. É que, se há um período do ano em que a actividade editorial praticamente cessa, proporcionando assim, aqueles que a seguem mais de perto como interessados observadores, uma pausa para reflexão, se há um período assim, diríamos, esse é o Verão, como o bom senso por certo há-de reconhecer à primeira. Aliás, não é por acaso que a Feira do Livro se realiza quando se realiza. É em fins de Maio, princípios de Junho, quando os editores já fizeram os últimos lançamentos, digamos, da temporada, as férias estão perto, e os compradores de livros podem abastecer-se para lerem em férias; têm, além do mais, a vantagem de adquirir livros com descontos razoáveis sobre os preços de capa. Então é que os jornais deveriam fazer os seus balanços. Mas parece instituído que os balanços são neste dia 31 de Dezembro e que fazer? Balanços, é claro. Balanços de tudo. Ele é a política, nacional e internacional, ele é o desporto, ele é o teatro, ele é o cinema, as artes, os touros, que mais balanços saberemos nós fazer nesta mania que nos dá (e o público gosta?) uma vez cada ano? Balanços literários, o que é que isso quer dizer? Contornando a questão, volta-se atrás, ao ponto de partida. Trata-se da dos livros todos que os inúmeros editores portugueses foram publicando ao longo do ano que hoje finda? Certamente que não. Citaremos apenas obras literárias de autores portugueses, nestas compreendidas as obras de poesia, além de romances, outros trabalhos de ficção, trabalhos de teor afim, além de, evidentemente, o ensaio e a crítica dedicados à produção literária. Excepcionalmente serão citados textos de autores estrangeiros incidentes neste campo, e uma ou outra obra ou actividade de escritores portugueses que dessa actividade aparentemente ou ligeiramente se tenha desviado, mas onde seja possível detectar, por assim dizer, as marcas ou os vestígios da formação também ou predominantemente literária de quem a essas actividades se tenha dedicado.

INTERVENÇÃO CULTURAL

E podemos começar por aqui. Um nome: Eduardo Lourenço. Dois livros publicados no ano que hoje finda, lembre-se pelo menos O Fascismo Nunca Existiu (na Dom Quixote) textos na sua maior parte até então dispersos por diversos jornais. Atrás de um título algo perturbador, muitas propostas de reflexão que são de ter em devida conta. Outro livro de idêntico teor situação africana e consciência nacional, (crítico), dois ensaios sobre o colonialismo português e os seus reflexos no nosso projecto histórico enquanto determinação-indeterminação íntima e colectiva do português mais comum. Torna-se desnecessário dizer a importância destes escritos de Eduardo Lourenço, um dos poucos escritores portugueses que depois de 25 de Abril de 74 se interessaram pela reflexão dos problemas inerentes ao processo político que então se desencadeou. Outros: Nuno Teixeira Neves, Eduardo Prado Coelho, dois exemplos. Se bem que um e outro não tenham publicado qualquer livro em 76, convirá recordar que o primeiro foi publicando com regularidade uma série de textos no jornal onde trabalha como profissional, o «Jornal de Notícias», («Ser Cidadão»: seria de sugerir que estes textos fossem reunidos em volume brevemente para conhecimento do leitor que não costuma ler o matutino do Porto). Em relação ao segundo, a sua intervenção de sentido político-cultural tem-se feito nas páginas da revista «Opção» e do semanário «O Jornal». Outros nomes de escritores portugueses actualmente com o mesmo empenhamento na problemática portuguesa de hoje? Não ocorrem. Mas é possível que se esteja a fazer alguma omissão injusta. Não poderá no entanto omitir-se uma iniciativa da Editorial Avante, a publicação do livro colectivo «Escrita e Combate» reunindo textos de escritores comunistas. Todavia, a imagem que a leitura do livro nos proporciona não corresponde globalmente aos créditos que os mais dos escritores aí representados nos poderiam dar. Outro é o caso de Experiência da Liberdade, antologia de textos de vários teóricos publicados em 75 (até ao 25 de Novembro) no suplemento literário do «Diário de Notícias» enquanto por ele foi responsável E. M. Melo e Castro. Reunem-se aí centenas de nas, muitas

delas hoje em dia referências indispensáveis para um planeamento cultural neste país — planeamento que por enquanto ainda não se adivinha. O suplemento literário que Melo e Castro dirigiu no «Diário de Notícias» foi um espaço cultural organizado e este aspecto preponderante ressalta de uma leitura do repositório do o livro é. Pena somente que — reportamo-nos ao tempo em que o suplemento existia — na escolha dos seus colaboradores (cremos que menos por intenção do que por fatalidade) se tenha visto um ainda que por vezes velado parti-pris ideológico (para não admitirmos a hipótese de partidarismo).

PUBLICAÇÕES

A propósito de suplementos literários, uma pausa para lembrar que eles desapareceram quase todos. Ficaram os do «Diário Popular», que é actualmente o único digno de registo na imprensa diária, e os de «O Primeiro de Janeiro» e do «Diário de Notícias», que tanto valem sobrevivendo como não valeriam se tivessem desaparecido. «O Século», em fase de renovação, começou a publicar aos sábados uma página ainda menos notável. Aí um crítico como Nuno de Sampaio passou a escrever sobre livros, coisas ainda mais estranhas do que João Gaspar Simões no «Diário de Notícias». No nosso jornal, e neste suplemento, tem-se feito o possível por referir semanalmente pelo menos alguns dos livros mais importantes que se vêm publicando. A escassez de publicações dedicadas aos problemas da literatura é um dos aspectos mais salientes da situação actual das letras portuguesas. De dois em dois meses a Gulbenkian publica Colóquio-Letras, mas, para além da dificuldade inerente à sua periodicidade (de dois em dois meses não é possível estar em cima das «coisas», dos acontecimentos), a revista parece condenada a um certo e talvez inevitável elitismo. Outras publicações? No ano passado começou a publicar-se e este ano prosseguiu a sua publicação, apesar de uma interrupção, Critério. Revista cultural, como se designa, pouco os seus textos incidem nos problemas da literatura. Vértice, em Coimbra, continua a publicar-se. Mas, para além de praticamente ter deixado de interessar-se pela problemática literária, tem perdido (e não por isso, necessariamente) o interesse, a projecção e o impacto que já teve. O «Jornal do Fundão» lançou uma «revista de poesia e desenho»: «Nova». Foi um empreendimento editorial em grande, ficou em suspenso a promessa da periodicidade (trimestral) à espera do cumprimento. O segundo número anuncia-se para dentro em pouco, um ano depois do primeiro. Entretanto, no Porto, uma editora, por sua vez, anunciou uma «revista de poesia e arte», «nova». O anúncio do lançamento era ainda para este ano; este ano, todavia, não saiu.

LIVROS DE POESIA

Podemos agora referir os livros do ano que hoje finda, e começando pelos livros de poesia. O número deles não é muito elevado, diga-se. E tem-se em conta apenas aqueles que poderão considerar-se minimamente interessantes. Antes de mais: SOLO ARÁVEL, de António Manuel Pires Cabral, e edição do autor. Em primeiro lugar porque trata-se de uma confirmação: no ano anterior o poeta estreara-se com «Algures a Nordeste», prometendo muito, ressalve-se o lugar comum. O livro deste ano coloca o autor desde já na primeira linha da poesia portuguesa de hoje e nasequência das experiências que mais de perto precedem. Nota para sublinhar: o livro foi uma edição a stencil e chegou-nos de Vila Real, onde o autor vive. E foi uma tiragem de apenas duzentos exemplares. Naturalmente o leitor de Lisboa, do Porto, de Coimbra, etc., não tem grandes hipóteses de o ler. Entretanto, pouco provável mas não impossível: que um editor qualquer repare neste livro e no nome de Pires Cabral. Por falarmos de poetas novos. Este ano houve pelo menos uma assinalável revelação: José Agostinho Baptista, que ainda há poucos dias publicou DESTE LADO ONDE, na Assírio e Alvim. É um conjunto de cerca de três dezenas de poemas onde se revela um poeta dotado de uma voz originalmente acevntuada e inflectida, e já em pleno domínio de fortes recursos expressivos. Ao leitor desprevenido convirá lembrar que o autor é um destes escritores que hoje andam à volta dos trinta anos e de quem os mais atentos lembram o nome desde a leitura de algumas peças publicadas há anos nos suplementos juvenis que houve, aqui no «DL», e no «República». Por falarmos de novos, há a publicação de mais livros de poetas novos (que às vezes nem são o que propriamente se pode chamar «novos poetas») a assinalar. Pensamos, por exemplo, em HABITAR O TEMPO, (na Moraes) segundo livro de poemas de A. Vieira de Freitas, sem ser ainda a confirmação das promessas suspensas desde o livro de estreia «A Palavra que Somos», anos atrás; NOS BRAÇOS DA EXÍGUA LUZ, de Nuno Júdice, (Arcádia), quinto livro individual dum poeta que será a revelação mais fulgurante dos últimos anos na poesia portuguesa; DOS SIMPLES E DAS CASAS INTERIORES (Plátano) segundo livro de A. Torrado, um poeta já um pouco digamos tardiamente revelado dois ou três anos antes

com «Do Agregado Sentimental». Outro livro dum autor dos mais recentemente revelados e no entanto, praticamente desde a sua revelação, um dos nomes fundamentais das novas tendências da poesia portuguesa: MERIDIONAL (Plátano) de João Miguel Fernandes Jorge. Joaquim Magalhães viu sair o seu terceiro livro: DOS ENIGMAS (Maraes) Ruy Belo publicou um dos maiores (mais volumosos) originais da poesia portuguesa dos últimos anos: TODA A TERRA, a altura da obra poética anteriormente dada a público. Uma estreia com acentos próprios: MEMÓRIA DOS ÁCIDOS, edição do autor, H. Manuel Rodrigues (onde naverá a registar um rigor construtivo, sobretudo sintáctico, talvez excessivo e até mesmo prejudicial, limitativo da expansão de recursos expressivos). Estamos nos domínios da nova poesia. Pelo menos, estamos nos domínios da poesia feita pelos poetas portugueses mais novos. Falando de livros publicados por autores que já vêm de ciclos de produção anteriores, haverá a registar (edições da Limiar), LUZ VEGETAL, de Egitto Gonçalves, o CICLO DO CAVALO, de António Ramos Rosa, porventura os momentos mais altos na obra de cada um destes poetas. A confecção tipográfica dos livros data de 75, mas só em 76 foram postos no mercado. Por sua vez Eugénio de Andrade, que teve homenagem pública para assinalar 30 anos de actividade criativa, publicou outro livro de poemas em grande fulgor: LIMIAIR DOS PASSAROS. Raul de Carvalho prosseguiu uma singular aventura com duas reuniões de poemas em outros tantos livros: TAMPO VAZIO (Moraes) e DESEJARIA ESQUECER A PONTO DE NÃO SE LEMBRAR QUE TINHA QUALQUER COISA PARA ESQUECER, (edições do autor). Há ainda novos poemas de Vitorino Nemésio, num livro onde se recupera um conjunto de poemas do autor até agora de difícil acesso: SAPATEIA AÇORIANA, seguido de ANDAMENTO HOLANDÊS E OUTROS POEMAS (na Arcádia) e uma tradução que Paulo Quintela fez de POEMAS E CANÇÕES; de Bertolt Brecht (na Almedina).

Quase nos esquecíamos de referir um nome e três livros, dois deles em edição mais ou menos discreta (e uma delas até fora do mercado). Referimo-nos a Fernando Assis Pacheco, que pôde ser reeditado o seu «Cão Kiêm: um Resumo», de anos atrás, mas agora integrado de peças novas e passadas para a sua legitimidade referencial os nomes que eram vietnamitas na primeira edição. Intitula-se o livro doravante CATALABANZA QUILOLO E VOLTA (Centelha), e é, quere-nos parecer, um marco onde deverão tropeçar os futuros estudiosos da poesia portuguesa por enquanto nossa contemporânea. Obrigatória uma referência aos outros dois livros (chamemos assim a edições a stencil, de recurso para responder a atractivos de tornar pública a produção, (nem que isso circule entre somente entre os amigos mais chegados). O primeiro é MEMÓRIAS DO CONTENCIOSO e o segundo SIQUER ESTE REFÚGIO (este f.m., mas não tire o leitor daí o sentido, porque poderá ler o texto numa oportunidade mais favorável). Estão na colecção Reportório de Cegos. Vale a pena referir reedições? Admitamos que sim. Então: Carlos de Oliveira viu sair em dois volumes a sua obra poética até agora publicada sob o título de TRABALHO POÉTICO, na Sá da Costa. João José Cochofel reeditou nas Iniciativas Editoriais quase toda a sua obra e mais um conjunto inédito em O BISPO DE PEDRA. Fernando Guimarães fez o mesmo e na mesma editora em TRÊS POEMAS. Há três antologias no activo editorial da Diábril: uma de José Gomes Ferreira, outra de Manuel da Fonseca, outra de Armando Silva Carvalho. Saiu entretanto a há muito anunciada terceira série das LÍRICAS PORTUGUESAS, de Jorge de Sena, na Portugália (ainda activa, pelo visto).

ENSAIO E CRÍTICA

Se não se pode dizer que o ano de 76 foi rico (mas poder-se-á dizer que foi pobre?) no que respeita à produção editorial no âmbito da poesia, já é sem reservas que se dirá como foi tão pobre a mesma produção no tocante ao ensaio e à crítica. Ensaístas e críticos portugueses, por certo pouco activos (pelo menos se se pensar em publicações) poucos viram livros seus postos a circular no mercado. Sairam, que nos lembre, conjuntos de ensaios de Jacinto do Prado Coelho: AO CONTRÁRIO DE PENÉLOPE, na Bertrand; de E. M. Melo e Castro: DIALECTICA DAS VANGUARDAS, nos livros Horizonte; de David Mourão Ferreira: SOBREVIVENTES, na Dom Quixote; e quem mais? (de assinalável já se vê). Entretanto, sob a responsabilidade de Maria Alzira Seixo, a Arcádia lançou uma colecção onde se promete a revelação em português e em Portugal, de textos fundamentais para o estudo dos problemas da literatura. Trata-se de Práticas de Leitura e já saíram dois números: LITERATURA; SIGNIFICAÇÃO E IDEOLOGIA e o HOMEM NA LINGUAGEM (este, de Benevêntiste). Houve o cuidado louvável de fazer anteceder as traduções de textos introdutórios (lições preciosas) da responsável pela colecção. Ainda no domínio de traduções há três a registar, até para recomendação mesmo tardia ao leitor que porventura, então não tenha reparado: ESCREVER PARA QUE, PARA

QUEM? (vários, em diálogo aos microfones da rádio; especialistas a falarem de temas escaldantes); LINGUISTICA E LITERATURA (idem, idem), o ROLAND BARTHES POR ROLAND BARTHES. Tudo isto nas Edições 70. Destaque especial para o livro de Barthes, um autor que, enfim, parece ter ganho o público português que merece e o merece. Um parêntese: saiu entretanto, de Barthes, a segunda edição de MITOLOGIAS na mesma editora e na mesma colecção.

LIVROS DE FICÇÃO

Convém não esquecer algumas obras de ficção de autores portugueses que saíram no ano que ora finda. Antes de outros títulos, estes: USOS E ABUSOS, de Armando Silva Carvalho (Edição Fernando Ribeiro de Melo); SAUROMAQUIA, de Rui Nunes (Parceria), e RETORNAR, de António Modesto Navarro (Orion) S e fôssemos voz activa nestas coisas e nos pedissem que citássemos os três melhores livros de prosa de autores portugueses publicados em 76, eram estes três títulos que poderíamos citar. Se fosse preciso citar mais títulos, poderíamos referir: CRAVO, de Maria Velho da Costa (Moraes), CABEÇA DE PORCO, de José Vale Moutinho (Forja) e na Seara, O CONCERTO DAS BUZINAS, de Virgília Martinho. Também não vemos inconveniente de maior referir O SABOR DAS TREVAS, de José Gomes Ferreira (na Diábril, onde entretanto vem a propósito — sairá o sexto volume de poesia do mesmo autor). Reedições: tiveram-nas os autores que estão a tê-las incessantes. Entre outros: Cardoso Pires, Alves Redol, Urbano Tavares Rodrigues, Fernando Namora, Stau Monteiro, Baptista Bastos. Há entretanto outros livros que seria injusto esquecer — e só ficaram relegados para agora porque se trata de trabalhos de teor algo complexo, não facilmente classificáveis, por exemplo, de prosa de ficção: IMITACÃO DA MORTE DOS OUTROS, de Faleorca, e TRÊS DIAS DO DIABO, de Josué da Silva. O primeiro é uma sequência de textos de Fallorca, outro dos escritores que hoje andam à volta dos trinta e estão a preparar-se para entrarem activamente na cena literária portuguesa; pena que Fallorca, em vez desta sequência de textos, não tenha reunido poemas, alguns dos quais conhecemos de terem sido alguns publicados e que, em conjunto nos dariam certamente a imagem aproximada dum dos maiores poetas da sua geração. O livro de Josué da Silva insere alguns capítulos muito bem conseguidos, outros não. Todavia, trata-se certamente do melhor livro que o autor até agora publicou.



SOLUÇÕES

AS SETE DIRENÇAS

- 1 — botão da manga do sujeito do telefone;
- 2 — a boca do primeiro da «bicha»; 3 — o nó do laço do homenzinho chamado ao telefone;
- 4 — o sapato direito da «madame»;
- 5 — a carta que o velho leva na mão; 6 — o sete-ponto-sete; 7 — a segunda janela do 1º andar.

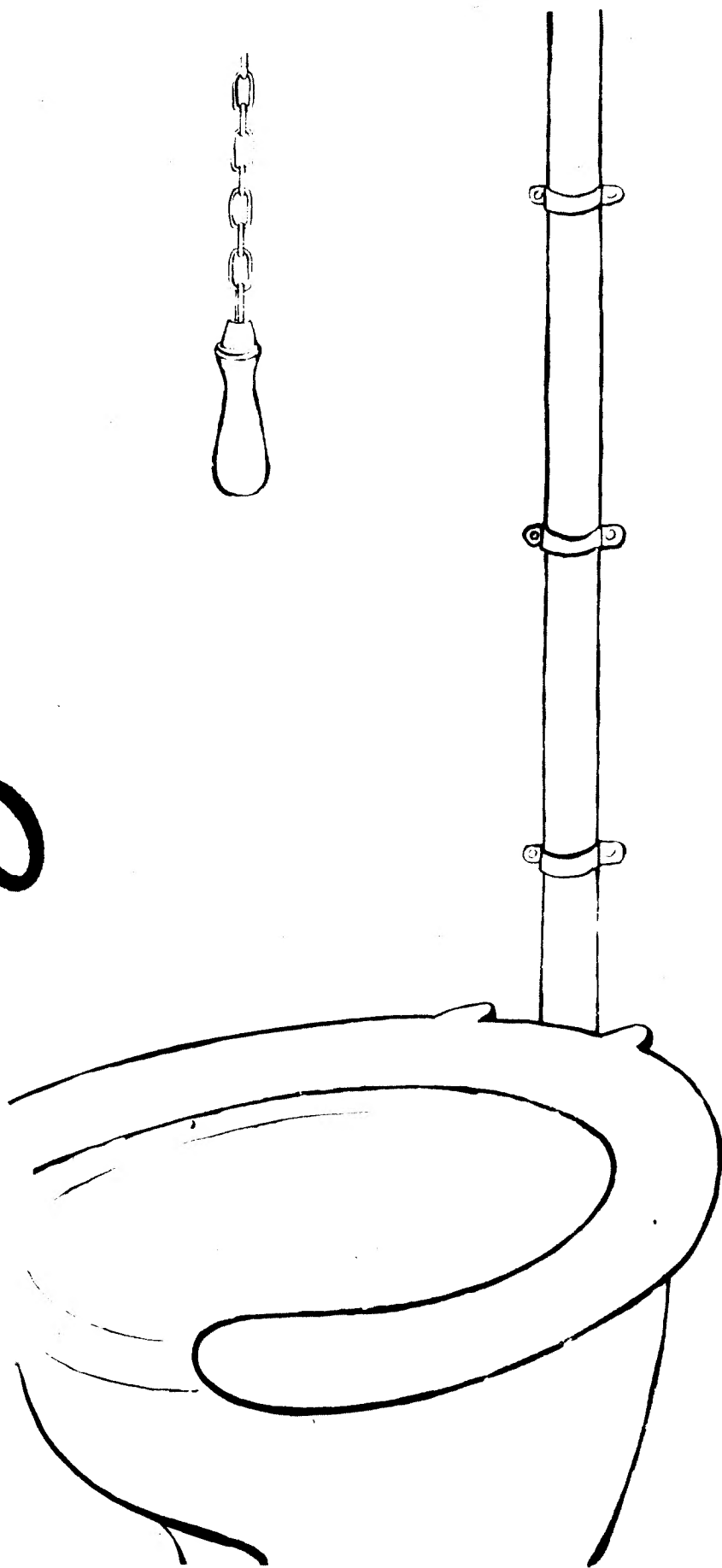
HORIZONTAIS:

- 1/3 — PEDRO OSÓRIO. 8 — Va. 10 — As. 11 — Carro. 12 — Inês. 14 — Assimilara. 16 — Rã. 17 — Li. 18 Oaú. 19/29 — DORYS DAY. 22 — Barro. 25 — Ca. 26 — Ela. 27 — Ninara. 31 — Ramada. 33 — Moel. 36 — Amar. 37 — Arcara. 40, Ara. 41, Rio. 42 — Al. 43 — Barr. 44/46 — LIZA TODD. 47 — Ca. 48 — Oó. 49 — la. 50 — Cleópatra. 52 — Ac. 54 — Ro. 55 — Sia. 56 — Imitar. 58 — Ir. 59 — Arras. 61 — Ré. 62 — Apó. 63/73 — MAUREEN O'HARA. 68 — A. 69 — Cá. 70 — Oca. 71 — Iman. 75 — Só. 77 — Ps. 78 — Samuel. 79 — Li.

VERTICAIS

- 1 — Pã. 2 — Essa. 3 — Oásis. 4 — Srs. 5 — Orion. 6 — Roma. 7 — Oil. 8 — Ver. 9 — Asaria. 11 — Cali. 13 — Na. 15 — Iúga. 16/39 — ROBERT TAYLOR. 19 — Drama. 20 — Or. 21 — Rondara. 23 — Ala. 24 — Ba. 25 — Camarão. 28 — Iara. 29 — Decote. 30 — Alã. 32 — Amaro. 34 — Iró. 35 — Salda. 38 — Radicar. 44 — Latir. 45 — Zoá. 47 — Casa. 50 — Criamos. 51 — Rara. 52 — Em. 53 — AT. 56 — Isolou. 57 — Rema. 60 — Apá. 64 — Aço. 65 — Ua. 66 — Eis. 67 — Nas. 69 — Cal. 72 — Na. 74 — He. 75 — Al.

**FELIZ
ANOS
NOVO**



Imagine o leitor que os antigos tinham a mania de por esta data trocarem cartõezinhos em que se desejavam mutuamente um «Ano Novo muito próspero». Alguns, como por exemplo os Champalimaud, os Mello, os Brito, os Espírito Santo, usavam uma fórmula especial: «Um Ano Novo cheio de propriedades». Foi antes das nacionalizações, claro.

O nascimento do Ano Novo que por coincidência milagrosa se dava todos os anos, no primeiro minuto de cada dia 1 de Janeiro, era celebrado com apitos, serpentinas, beijocas, e bebedeiras monumentais. Para comemorar o facto, a gente empenhava-se até aos ossos o que dava para apertar o cinto até Março. A diferença é que agora se tem que apertá-lo o ano todo.

Assim, o Ano Novo, cuja vida durava apenas 12 meses, nascia sistematicamente ano após ano, como se de nada lhe tivesse valido a experiência. E sempre era prenúncio de novos impostos, novo agravamento de vida, desemprego, fome, miséria. Como os tempos são outros, chamados de austeridade, agora o Ano Novo não dá para festejar. É que, com o programa de controlo da natalidade, o seu nascimento deve-se

a desleixo imperdoável, a nenhum título merecedor de festejos. Podemos mesmo acrescentar que só o facto de ainda não ter sido aprovada a lei do aborto permitiu que 1977 visse a luz do dia. De outro modo, permaneceríamos em 1976, com a gasolina super a 17\$50, o bife de vaca a 200\$00, o bacalhau a 120\$00, o azeite a 63\$00, as rendas de casa a 7000\$00, etc. etc., todas as delícias que têm feito com que este ano permaneça para sempre na memória de todos que o viveram.

Assim, e só para vermos a força deste menino 1977, veremos substancialmente agravados os impostos, aumentados os preços dos produtos básicos, e desaparecidos alguns géneros alimentícios a que os maus hábitos nos tinham afeito o paladar.

Como se não bastasse, o Ano Novo vem com água na boca — o Serviço Nacional de Meteorologia prevê aguaceiros ainda por muito tempo — o que é muito bom para a energia e para o negócio de venda de guarda-chuvas, mas muito mau para os turistas que, chuva por chuva, lá têm a terra deles que é mais barata. Para que o Ano Novo não apareça aí sem mais nem menos, o Governo

teve a preocupação de nos preparar para a sua chegada com meses de antecedência: há quanto tempo nos estão a mentalizar para a dieta forçada dos meses que se seguem? Houve até quem colecionasse receitas de culinária em que o prato forte era títulos do tesouro bem demolidos. A esta campanha juntou-se a RTP com aquela saída espantosa dos rissóis de cavala. Assim temos, para o ano que agora entra, e além das 40 variedades de conservas nacionais, as promessas governamentais de que americanos, alemães, suecos, holandeses, franceses, belgas, nos emprestarão dinheiro a juros nunca antes vistos, o que permitirá que nos endividemos até à quarta geração.

Sete-Ponto-Sete, juntado-se à euforia nacional desta quadra e atendendo a que o programa de restrições não lhe permite comemorar com champanhe o nascimento de 1977, mesmo assim não quis deixar de saudar os leitores que estoicamente têm comparecido a este encontro semanal, e de lhes oferecer uma prenda, mais útil do que decorativa.

Assim, e sem querer fazer concorrência desleal ao anúncio da RTP, lhe oferecemos esta receita de «Fofinhos

de Cavala» que tem a vantagem de só usar como ingrediente produtos nacionais, pelo que também propomos que para o Ano Novo que agora começa a cavala seja elevada a categoria de peixe nacional de primeira.

E, posto isto, segue-se a nossa prenda de Ano Novo.

Fofinhos de Cavala

(Dá para quatro pessoas, com mais água dá para oito): quatro ovos, quatro colheres de sopa de leite, quatro colheres de sopa de farinha, duas latas de cavala (ou uma, se for depois do dia 15), uma cebola pequena, sal, pimenta, óleo (o azeite entretanto já subiu de preço) salsa e um pouco de aguardente.

Escorra as cavalas e destaca-as em lascas. Pique bem a salsa e a cebola. Deite numa taça a farinha, os ovos desfeitos e batidos, e mexa-os.

Adicione lentamente, misturando sem bater. Tempere com sal e pimenta, junte-lhe os pedaços de cavala e misture muito bem. Frite a mistura em óleo bem quente, deitando-a às colheradas.

À parte, e enquanto espera, beba a aguardente.

E feliz Ano Novo muito próspero.